



**Diana Marta da
Silva Tavares**

**Educação pré-primária a tempo inteiro
na Ribeira Brava e em Ovar**



**Diana Marta da
Silva Tavares**

**Educação pré-primária a tempo inteiro
na Ribeira Brava e em Ovar**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na área de especialização de Formação Pessoal e Social, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Meireles Coelho, professor associado da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Doutor Manuel Fernando Ferreira Rodrigues
Professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Doutor Manuel Maria de Melo Alte da Veiga
professor associado c/ agregação aposentado da Universidade do Minho

Doutora Maria de Fátima Fernandes Neves
professora coordenadora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra

Doutor Carlos Alberto Pereira de Meireles Coelho
professor associado da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Meireles Coelho, pela tolerância, ajuda e compreensão ao longo da realização deste trabalho. O meu obrigado pelo incentivo e pelos sábios conselhos.

À minha mãe, ao meu pai e à minha mana, pelo carinho, apoio e paciência ao longo deste difícil percurso.

Ao Kinel que está sempre ao meu lado.

À minha Tia Dorinda que me incentivou no caminho da educação e à minha prima Sandra que foi sempre um auxílio nos meus estudos.

À Teresa Cruz, colega de profissão e amiga que me assistiu incessantemente. Um profundo agradecimento à Liliana Parracho, também educadora de infância, que foi o meu braço direito na Madeira e aceitou prontamente ajudar uma desconhecida.

palavras-chave

Educação pré-primária, escola a tempo inteiro, (actividades, componente de) apoio à família, educação básica, função educativa, função sócio-educativa

resumo

Analisa-se a gestão do tempo e das actividades em jardins de infância da Madeira e do Continente na chamada «escola a tempo inteiro». Pretende-se saber se a educação pré-primária na Madeira e no Continente corresponde a um ou dois modelos diferentes de educação, nomeadamente em relação a regime de ocupação das actividades, articulação entre actividades curriculares e extracurriculares, responsabilidade pela organização das actividades e pela afectação dos docentes.

key words

pre-primary education, full time school, basic education

abstract

We aim to establish a comparative analysis between full time kindergarten in Portugal (mainland) and the island of Madeira: the place of local authorities, the Departments of Education and Social Security, and the school autonomy.

Índice

Introdução	13
1. A Educação pré-primária a Tempo Inteiro em Ovar e na Ribeira Brava	19
1.1. A educação pré-primária na educação básica em Ovar	21
1.2. A educação pré-primária na educação básica na Ribeira Brava	43
1.3. Representações sobre a Educação a Tempo Inteiro na pré-primária	47
1.4. Problemas encontrados	66
○ O regime de desdobramento e o regime normal	66
○ Articulação (ou falta dela) entre actividades curriculares e não curriculares	66
○ Responsabilidade pela organização das actividades e afectação dos docentes	66
2. O caminho da educação pré-escolar até à educação básica	67
2.1. O percurso português até 1986	68
2.2. Conceitos e práticas actuais segundo as organizações internacionais	76
2.3. A situação em Portugal desde 1986	79
As actividades extracurriculares no 1.º CEB	84
As actividades de animação e de apoio à família na EPP	92
Responsabilidade dos municípios	100
3. Das práticas à procura do modelo?	105
3.1. Regime de desdobramento, regime normal ou subsidiariedade?	106
Na Madeira	106
No Continente	108
3.2. Que articulação entre actividades curriculares e não curriculares?	110
Na Madeira	111
No Continente	114
3.3. Responsabilidade pela organização das actividades e afectação dos docentes	118
Na Madeira	119
No Continente	120
Conclusão	124
Bibliografia	127
Anexos	138
Anexo 1	138
Anexo 2	148

Siglas:

1.º CEB – primeiro ciclo do ensino básico
AAE – auxiliares da acção educativa
AECs – actividades de enriquecimento curricular
CAF – componente de apoio à família («actividades de animação e de apoio à família»)
CITE – Classificação Internacional do Tipo da Educação
DEB – Departamento da Educação Básica
DG – Diário do Governo
DGEB – Direcção-Geral do Ensino Básico
DGIDC – Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
DRPRE – Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos
EPP – educação pré-primária
ETI – escola a tempo inteiro
ETI's – escolas a tempo inteiro
FENPROF – Federação Nacional dos Professores
GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
IGE – Inspeção-Geral da Educação
IPSS – instituições particulares de solidariedade social
JI – Jardim-de-infância
LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo
ME – Ministério da Educação
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
ORE – Observatório dos Recursos Educativos
P.H. – Prolongamento de horário
RAM – Região Autónoma da Madeira
SRE – Secretaria Regional de Educação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Introdução

O título completo desta dissertação, que não pode ser utilizado por razões administrativas, seria «Educação pré-primária a tempo inteiro na Ribeira Brava e em Ovar: dois modelos de educação?».

Os conceitos de educação pré-escolar¹, educação pré-primária e educação básica têm evoluído a par do desenvolvimento das sociedades. Desde 1969 que o Conselho da Europa se vem preocupando com a articulação entre a educação pré-escolar ou pré-primária e a educação básica (Conselho da Europa, 1988: 2). Na continuação do Projecto n.º 8 do Conselho da Europa (1988), o Relatório Delors para a UNESCO preconiza uma “educação básica para as crianças [que] pode ser definida como uma educação inicial (formal ou não formal) que vai, em princípio, desde cerca dos três anos de idade até aos doze, ou menos um pouco” (Delors, 1996: 106).

Em Portugal a educação básica, assim como é definida pela UNESCO, é prejudicada pelo facto de haver dois ciclos muito diferentes entre os 6 e os 11/12 anos (1.º Ciclo de Ensino Básico e 2.º CEB) (Lei 46/86, art. 8.º, n.º 1) e não haver a cobertura generalizada da educação pré-escolar ou pré-primária como é referido no Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de Junho, sem articulação com o ensino básico (1.º CEB), apesar da OCDE alertar Portugal para a necessidade de implementar novas medidas com vista a melhorar a educação pré-escolar e os cuidados para a infância (Portugal/ME/DEB/OCDE, 2000). “A verdade é que a ligação e articulação entre a educação pré-escolar e o ensino primário são ainda muito ténues, devido à falta de condições reais que favoreçam uma efectiva continuidade...” (Neves, 1999: 72). Com a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar de 1997 surgem as primeiras analogias com os conceitos utilizados internacionalmente. Ponderar a educação pré-escolar (pré-primária) como primeira etapa da educação básica (art. 2.º) foi um passo em direcção ao novo conceito de educação básica dos 3 aos 12 anos. Mas, “apesar de ser valorizada como a primeira etapa da educação básica, a educação pré-escolar em Portugal não é considerada a primeira etapa do sistema educativo porque não é considerada como integrando o «sistema escolar», o que só poderia ser se fosse obrigatória a sua frequência” (Ferreira, 2005: 82). Portanto, continuamos como em 1986 com

¹ Embora em Portugal esteja difundido o uso da designação «pré-escolar», atendendo às últimas orientações internacionais, sobretudo da UNESCO, do Conselho da Europa e da Eurydice, usa-se aqui a designação «pré-primária» (Eurydice, 2009) para a educação (formal) entre os 3 e 6 anos.

a Lei de Bases do Sistema Educativo em que a educação pré-primária é para crianças entre os três e os seis anos num espaço destinado a esta. Só que, com a obrigatoriedade da educação escolar e com a evolução da sociedade foi necessário responder às necessidades actuais das famílias, tendo a escola alterado e adaptado os seus horários e funcionamento (Portugal/ME, 2002: 5).

Assim surgiu a escola a tempo inteiro em Portugal com duas formas diferentes de execução, funcionamento e organização: na Região Autónoma da Madeira (RAM) existe educação pré-primária a tempo inteiro desde os anos 1990 e no Continente desde 2005. Na Madeira foi implementada uma “escola de turno duplo” com integração curricular das funções educativa e sócio-educativa com gestão integrada pela escola e professores da própria escola. No Continente está em implementação o “regime normal” com dualidade da função educativa no tempo curricular com docentes da escola acrescentando a função sócio-educativa das “actividades de animação e de apoio à família” e tarefeiros geridos por entidades exteriores à escola. Trata-se do mesmo ou de dois modelos diferentes de educação?

Na RAM (Região Autónoma da Madeira) há mais de 10 anos orienta-se a educação no âmbito da «escola a tempo inteiro» (ETI), que funciona com base nos horários dos alunos. Funciona em regime de desdobramento com professores qualificados para as funções educativa e sócio-educativa, pois “uma escola em funcionamento cruzado é uma escola equilibrada. As várias actividades não curriculares funcionam em paralelo com as actividades curriculares” (RAM/DRPRE, 2003). Na RAM a educação pré-primária e a escolaridade obrigatória são oferecidas gratuitamente a todos a tempo-inteiro (ORE, 2006), com professores especializados da própria escola que vão fazendo a integração curricular possível (RAM/SRE, 2002), e as escolas do 1.º CEB já funcionam com salas de educação pré-primária integradas.

No Continente, apesar da educação pré-primária (EPP) pública não ser obrigatória, com a sua actual difusão e com o aumento da importância que lhe é atribuída, são regulamentadas as “actividades de animação e de apoio à família”² (Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, artigo 12.º, n.º 1 e Decreto-Lei n.º 147/97, artigo 8.º, n.º 1).

² As «actividades de animação e de apoio à família» são denominadas na legislação que as regula. Noutros documentos que lhe fazem referência são chamadas «componente de apoio à família (CAF)», nomeadamente na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar (artigo 3.º, n.º 3), e na *Organização da Componente de Apoio à Família*, onde se definem “estratégias e apresentam-se pistas de organização para os tempos de animação” (Portugal/ME, 2002: 7). Ao longo deste texto quando falarmos em CAF referimo-nos às «actividades de animação e de apoio à família» mencionadas na legislação.

A ministra da Educação Lurdes Rodrigues (2005-2009) implementou, por despachos, um modelo de «escola a tempo inteiro» (ETI) alternativo ao que se fazia na Madeira (RAM). Pelo Despacho n.º 14 753/05, de 5 de Julho, aprovou o programa de generalização do ensino de inglês no 1.º ciclo do ensino básico. Pelo Despacho n.º 16 795/2005, de 3 de Agosto, definiu as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino público, onde exista EPP e 1.º CEB, na base do «regime normal», com vista à oferta de actividades de animação e apoio às famílias (CAF), bem como de enriquecimento curricular (AECs), «organizadas pelo agrupamento..., podendo também fazê-lo as autarquias e as associações de pais...» e «os recursos humanos... podem ser disponibilizados por qualquer dos parceiros». No Despacho n.º 21 440/2005, de 12 de Outubro são alteradas as orientações relativas ao perfil dos professores de inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º CEB. O Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de Junho refere pela primeira vez a «implementação do conceito de escola a tempo inteiro» e ao referir que «as actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar devem ser objecto de *planificação pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas* e *escolas não agrupadas* tendo em conta as necessidades das famílias, *articulando com os municípios da respectiva área a sua realização...*» (n.º 7) e «a planificação das actividades de animação e de apoio à família... deve ser *comunicada aos encarregados de educação no início do ano lectivo*» (n.º 33), privilegia a parceria com as autarquias limitando-se a informar os encarregados de educação das decisões tomadas. Com o Despacho n.º 14 460/2008, de 26 de Maio, as actividades de animação e de apoio à família «devem ser objecto de planificação pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas, tendo em conta as necessidades *dos alunos* e das famílias» (n.º 7). Esta evolução: 1) confirma o «regime normal» como base do tempo escolar? 2) a organização da CAF passa progressivamente para as autarquias? 3) é exigido aos educadores e professores titulares das escolas que façam a supervisão da CAF sem indicar as condições para o fazer? 4) os recursos humanos de tarefeiros são geridos pelas autarquias?

Como problema coloca-se a hipótese de saber se a educação pré-primária (como primeira etapa da educação básica) a tempo inteiro na Ribeira Brava e em Ovar corresponde a dois modelos diferentes de educação:

1- Na Madeira a ETI baseada no regime de desdobramento aponta para 2 turnos de 5 horas cada um com 2 educadoras para cada grupo de crianças, o que se torna fatigante para as crianças, enquanto no Continente a ETI é baseada no regime normal que não

permite a integração da acção pedagógica, das educadoras e dos outros docentes na escola.

2- Na ETI com professores da própria escola pode garantir-se a articulação entre um currículo nacional obrigatório e um currículo de escola facultativo participado, enquanto na ETI com docentes das actividades ditas «extracurriculares» não integrados na escola não é possível fazer essa articulação ou supervisão.

3- a ETI, com uma componente nacional obrigatória e outra local facultativa, só pode desenvolver-se de forma integrada e participativa numa escola com autonomia participada.

São nossos objectivos: - caracterizar comparando a «escola a tempo inteiro» da Madeira e do Continente; - analisar comparando a rede pré-primária e de educação básica no concelho de Ovar e da Ribeira Brava; - definir os conceitos de educação pré-primária e de educação básica em Portugal, comparando com as orientações das organizações internacionais, avaliando em Portugal a educação pré-primária como primeira etapa da educação básica (ou não); - comparar a formação e estatuto dos educadores ou prestadores de serviços e a qualidade dos serviços prestados na «escola a tempo inteiro» da Madeira e do Continente.

Será utilizado o método comparativo e histórico-comparativo, em primeiro lugar, pela definição comparada em conceitos e práticas educativas segundo as recomendações de organizações internacionais, como a Unesco, OCDE e Conselho da Europa, e depois pela comparação do estudo do caso da ETI da RAM com o do Continente.

“Pesquisar factos e multiplicar observações, sem comparar nem sistematizar, não é um método científico, mas somente empirismo” (Fernandes, 1995: 177). Aplicar a educação comparada pareceu-nos viável nesta investigação pois pretende-se com esta “«...um conhecimento mais profundo do nosso sistema educativo e da sociedade». Por outro lado estes trabalhos podem ainda... *carrear dados muito úteis às autoridades políticas e educativas e dar um valioso contributo à formação de professores*” (Noah, 1989: 178 *apud* Arroteia e Meuris, 1993: 11). Marc-Antoine Jullien, «pai» da Educação Comparada (Meireles-Coelho, 2009: 45) refere que “as investigações sobre a *educação comparada* devem fornecer meios novos para aperfeiçoar a ciência da educação”, assim como as investigações comparadas noutras áreas fizeram progredir a respectiva ciência. Segundo Garrido (1991: 92-96 *apud* Arroteia e Meuris, 1993: 16) a “Educação Comparada é o estudo comparado dos sistemas educativos existentes no mundo de hoje” e devia «ajudar-nos não só a discernir o ritmo da evolução da educação mas também das reformas e

das mudanças que resultam desta evolução acelerada» (Rosselo, 1963 *apud* Arroiteia e Meuris, 1993: 14). Ao método comparativo associou-se o método histórico que o complementa. A investigação comparada “permite análise e conclusões mais sólidas sobre os objectos de estudo e sobre as suas propriedades e possibilita melhores bases de teorização a respeito dos mesmos” (Pardal e Correia, 1995: 25). Como é referido por Ferrer (*apud* Ferreira, 2005: 18), “La Educación comparada se vale de los complejos análisis que puede llevar a cabo la Historia de la Educación, bajo esta perspectiva global de explicarse los fenómenos educativos (del pasado y del presente), a partir de los factores que en nuestra ciencia caracterizamos como contextuales a los sistemas educativos. Su apertura a las aportaciones de otras ciencias, sin duda alguna, mejoran la comprensión de estos fenómenos, y en consecuencia aporta explicaciones más validas y útiles para la Educación Comparada. Sin embargo, nuestra ciencia también puede incidir sobre la Historia de la Educación con el estudio comparativo de los sistemas educativos (tanto de épocas pretéritas como presentes), y por lo tanto permitir una mejor comprensión de los fenómenos históricos-educativos que analiza la Historia de la Educación”. A análise documental é uma técnica de recolha de informação “necessária em qualquer investigação e constitui uma tarefa difícil e complexa que exige do investigador paciência e disciplina” (Pardal e Correia, 1995: 74), logo esta técnica foi também utilizada nesta investigação para lhe proporcionar conteúdo e coerência. A Internet foi um recurso obrigatório e utilizado sistematicamente.

Mas, como se pretende comparar dois casos concretos, na Madeira o concelho da Ribeira Brava e no Continente o concelho de Ovar, além do método comparativo o estudo de caso será também aplicado. Este corresponde “a um modelo de análise intensiva de uma situação particular (caso). Tal modelo, flexível no recurso a técnicas, permite a recolha de informação diversificada a respeito da situação em análise, viabilizando o seu conhecimento e caracterização” (Pardal e Correia, 1995: 23). Neste tipo de estudo o investigador pode recorrer a variadas técnicas, num caso “bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar para realizar uma busca circunstanciada de informações sobre um caso específico” (Chizzotti, 2006: 136). O objectivo do estudo de caso “...é o estudo de uma unidade social que analisa profunda e intensivamente. Trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenómenos dentro do seu contexto real” (Martins, 2006_a: XI). Sendo assim, a grande vantagem deste método segundo Judith Bell (1997: 23), é a possibilidade do investigador se concentrar num caso ou situação específica ou identificar a interacção de factores e conhecimentos. Apesar de existirem várias críticas à utilização deste método são diversos os autores que o defendem. Se os estudos de caso “forem prosseguidos sistemática e criativamente, se visarem o melhoramento da educação, se forem relatá-

veis e se, através da publicação das suas conclusões, alargarem os limites do conhecimento existente, então podem ser consideradas formas válidas de pesquisa educacional” (Bassegy *apud* Bell, 1997: 24). Para recolher mais dados acerca da realidade do problema recorreremos à elaboração de questionários que, segundo a autora Marie-Fabienne Fortin, permitem “colher informações junto dos participantes relativas aos factos, às ideias, aos comportamentos, às preferências, aos sentimentos, às expectativas e às atitudes” (2003: 245). O questionário é “um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever” (Martins, 2006_a: 36).

1. A Educação pré-primária a Tempo Inteiro em Ovar e na Ribeira Brava

O termo escolaridade obrigatória é algumas vezes confundido com o de educação básica. A educação básica como refere Meireles-Coelho (1985: 52), não pode ser definida pela duração de anos, porque varia de país para país e de época para época, a UNESCO refere que a sua principal finalidade é “ajudar cada ser humano, homem ou mulher, a tomar o destino nas próprias mãos”. A escolaridade é básica pois “constitui um tipo de escolaridade que é entendida como a base de toda a escolaridade, como o suporte sobre o qual todas as restantes escolaridades assentam e a partir da qual se desenvolvem” (Pires *et al.*, 1989: 11). O essencial da educação básica não é só o aprender a conhecer mas sobretudo o preparar-se para a vida, que engloba os outros 3 pilares da educação, aprender a ser, a estar com os outros e aprender a fazer. “A complexidade das relações provocadas pela implementação da Educação Básica exige um programa de investigação que avalie continuamente o sistema para o adequar constantemente à vida real das comunidades “ (Meireles-Coelho, 1985: 54).

Mas afinal, escolaridade assume que significado? A escolaridade “significa uma actividade educativa caracterizada por dois importantes aspectos. O primeiro consiste na ordenação da actividade educativa segundo um plano a que se chama currículo, em regra sistematizado, previamente elaborado e racionalmente organizado, o segundo consiste na *certificação* dos conhecimentos e das competências supostamente adquiridos” (cf. Pires *et al.*, 1989: 14). Segundo o mesmo autor, podíamos dizer que o primeiro tem a ver com o ensino e o segundo com a aprendizagem. Assim a escolaridade pode realizar-se fora do espaço escola e existem actividades dentro da escola que não são escolares. Por conseguinte, a escolaridade é “o conjunto de actividades educativas caracterizadas pelo *currículo formal* que condiciona o processo de *ensino* e pela *certificação* que formaliza o resultado aparente da *aprendizagem* realizada no decurso daquela actividade (Pires *et al.*, 1989: 15).

Ao termo de escolaridade básica é normalmente associado o conceito de escolaridade universal, não porque tenham uma relação de causa-efeito mas porque actualmente se pretende “que a escolaridade básica seja universal, isto é, destinada a todos” (Pires *et al.*, 1989: 11), ou «educação para todos» (Unesco, 1990). Mas, esta característica principal da escolaridade básica não tem sido atingida na totalidade. A escolaridade básica não consegue ter todos os indivíduos em idade própria da escolaridade básica assim como não consegue reter os que já nela acederam. Desta forma existe a perversão do sistema

assim como o insucesso do mesmo. Para tornar a escolaridade básica universal foi necessário, ao longo dos tempos, munir-nos de alguns instrumentos, estes foram a obrigatoriedade e a gratuitidade. Segundo Pires *et al.* (1989: 12), a obrigatoriedade representa uma violência pois é uma obrigação imposta, a gratuitidade é uma compensação da violência para que esta “não seja redobrada”, vindo compensar e tornar exequível (teoricamente) a universalidade da obrigatoriedade escolar.

À escolaridade básica associaram-se alguns conceitos que se inter-relacionam e a operacionalizam, porque esta é uma realidade complexa, pois “a escolaridade em causa é básica, é universal, é obrigatória e é gratuita (pretensamente, aliás!)” (Pires *et al.*, 1989: 13). A universalidade da escolaridade obrigatória é entendida em relação com o respectivo sucesso escolar e educativo. A universalidade da frequência escolar implica a universalidade do sucesso, pois só este pode por sua vez promover a universalidade. “A escolaridade básica constitui um domínio específico, com finalidades próprias, que requerem também metodologias de acção pedagógica e escolar adequadas” (Pires *et al.*, 1989: 39). Mas o sucesso desta depende do modo como a educação pré-primária “for continuada no nível seguinte. Daí que seja essencial articular mudanças na educação pré-escolar com mudanças no ensino primário” (Formosinho, 1997: 24).

Este é o discurso decorrente da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986.

No entanto, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) veio focar a atenção na satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. E o Relatório Delors para a UNESCO veio preconizar que uma “educação básica para as crianças pode ser definida como uma educação inicial (formal ou não formal) que vai, em princípio, desde cerca dos três anos de idades até aos doze, ou menos um pouco” (Delors, 1996: 106).

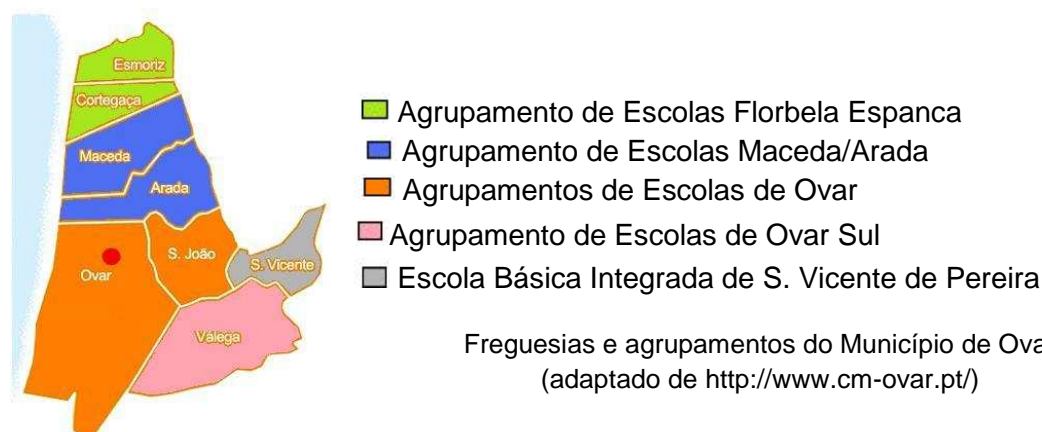
Em Portugal, a educação básica, tal como Jacques Delors (1996) a idealiza, é ainda uma utopia por cumprir. A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar de 1997 diz que a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica, mas a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 não foi alterada, continuando a considerá-la fora do sistema escolar português, na realidade mantém-se a sucessão com interrupções na continuidade de educação pré-primária dos 3 aos 6 anos, do 1.º ciclo do ensino básico dos 6/7 aos 9/10 anos e do 2.º CEB dos 10/11 aos 11/12 anos. A Portaria n.º 782/2009 de 23 de Julho transpõe para Portugal a Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2008, relativa à instituição do Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida (JO, n.º C 111, de 6 de Maio de 2008), considerando que o nível 1 de formação é o que se atinge por volta dos 12 anos, correspondendo mais ou menos ao 6.º

ano de escolaridade. «Isto exige uma reorganização do sistema educativo português. A primeira medida terá de ser uma urgente e inequívoca unificação dos actuais 1.º e 2.º ciclos num único nível de educação e formação básica, «num processo contínuo dos 3-4 anos até aos 11-12 anos, num mesmo estabelecimento, com o mesmo pessoal, com a mesma formação» (CE, 1988), como já se referia no Relatório Delors para a Unesco...» (Meireles-Coelho *et al.*, 2009). Também o Conselho Nacional de Educação, em 1994, reconhecia que “desta aproximação entre os dois níveis beneficiarão de modo imediato as crianças e as famílias, mas também beneficiarão, em termos de superação e marginalização, os educadores de infância e, em termos de benefícios educacionais e da prática, os professores do ensino básico do 1.º ciclo” (Neves, 1999: 72).

Entretanto a Lei de Bases do Sistema Educativo português de 1986 continua por alterar em conformidade nesta matéria. E é assim que temos de analisar a realidade portuguesa. Com o intuito de comparar a escola a tempo inteiro da Madeira e do Continente será utilizado o método comparativo e o estudo de caso de cada uma destas realidades. Para recolhermos informação acerca do problema utilizamos, como técnica de recolha, o questionário.

1.1. A educação pré-primária na educação básica em Ovar

Ovar é um concelho industrial, da região centro (Lamy_d, 2001), cuja sede está colocada a 40.º 51' 19,98" N e 8.º 37' 7,75" O a uma altitude de 15 m (Google Earth). O concelho tem cerca de 149,88 km². Em 2001 tinha 55.198 habitantes (368,28 habitantes/km²) e em 2004 tinha 56.715 (378,40 habitantes/km²) (cf. Wikipédia_a). A população urbana tem crescido nas últimas décadas, tendo Ovar passado a cidade em 1984, pela Lei n.º 9/84, de 28 de Junho. O povoamento é, na sua grande maioria, rural de tipo disperso alinhado. O município é limitado a norte pelo município de Espinho, a nordeste pelo de Santa Maria da Feira, a leste pelo de Oliveira de Azeméis, a sul pelo de Estarreja e pelo da Murtosa e a oeste pelo Oceano Atlântico, que banha perto de 15 km da sua costa. O concelho é atravessado por três grandes vias nacionais, a linha do Norte, a A1 e a A29 e possui o Aeródromo de Manobras n.º 1 em Maceda. O clima é temperado mediterrâneo. O Inverno é suave e o Verão relativamente fresco, tendo elevados valores de humidade relativa durante todo o ano. O concelho está subdividido em 8 freguesias, 4 agrupamentos de escolas e a Escola Básica Integrada de S. Vicente de Pereira.



O município de Ovar caracteriza-se por ter uma rede educativa dispersa “e por uma ligeira tendência de perda de população escolar em termos de mobilidade extra-freguesia” (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 440). A carta educativa do município foi elaborada tendo por base maioritariamente dados do ano lectivo da realização da mesma. Como é referido na carta educativa de Ovar, e como o principal objectivo desta é “a definição de propostas de reorganização da rede educativa a curto, médio e longo prazo” (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 299), neste concelho a reorganização da rede educativa é caracterizada por três fases distintas em que uma já foi realizada e a outra está a decorrer, o que nos demonstra a preocupação do município pela inovação e pela mudança quando a qualidade não está assegurada.

Alguns historiadores defendem que a zona de Ovar terá sido habitada desde a pré-história, pois apresentava condições favoráveis para as comunidades humanas se estabelecerem, no entanto, a linha de costa era muito diferente da actual. Seria uma zona lagunar onde se poderia desenvolver a caça e a pesca assim como a agricultura devido aos solos leves e fáceis de trabalhar que por lá existiam. No entanto não existe qualquer vestígio que sirva de base a esta hipótese. Conhecem-se populações em Ovar só a partir do século XI, e este terá sido formado pela fusão de várias aldeias próximas, sendo as mais importantes Ovar e Cabanões (Lamy, 2001_a: 42).

Ovar era terra de lavradores, pescadores, comerciantes de sal e artesãos, foi crescendo e em 1514 recebeu foral por D. Manuel I (Lamy, 2001_a: 50). No século XVIII houve um grande impulso ao crescimento demográfico na zona, sendo ele a introdução de novas técnicas de pesca (arte xávega) assim como novas técnicas de salga e conservação do pescado. Devido às dificuldades que tinham para ter pão para comer todos os dias, muitos dos habitantes de Ovar percorreram os caminhos do mundo, espalhando-se pelos portos de todo o país e do mundo (Bernardo, s.d.: 2).

A 8 de Junho de 1863 o troço de caminho-de-ferro entre Estarreja e Vila Nova de Gaia que atravessava o concelho de Ovar foi aberto provisoriamente à circulação, sendo a inauguração oficial realizada em 1864 e em 1865 inaugurada a estação de Ovar. O caminho-de-ferro veio mudar completamente a vida em Ovar, acabando com a exploração comercial da ria por barco e com a recovagem com animais de carga e tracção (Martins, 2006_b: 65). O movimento intenso que decorria na ria tanto de passageiros como de mercadorias e a condução destas do cais da Ribeira ao do Carvoeiro ou mesmo até Vila Nova de Gaia sofreu um grande declínio, assim como o transporte de sal das marinas de Aveiro através da ria para Gaia diminuiu intensamente. Por outro lado o caminho-de-ferro proporcionou a Ovar desenvolver o seu comércio sendo este cada vez mais rápido com o norte e sul do País. O *Ovarense* foi o primeiro semanário de Ovar e surgiu em 1883 (Bernardo, 2006: 32).

Em 1906 é inaugurada a segunda via da linha-férrea do norte. A estação dista 28 km de Aveiro e 37,8 km de S. Bento com serviço de passageiros e mercadorias.

A 1 de Dezembro de 1913 é inaugurada a iluminação em Ovar (Lamy, 2001_b: 512). A partir de 1931 Ovar passou a ser fornecido de energia pela união eléctrica portuguesa e não por maquinismos da companhia portuguesa de iluminação e tracção de Ovar. “A 1 de Janeiro de 1914 surgiu em Ovar o primeiro jornal católico *João Semana*, fundado pelos padres Manuel Lírio e José de Araújo (Lamy, 2001_b). No século XX com a industrialização, o quadro rural e piscatório que caracteriza Ovar sofreu profundas alterações e mais de metade da população emprega-se no sector secundário.

Actualmente, Ovar é um concelho industrial com uma grande variedade de actividades, ocupando a indústria mais de 60% da população activa (cf. Bernardo, s.d.: 2). A par do encerramento das pequenas unidades comerciais tradicionais, assiste-se ao desenvolvimento de médias e grandes superfícies comerciais. O sector primário é cada vez menor ocupando cerca de 4% da população activa. Mas apesar do desenvolvimento industrial e por conseguinte da sua urbanização, o concelho apresenta ainda várias áreas propícias ao mais variado turismo, pois apresenta quilómetros de praias enquadradas com pinhal e por outro lado a beleza única da ria de Aveiro. A preocupação actual em Ovar é um desenvolvimento equilibrado entre o crescimento do sector do comércio e dos serviços, o bem-estar da população, a poluição da ria de Aveiro e da barrinha de Esmoriz, a manutenção da zona costeira, a erosão e a ambição da urbanização. O maior atractivo para a população permanente no concelho é a oferta de emprego no sector secundário e relativamente à oferta turística temos a praia, a ria e a zona verde envolvente que a assegura.

Em relação às infra-estruturas existentes no concelho, este é coberto pela rede de distribuição de água e recolha de lixo e cerca de 65% a 70% é coberto pelo saneamento básico, águas pluviais, gás natural e TV cabo. Existe um hospital na sede de concelho e centros de saúde em todas as freguesias. A existência de uma biblioteca municipal e seis pólos de leitura distribuídos por algumas das freguesias do concelho favorecem também a qualidade de vida dos Vareiros. São 132 os equipamentos desportivos e conta-se 117 associações ou grupos de carácter cultural, recreativo ou desportivo, assim como também existem 2 hotéis, 1 motel, 1 pensão, 2 estalagens e 3 parques de campismo em Ovar, proporcionando desta forma algumas opções a quem queira visitar o concelho e aos próprios conterrâneos.

A emergência da educação em Ovar

O ensino das “primeiras letras” esteve “a cargo dos clérigos de missas, dos minoristas...” (Lamy, 1983: 5) como por todo o país. O ensino primário oficial em Ovar foi previsto no Alvará de 6 de Novembro de 1772, na mesma altura que o Estado organizava a educação primária em todo o país (Lamy, 1983) com 2 lugares de mestres de ler, escrever e contar de escolas menores dos 9 previstos para a comarca da Feira e dos 455 previstos para o Reino e Ilhas (Gomes, 1982: 15).

O que era referido na Carta Lei de 6 de Novembro é que os mestres tinham de ensinar a ler, escrever e contar e tinham obrigação de «ensinar, não somente a boa forma dos caracteres, mas também as regras gerais da ortografia portuguesa e o que necessário for da sintaxe dela, para que os seus respectivos discípulos possam escrever correcta, e ordenadamente; ensinando-lhes, pelo menos, as quatro espécies de aritmética simples, o catecismo e as regras de civilidade em um breve compêndio» (Lamy, 1983: 5). Em 1774 é criada a escola da Vila e em 1779 a da Ruela, exclusivas do sexo masculino. A primeira escola pública feminina em Ovar é criada a 9 de Fevereiro de 1839 (Lamy, 1999: 2), e nomeada professora Luísa Ludovina de Oliveira Camossa, natural da vila. Em 1844 em Ovar existiam “dois mestres do ensino primário, dois mestres das aldeias e uma mestra de meninas” (Lamy, 2001: 46).

Segundo Alberto Lamy^a (2001: 461) no ano lectivo de 1856-1857 existiam cinco cadeiras no concelho que foram frequentadas por 414 alunos. No ano lectivo seguinte na primeira cadeira matricularam-se 89 alunos, sendo 60 deles a segunda vez que frequentavam esta cadeira e saíram *prontos* (“dizem-se prontos os que saem das escolas sabendo alguma coisa ler e contar por inteiros, pois pela maior parte com isto se contentam os pais dos alunos»). Nas duas outras cadeiras o número de alunos matriculados também

era enorme e maior ainda o número daqueles que já a tinham frequentado no ano anterior...saíam prontos 5 ao todo das duas outras cadeiras. No ano de 1859-1860, matriculam-se cerca de 501 alunos e saem prontos 29. Por conseguinte, apesar de serem poucas as crianças a irem à escola, as que vinham também tinham várias dificuldades, vendo-se isso no número que saía pronto por ano.

Alberto Sousa Lamy na Monografia de Ovar (2001_b: 47) apresenta uma pequena estatística acerca dos indivíduos (pertencentes às diferentes classes como lhe chama e a diferentes profissões ou indústrias), que sabiam ler em 1865 em Ovar. Como se pode perceber pela análise do quadro seguinte, os trabalhadores eram a classe que tinha menor número de indivíduos a saber ler, tanto de sexo masculino como feminino. E no sexo feminino eram muito poucas as mulheres que iam à escola; isso traduz-se nestes índices baixíssimos de mulheres a saber ler. Note-se também o número elevado de menores de 16 anos que eram trabalhadores.

do sexo masculino:		
artistas e operários		199
lavradores		297
trabalhadores		14
exercendo diferentes indústrias ou profissões		210
do sexo feminino:		
exercendo artes e ofícios		12
trabalhadoras		0
exercendo diferentes indústrias ou profissões		0
menores de 16 anos:		
aprendendo artes e ofícios	H	M
	27	7
trabalhadores	141	16
exercendo diferentes indústrias e profissões	8	0
Total		931

Quadro 1 - indivíduos que sabiam ler em Ovar, em 1865 (Lamy_b, 2001: 47).

Em 1866 o 1.º Conde de Ferreira, Joaquim Ferreira dos Santos deixa toda a sua fortuna a várias instituições e fundações de beneficência e de utilidade pública, para a criação “de 120 escolas primárias, para ambos os sexos, em vilas ou cabeças de concelho, incluindo habitação para os professores” (cf. Lamy_b, 2001: 24) destinava para cada edifício a importância de 1.200\$000 réis. A obra ficou pronta em 1868 mas em 1884 já se encontrava num estado lastimoso e inabitável sendo demolida em 1960 para dar lugar ao tribunal. Foi transferida para o antigo edifício do hospital camarário onde funcionou nesse mesmo ano.

Em 1883 surge a escola feminina do Padre Ferrer e 6 anos mais tarde a masculina. Em 1897 é criado o Colégio-Asilo dos S. C. de Jesus e Maria e em 1906 a comissão de beneficência escolar. Em 1908 surge “a 1.^a missão das Escolas Móveis pelo Método João de Deus” (Lamy_b, 2001: 320). A 2.^a missão abre em 1909 e a 3.^a em 1910. Só em 1910, Ovar teve a sua Misericórdia, “juridicamente organizada pela aprovação dos seus estatutos” (Santos, 2001: 152), na qual veio a ser construída uma creche.

Nos 16 anos da primeira república surgiram 5 novos estabelecimentos de ensino em Ovar. Em 1911 surge o colégio Júlio Dinis, primeiro o feminino e um ano mais tarde o masculino. Em 1916 começa a funcionar a primeira escola no Furadouro, mas a primeira escola oficial data de 1935. O Colégio Ovarense é criado em 1918 e um ano mais tarde é aberta a Escola Primária Superior (Lamy_c, 2001: 101) e em 1925 a Escola Livre de Ovar. Segundo o documento oficial do ensino entre 1910 e 1915, existiam em 1910 em Ovar 15 escolas (8 do sexo masculino, 6 do feminino e uma mista, com 17 professores sendo 9 do sexo masculino e 8 do feminino). No recenseamento escolar de 1910 existiam um total de 4130 crianças mas só 1280 se matricularam e destas só 96 do sexo masculino e 47 do sexo feminino foram aprovados em exame do 1.^o grau e do segundo grau apenas 51 rapazes e 9 raparigas. Em 1915 havia 22 escolas. O número de professores também aumentou, sendo o número de professoras neste ano superior ao dos professores. Cada vez o sexo feminino se aproximava mais do masculino e no recenseamento escolar essa tendência pode ser facilmente observada, mas quando se lê os números de alunos matriculados, os rapazes continuavam a progredir mais do que as raparigas (Portugal/Ministério das finanças/Direcção geral de estatística, 1919: 14).

Durante o Estado Novo foram abertas algumas instituições no concelho, mas escolas primárias abriu só uma complementar em 1928 (Lamy_c, 2001: 198) e até ao fim do Estado Novo na cidade e freguesia de Ovar não abriram mais escolas primárias. Contrariamente ao observado nos outros municípios do país, na década de 1960 o de Ovar foi caracterizado por um crescimento demográfico pouco comum, pois não sofreu com a emigração que foi responsável pela diminuição da população residente em todo o país. Assim neste período Ovar teve um elevado crescimento, o que levou à evolução da educação pré-escolar (ou EPP) e escolar da forma acima referida. “A Escola Industrial abriu em 1961” (Lamy_d, 2001: 15). “O Ciclo Preparatório *Alexandre de Sá Pinto* começou a funcionar, em Outubro de 1968” (Lamy_d, 2001: 54) actualmente esta escola preparatória denomina-se E. B. 2,3 António Dias Simões e é sede do Agrupamento de Ovar. Em 1971 foi criado em Portugal o Liceu Nacional Misto em Ovar. A 1972 o Centro Infantil do Furadouro começou e funcionar e era definido por uma “instituição de assistência e educação

de utilidade local” (Lamy_d, 2001: 89). A tentativa de trazer o ensino superior a Ovar surge em 1991 mas é chumbada, uns anos mais tarde estavam à espera de reconhecimentos outras duas instituições (Lamy_d, 2001: 331). Actualmente, a rede educativa do município é constituída por 89 estabelecimentos de ensino, sendo 41 da educação pré-primária, 36 escolas do 1.º ciclo do ensino básico, 8 do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, 3 do ensino secundário e uma escola profissional (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 73).

A rede pública e privada em Ovar

♦ A rede pública pré-primária em Ovar

A rede educativa do município de Ovar é constituída por 41 estabelecimentos de educação pré-primária sendo 29 da rede pública. Segundo a Carta Educativa de Ovar, desde 2000/2001 até 2006/2007 o número de crianças inscritas na educação pré-primária na rede pública aumentou 13,56%, de 789 para 896 crianças, representando “57,88% do total de crianças que frequentavam a Educação Pré-escolar, mostrando, deste modo, o peso significativo do ensino particular com ou sem fins lucrativos, representando 42,12%. Da análise da população residente entre os três e os cinco anos, conclui-se que apenas 80,96% das crianças se encontravam inscritas nos estabelecimentos de Educação Pré-escolar do Município, o que correspondia a 1548 crianças, sendo que as restantes 364 crianças não frequentavam qualquer estabelecimento de ensino” (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 83).

9h	10h30	12h	12h30	13h	13h30	14h	15h30	17h30
componente lectiva			Almoço		componente lectiva			
sala	refeitório	sala				sala e limpeza		
sala						sala*		
			Auxiliar da acção educativa			Educadora de Infância		

*Os Educadores de Infância realizam uma hora de atendimento mensal aos pais e duas vezes por semana realizam uma hora de supervisão da CAF, após a componente curricular. Nos JI que não existe CAF, os educadores têm de acompanhar os alunos do 1.º CEB no apoio ao estudo.

Quadro 2 - horário de JI público (exemplo de uma sala) sem CAF e sem serviço de almoço

9h	10h30	12h	12h30	13h	13h30	14h	15h30	17h30
componente lectiva			Almoço		componente lectiva			
			refeitório					
sala	refeitório	sala			sala e limpeza			
sala					sala			
			Auxiliar da acção educativa			Educadora de Infância		
			Funcionário do JI responsável pela hora de almoço (AAE ou outro)					

Quadro 3 - horário de JI público (exemplo de uma sala) sem CAF e com serviço de almoço

7h	8h	9h	10h30	12h	12h30	13h	13h30	14h	15h	15h30	16h00	16h30	17h30	18h30
comp. não lec.		componente lectiva			comp. não lec.		componente lectiva			componente não lectiva				
pré-escolar														
C. A. F. (sala)														
C. A. F. (local externo à pré-escola)														
Componente de Apoio à Família (refeitório)														
Componente de Apoio à Família (local externo)														
sala		refeitório		sala		sala e limpeza								
sala				sala										
Educadora de Infância														
Auxiliar da acção educativa														
Tarefa da Câmara responsável pela limpeza e auxílio na C. A. F.														
Tarefa da Câmara responsável pelas actividades de animação sócio-educativa na C. A. F.														

*O horário das tarefas da CAF varia de acordo com as necessidades das famílias, o que leva a diferenças no horário da CAF entre os JI do concelho. Na sua maioria as tarefas apenas realizam 5 horas diárias mas, noutros JI há necessidade destas trabalharem 7h diárias.

Quadro 4 - horário de JI público de Ovar com CAF que inclui serviço de almoço

A componente lectiva da educação pré-primária decorre entre as 9h e as 15h30m, com pausa para almoço das 12h às 13h30. No concelho de Ovar a maioria dos estabelecimentos de educação pré-primária presta o serviço de refeição, mas só em quatro dos jardins-de-infância foi manifesta a necessidade do prolongamento de horário. Nos estabelecimentos em que a componente sócio-educativa funciona as crianças têm à sua disposição este serviço desde a hora estipulada pelos pais no início do ano em concordância com o responsável pelo serviço até às 9h da manhã, estando acompanhadas por uma tarefaira contratada para o serviço. Depois funciona durante as horas da refeição e ao fim da tarde das 15h30m até à hora acordada. Após as 15h30 as crianças são acompanhadas por duas tarefairas desempenhando uma delas funções de animadora sócio-cultural.

A componente de apoio à família em Ovar

O complemento educativo em Ovar traduz-se no serviço de refeições, na CAF e nas actividades de enriquecimento curricular (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007). Para garantir a qualidade de todo o tempo que os pais precisam de ter as crianças nos estabelecimentos de ensino, é necessário que estes serviços estejam a servir de auxílio a uma educação de qualidade. A animação sócio-educativa proporciona às crianças que frequentam a educação pré-escolar o fruir, o prazer de estar e conviver (Portugal/ME, 2002: 6). Nas actividades de enriquecimento curricular, segundo o Ministério da Educação (Portugal/ME, 2007), pretende-se garantir a escola a tempo inteiro. Estas actividades devem permitir aos alunos desenvolver competências noutras áreas que não as abordadas no horário curricular.

Em Ovar o prolongamento de horário funciona da parte da manhã a partir da hora estipulada no início do ano lectivo entre pais, jardim-de-infância, agrupamento e autarquias até à hora a que chega a educadora. O serviço de refeições também decorre no horário esti-

pulado por cada jardim-de-infância podendo ou não variar nos jardins-de-infância que pertencem ao concelho. O prolongamento de horário da parte da tarde tem início após o encerramento das actividades da componente lectiva até à hora estipulada no início do ano lectivo. Os pais participam no custo na componente sócio-educativa de acordo com as condições sócio-económicas que têm. Os valores oscilam entre os 5€ mensais e valores superiores a 75€, podendo algumas famílias, se manifestarem carências económicas, ver este valor mínimo mais reduzido ou serem mesmo dispensadas ou suspenso o respectivo pagamento. Apesar de existir um prazo para as inscrições na componente sócio-educativa normalmente estipulada pelo jardim-de-infância, no regulamento da componente sócio-educativa de apoio à família de Ovar, no artigo 10.º é referido que “a criança pode começar a frequentar a componente sócio-educativa em qualquer altura do ano” (Câmara Municipal de Ovar, 2005: 4) e para isso só tem de comunicar o facto por escrito à Câmara de Ovar.

Do total de 1548 crianças a frequentar a educação pré-primária no ano lectivo 2007/2008 no concelho de Ovar, cerca de 33,53% das crianças matriculadas recebiam apoio da acção social. Neste mesmo ano lectivo, a usufruir da componente de apoio à família durante todo o dia, ou seja com actividades de animação sócio-educativas, só estavam quatro jardins-de-infância do concelho, o Jardim-de-infância da Oliveirinha, o da Habitar, o do Torrão do Lameiro e o do Gavinho.

♦ A rede pública de educação básica em Ovar

Na rede educativa do município de Ovar existem 36 estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico e 8 do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico. Dos estabelecimentos do 1.º CEB, só um é particular com paralelismo pedagógico, todos os restantes pertencem à rede pública (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 76). No que diz respeito às escolas do 2.º e 3.º ciclo pertencem todas à rede pública. As freguesias que apresentam o número mais elevado de estabelecimentos do 1.º CEB são Ovar e Válega, tal como acontece na educação pré-primária.

Como desde “os finais do século XIX que o ensino obrigatório em Portugal tinha como meta atingir o 4º ano de escolaridade” (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 76), a partir daqui observa-se a multiplicação deste tipo de estabelecimentos no município de Ovar e por todo o país. Por conseguinte, como a rede pública abrange uma grande área neste tipo de ensino não existe a criação de muitas instituições de cariz particular, apesar de existir uma no município de Ovar.

Segundo a carta educativa de Ovar, desde o ano lectivo de 2000/2001 até hoje, o número de crianças inscritas no 1.º CEB da rede pública aumentou de 2782 alunos para 2901 alunos matriculados no ano lectivo de 2006/2007. A freguesia com maior número de alunos matriculados no 1.º ano de escolaridade do 1.º CEB é a de Ovar com 945 alunos (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 84). A componente curricular do 1.º CEB funciona das 9h às 15h30m, com pausa para almoço das 12h às 13h30m. As actividades de enriquecimento curricular funcionam das 15h30m até às 17h30m. Todas as escolas do 1.º CEB do concelho funcionam em regime normal e as crianças usufruem do serviço de refeição.

9h	12h	12h30	13h	13h30	14h	15h	15h30	16h00	16h30	17h30	18h	19h
componente lectiva		comp. não lec.		componente lectiva			componente não lectiva					
1º CEB												
sala		sala										
		refeitório					Actividades de Enriquecimento curricular					
							Actividades de Enriquecimento curricular					
												limpeza da sala
							Professor 1.º CEB*					
							Diariamente os professores vêm leccionar a AEC que lhe corresponde (são duas diferentes por dia).					
							Tarefaira da Câmara ou do agrupamento responsável pelo almoço e pelo acompanhamento nas A.E.C.					
							Tarefaira da Câmara/ agrupamento encarregue pela limpeza da escola					
*Os professores têm uma hora mensal de atendimento aos pais e duas vezes por semana realizam apoio ao estudo no caso de não serem coordenadores de estabelecimento, nesse caso têm reuniões de cordenação e não apoio ao estudo. Também têm de realizar uma hora semanal de supervisão das AECs.												

Quadro 5 - exemplo do horário de uma escola do 1.º CEB

Neste horário apenas surge uma sala de 1.º CEB pois cada escola tem duas ou mais salas sendo os horários semelhantes entre si, variando no número de professoras e auxiliares por escola de acordo com o número de crianças. Algumas crianças do 1.º CEB podem ainda após as 17h30m e até à hora determinada previamente, ter prolongamento de horário.

No que diz respeito ao número de alunos a frequentar o 2.º e 3.º CEB regista-se um acréscimo de 3,71% desde o ano lectivo de 2000/2001 até ao de 2006/2007, passando de 3393 para 3519 alunos (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 203).

As actividades de enriquecimento curricular em Ovar

No concelho de Ovar a acção social escolar ao nível do 1.º CEB traduz-se em participações nas refeições, nas actividades extracurriculares e no prolongamento de horário. O serviço de refeição funciona na pausa entre o tempo curricular, as actividades de enriquecimento curricular funcionam das 15h30 às 17h30m e o prolongamento de horário (caso exista) das 17h30m até à hora escolhida no início do ano.

No Decreto-Lei n.º 6/2001 é aprovada a reorganização curricular do ensino básico. Nesse mesmo documento, no artigo 9.º é referido que as escolas ao longo do seu projecto educativo devem facultar “aos alunos actividades de enriquecimento do currículo, de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação”.

Na carta educativa do concelho é referido que “a escola deve constituir um espaço aberto à mudança, de modo a que se possa concretizar um ensino de qualidade. Neste sentido, é de máxima importância a interacção com o meio local – o Município, a comunidade, a família e demais intervenientes que possam assegurar a sua intervenção a outros níveis. Com vista a proporcionar uma resposta a esta necessidade” (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 255) são instituídas nas escolas do município as AECs.

“Consideram-se actividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente: actividades de apoio ao estudo; ensino do Inglês; ensino de outras línguas estrangeiras; actividade Física e Desportiva; ensino da Música; outras expressões artísticas; outras actividades que incidam nos domínios identificados.” (Despacho n.º 14 460/2008, n.º 9). Os objectivos destas actividades no concelho de Ovar, com base da carta educativa do concelho, são: criar no aluno o gosto de estar na escola; proporcionar situações de socialização ao aluno; criar no aluno a consciência do sentido de cidadania; promover a assistência a alunos que tenham um ritmo mais lento de aprendizagem; educar para o trabalho e despertar vocações. As actividades de enriquecimento curricular devem visar o enriquecimento cultural e cívico, além de todas as áreas que normalmente são referidas.

Em Ovar, no agrupamento de escolas Florbela Espanca existem 771 crianças do 1.º CEB a usufruir da refeição e 305 da educação pré-primária. Na escola EB1 S. Vicente de Pereira que corresponde a um agrupamento existem 144 do 1.º CEB e 45 da EPP. Nos agrupamentos de Ovar são 1223 do 1.º CEB as crianças a usufruírem do serviço de refeição e 293 da EPP. No agrupamento de Maceda e Arada são 361 do 1.º CEB e 153 da EPP. No agrupamento de escolas de Ovar sul usufruem do serviço de refeição 321 alunos do 1.º CEB e 117 da EPP.

No ano lectivo 2006/2007, no município de Ovar as actividades de enriquecimento curricular abrangiam a totalidade dos estabelecimentos de ensino. Neste programa relativa-

mente aos alunos do 1.º CEB, o 1.º e 2.º ano frequentava a expressão dramática e a expressão plástica, o 3.º e 4.º ano a iniciação à língua estrangeira. O 4.º ano tinha as disciplinas de apoio ao estudo, educação musical e expressão físico-motora (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 255). Para podermos referir que estas actividades estavam a ser realizadas com qualidade elas têm de atingir como “objectivo primordial o enriquecimento curricular dos alunos e o aumento da sua formação pessoal e cívica, assim como a socialização com grupos etários mais avançados” (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 257).

♦ Agrupamentos de escolas

Os agrupamentos de escolas surgiram como resposta à complexidade e evolução da população escolar. “Os Agrupamentos de Escolas são uma realidade recente e o seu início reporta-se aos finais da década de 80, marcada pela criação das Escolas Básicas Integradas...” (Madail, 2007: 100). Sendo assim agrupamento de escolas é “como uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, que pode integrar estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais ciclos do ensino básico, a partir de um projecto pedagógico comum” (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 226) que deve obedecer a alguns objectivos, nomeadamente a articulação da escolaridade obrigatória em determinada área geográfica; combater situações de isolamento de estabelecimentos; reforçar a capacidade pedagógica e o aproveitamento racional dos recursos de cada estabelecimento e garantir a autonomia, administração e gestão comum entre todos os estabelecimentos que integram um agrupamento de escolas (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 226). O agrupamento de escolas é a ferramenta utilizada para tornar a rede educativa mais coesa.

No município de Ovar a rede educativa pública está organizada por 4 agrupamentos de escolas, o agrupamento de escolas Florbela Espanca, o agrupamento de escolas de Maceda/Arada, o agrupamento de escolas de Ovar, o agrupamento de escolas de Ovar Sul e o Território Educativo da Escola Básica Integrada de S. Vicente de Pereira (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 228). No concelho existem 41 estabelecimentos de educação pré-primária e 36 do 1.º CEB. Na rede pública existem 29 jardins-de-infância e 35 escolas do 1.º CEB.

Com base na Carta Educativa de Ovar (cf. Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 227), podemos fazer uma síntese de algumas das características mais importantes de cada um dos agrupamentos do concelho, no ano lectivo de 2006/2007. O agrupamento de escolas Florbela Espanca é composto por nove estabelecimento de educação pré-primária, e

entre o ano lectivo de 2000/2001 e 2006/2007 observou-se um acréscimo de 16,41% de crianças a frequentar a EPP neste agrupamento. Existem nove estabelecimentos de 1.º CEB e entre os anos lectivos anteriormente referidos observou-se um ligeiro aumento de 2,25% no número de alunos. Neste agrupamento existem ainda duas escolas para o 2.º e 3.º CEB. No agrupamento de escolas de Maceda/Arada existem 4 estabelecimentos de EPP, e entre 2006 e 2007 assistiu-se a um decréscimo de 18,75% do número de crianças a frequentar a educação pré-primária. No que diz respeito às escolas do 1.º CEB existem três e entre os anos lectivos de 2000 e 2007 houve um decréscimo no número de alunos traduzido por uma redução de -12,78%, e só existe uma escola do 2.º e 3.º CEB. No agrupamento de escolas de Ovar existem nove jardins-de-infância, e entre o ano lectivo de 2000/2001 e 2005/2006 observou-se um crescimento de 12,89% no número de crianças. No que diz respeito ao 1.º CEB houve um acréscimo de 2,93% do número de alunos nos 14 estabelecimentos de ensino e uma escola do 2.º e 3.º CEB. O agrupamento de escolas de Ovar sul integra seis estabelecimentos de EPP, e no ano lectivo de 2000/2001 tinha 95 crianças aumentando para 116 no ano lectivo de 2006/2007 é constituído por oito estabelecimento de ensino do 1.º CEB e evidencia entre 2000 e 2007 um decréscimo de -12,43% na população escolar matriculado. Relativamente ao 2.º e 3.º CEB existe neste agrupamento um estabelecimento destinado a esta população. A Escola Básica integrada de S. Vicente de Pereira é composta por EPP, 1.º CEB, 2.º e 3.º CEB. Houve um acréscimo de 22,86% no número de crianças a frequentar a EPP neste estabelecimento sendo 43 no ano lectivo de 2006/2007. Existem 147 alunos matriculados no 1.º CEB apesar de se ter verificado uma redução de -7,55% do ano lectivo de 2001/2002 até 2006/2007. No 2.º e 3.º CEB estavam matriculados no ano lectivo transacto 172 alunos, existindo um acréscimo de 49,57% entre os anos lectivos de 2001/2002 e 2006/2007.

Existem portanto 29 estabelecimentos da rede pública de educação pré-primária, com um total de 44 salas com capacidade para 1100 crianças e apenas com 896 a ocupá-las, sendo assim têm uma taxa de ocupação de 81,45% (cf. Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 284). Na rede particular existem 12 estabelecimentos de ensino com 34 salas e com capacidade para 850, mas têm apenas 652 alunos logo têm uma taxa de ocupação de 76,71%, o que leva a que neste município a taxa de ocupação da rede pública é superior ao da rede privada o que não é muito comum. No total, relativamente ao número de crianças por estabelecimentos de ensino tendo a conta a sua capacidade, temos uma taxa de ocupação de 79,38% na EPP no concelho de Ovar. Relativamente ao 1.º CEB existem 35 estabelecimentos da rede pública, com 126 salas e com capacidade para apenas 2520 alunos, mas tem 2819 alunos, logo tem uma taxa de ocupação superior à normal de 111,87%. Na rede particular só existe um estabelecimento do 1.º CEB com 4

salas e capacidade para 80 alunos e está ocupada com 2 alunos a mais para a sua capacidade, tendo uma taxa de ocupação de 102,50%. No total e tendo em conta o número de crianças tanto na rede pública como privada, no concelho de Ovar a taxa de ocupação do 1.º CEB é de 111, 58% ou seja, a procura é maior do que a oferta e alguns estabelecimentos estão com crianças a mais do que seria aconselhável.

♦ Responsabilidade dos municípios

“De acordo com o estipulado na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, em articulação com o Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho a planificação das actividades de animação e de apoio à família, tendo em conta as necessidades das famílias, é da responsabilidade dos órgãos competentes do Agrupamento/Instituição, em articulação com os Municípios (no caso da rede pública), envolvendo obrigatoriamente os educadores responsáveis pelo grupo” (Portugal/ME/DGIDC, 2007).

No município de Ovar e até ao ano lectivo de 2007/2008, a Câmara Municipal de Ovar era responsável por organizar toda a CAF, por contratar os professores para as AECs e o pessoal responsável pela CAF e eram também responsáveis pela contratação e supervisão da empresa que fornece os almoços às crianças da pré-escola e do 1.º CEB. A supervisão do trabalho do animador sociocultural e a responsabilidade de encontrar instalações indicadas para a CAF era também tarefa realizada pela Câmara Municipal de Ovar até o ano lectivo de 2007/2008. No corrente ano lectivo a CAF está a cargo da Junta de Freguesia.

A Carta Educativa de Ovar (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 11) remete para a política educativa do município onde estão consagrados alguns objectivos e estratégias de Intervenção em Ovar, nomeadamente: “(...) criar condições para que a educação pré-escolar seja entendida, pelos pais, como uma etapa fundamental na formação dos seus filhos; criar condições para a cobertura total da educação pré-escolar a nível municipal; criar condições para que a componente de apoio à família na educação pré-escolar seja uma realidade; articular com os Agrupamentos de Escolas a gestão do pessoal não docente da responsabilidade da autarquia; criar condições para que cada Agrupamento de Escolas possa dispor dos recursos materiais necessários a um bom funcionamento dos estabelecimentos de Educação pré-escolar e dos estabelecimentos de ensino do 1.º CEB; (...) colaborar e apoiar iniciativas no âmbito do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), tendo como objectivo favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória; criar condições e promover o serviço de refeições (almoço) nos estabelecimentos de ensino do Município; reforçar a identidade e a cultura local nas mais variadas áreas da

educação formal, não formal e informal, com ligação à dinâmica cultural, às questões ambientais e a qualidade de vida das populações”.

A rede privada em Ovar

Recentemente, dos 41 estabelecimentos de ensino pré-primária, 10 são particulares sem fins lucrativos e 2 são particulares com fins lucrativos no ano lectivo de 2006/2007. Estas instituições particulares localizam-se maioritariamente na freguesia de Ovar, o que poderá ser justificado pelo facto de ter “maior dinamismo demográfico e sócio-económico” (cf. Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 73).

Como é referido na Carta Educativa de Ovar (2007: 74), a necessidade da educação pré-escolar (ou EPP) para dar resposta à evolução da sociedade levou a que o sector particular e social fosse inovador e empreendedor ao contrário da rede pública. Foram no município, os equipamentos afectos à rede particular que colmataram as deficiências existentes ao nível da educação pré-escolar.

Relativamente aos outros níveis de ensino, só no caso do 1.º CEB existe uma escola particular com paralelismo pedagógico em Ovar. Os quadros ilustrativos apresentados de seguida foram todos baseados na observação directa e no diálogo com os responsáveis pelas instituições no ano lectivo de 2007/2008.

♦ Funcionamento das instituições particulares sem fins lucrativos de Ovar

Jardim-de-infância Centro de Promoção Social do Furadouro

7h	8h	9h	9h30	11h15	12h	12h30	13h	13h15	:30	14h	14h30	15h	15h30	15h45	16h30	17h	17h30	18h	18h30	19h			
comp. não lec.		componente lectiva				comp. não lec.				componente lectiva				comp. não lec.									
polivalente				cozinha/ limpeza/ sesta												polivalente							
creche																							
	polivalente	reforço manhã	sala 1	almoço	dormir na sala				dormir na sala		sala 1	lanche	sala 1	polivalente									
		reforço manhã	sala 1	almoço	dormir na sala						sala 1	lanche	sala 1	polivalente									
	polivalente	reforço manhã	sala 2	almoço	dormir na sala				dormir na sala		sala 2	lanche	sala 2	polivalente									
		reforço manhã	sala 2	almoço	dormir na sala						sala 2	lanche	sala 2	polivalente									
		reforço manhã	sala 1/2	almoço	dormir na sala				sala 1/2		lanche	sala 1/2*											
	polivalente	reforço manhã	sala 3	almoço	dormir na sala				dormir na sala		sala 3	lanche	sala 3	polivalente									
		reforço manhã	sala 3	almoço	dormir na sala						sala 3	lanche	sala 3	polivalente									
		reforço manhã	sala 3	almoço	dormir na sala				sala 3		lanche	sala 3*											
pré-escolar																							
		reforço manhã	sala 1	refeitório		dormir na sala						sala 1	refeit.	sala 1	polivalente								
		reforço manhã	sala 1	refeitório						dormir na sala		sala 1	refeit.	sala 1*									
	polivalente	reforço manhã	sala 2	refeitório						polivalente		sala 2	refeit.	sala 2	polivalente								
		reforço manhã	sala 2	refeitório		polivalente						polivalente		sala 2	refeit.	sala 2*							
			sala 3	refeitório		polivalente						sala 3	refeit.	sala 3	polivalente								
	reforço manhã	sala 3	refeitório		polivalente						polivalente		sala 3	refeit.	sala 3*								
*A segunda-feira a hora de atendimento aos pais é das 16h às 18h, logo, as educadoras de infância saem às 18h.																Auxiliares da acção educativa							
À sexta-feira as educadoras saem às 16h.																Educadores de infância							

Quadro 6 - horário do JI Centro de Promoção Social do Furadouro

No ano lectivo de 2006/2007 esta instituição era frequentada por 62 crianças (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 145) e segundo apuramos numa visita a esta instituição

no início do ano lectivo de 2007/2008 a instituição funcionava das 7h da manhã às 18h45m. As educadoras entram às 9h, fazem a pausa de almoço e depois saem às 17h da instituição, logo as crianças antes e depois do tempo curricular com a educadora e na hora de almoço estão entregues às auxiliares da acção educativa.

Jardim-de-infância Centro Social Jesus Maria José

No ano lectivo de 2006/2007 este jardim-de-infância tinha um total de 50 crianças a frequentá-lo (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 145). Relativamente a esta instituição, não temos informações acerca do seu funcionamento pois não conseguimos entrar em contacto com a mesma.

Jardim-de-infância Centro Social e Paroquial de São Cristóvão de Ovar

Em 2006/2007 existiam 47 crianças neste estabelecimento de educação pré-escolar (ou EPP) (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 145). A instituição abre às 7h30m e fecha às 18h30m. As educadoras de infância trabalham das 9h às 17h e no tempo que as crianças não estão na componente lectiva com a educadora, estão com auxiliares da acção educativa.

7h30	9h	9h30	11h30	12h	12h30	13h	13h30	14h	14h30	15h	15h30	16h30	17h	17h30	18h30		
comp. não lec.	componente lectiva				comp. não lec.			componente lectiva				comp. não lec.					
pré-escolar																	
		sala 1		refeitório		sala de acolhimento			sala 1			sala 1		refeit.		sala de acolhimento	
		sala 1		refeitório		s. acolhimento		sala 1				refeit.		sala 1			
sala de acolhimento		sala 2		refeitório					sala de acolhimento		sala 2		refeit.		sala 2		
		sala 2		refeitório		sala de acolhimento			sala 2				refeit.		sala 2		
													Auxiliares da acção educativa				
													Educadores de infância				

Quadro 7 - horário do JI Centro Social e Paroquial de São Cristóvão de Ovar

Jardim-de-infância Santa Casa da Misericórdia de Ovar

No ano lectivo 2006/2007 frequentavam o jardim-de-infância da santa casa 106 crianças (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 145), e no ano lectivo transacto o horário da instituição era das 7h30m às 18h45m e as educadoras trabalham das 9h30m às 16h30, estando as crianças entregues às auxiliares da acção educativa a partir do momento que as educadoras terminavam a componente curricular. Não foi realizado o quadro ilustrativo desta realidade pois não tínhamos todos os dados específicos que necessitávamos.

Jardim-de-infância Centro Social e Paroquial de São João de Ovar

Esta instituição no ano lectivo de 2006/2007 contou com 61 crianças a frequentá-la (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 168), funcionando das 7h30m às 18h30m.

Segundo uma das educadoras da instituição estas entram às 9h e saem às 17h, logo entre as 7h30 e as 9h, durante a hora de almoço e das 17h às 18h30m as crianças ficam a cargo das auxiliares da acção educativa.

7h30	8h	8h30	9h	9h30	10h	10h45	11h	:15	:30	12h	12h30	13h	13h30	14h	14h30	15h	15h30	:45	16h00	16h15	:30	17h	17h30	18h	18h30	19h									
comp. não lec.			componente lectiva									comp. não lec.			componente lectiva						componente não lectiva														
Creche																																			
polivalente			sala 1/ lanche/ almoço/ sesta no dormitório - horários próprios									sala 1/ lanche/ sestas- horários próprios																							
sala 1/ lanche/ almoço/ sesta no dormitório - horários próprios														sala 1/ lanche/ sestas - horários próprios																					
sala 1/ lanche/ almoço/ sesta - hor. próprios												sala 1/ lanche/ sestas - horários próprios																							
sala 2				almoço				dormitório				dormitório				sala 2				lanche				sala 2				polivalente							
sala 2				almoço				dormitório										dormitório		sala 2		lanche		sala 2											
sala 2				almoço				dormitório								dormitório				sala 2		lanche		sala 2				polivalente							
sala 1/2														sala 1/ 2																					
polivalente			sala 3				refeitório				dormir sala								dormir sala				sala 3		refeit.		sala 3								
sala 3				refeitório				dormir sala												dormir sala		sala 3		refeit.		sala 3									
sala 3				refeitório				dormir sala								dormir sala				sala 3		refeit.		sala 3				polivalente							
sala 3				refeitório				dormir sala								dormir sala				sala 3		refeit.		sala 3											
Pré-escolar																																			
sala 1				refeitório				dormir sala								dormir sala		sala 1		refeit.		sala 1													
sala 1				refeitório				dormir sala										dormir sala		sala 1		refeit.		sala 1											
sala 2								refeitório				dormir sala								dormir sala		sala 2		refeit.		sala 2									
sala 2								refeitório								dormir sala										dormir sala		sala 2		refeit.		sala 2			
sala 3								refeitório												polivalente		sala 3				refeit.		sala 3							
sala 3								refeitório								sala polivalente						polivalente		sala 3				refeit.		sala 3					
																								Educadores de infância											
																								Auxiliares da acção educativa											

Quadro 8 - horário do JI Centro Social e Paroquial de São João de Ovar³

Jardim-de-infância Grupo de Acção Social de São Vicente de Pereira

Esta instituição contou com um total de 45 crianças no ano lectivo de 2006/2007 (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 180) e no ano lectivo anterior não foram facultados dados para poder apurar o funcionamento da instituição.

Jardim-de-infância Lar Paroquial Santa Maria de Válega

Foram 67 as crianças que frequentaram a instituição referida neste ponto no ano lectivo de 2006/2007 (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 192). No ano lectivo anterior esta instituição funcionava das 7h30m às 18h30/19h, sendo que as educadoras de infância entravam às 9h e saíam às 17h. Dois dias por semana as educadoras ausentavam-se uma hora mais cedo porque tinham reuniões ou hora de atendimento até às 17h30m. As auxiliares da acção educativa eram uma vez mais as responsáveis pelas crianças quando as educadoras já não se encontravam no jardim-de-infância.

³ Cada educadora tinha um dia de atendimentos aos pais, nesses dias as educadoras entravam às 10h 15m até às 13h e das 14h às 18h 15m. Nesse mesmo dia uma auxiliar da sala da respectiva educadora fazia pátio até às 18h. Na sala 1 e 2 da creche esse dia era à quinta-feira, na sala 3 era à sexta-feira. No jardim-de-infância na sala 1 era à segunda-feira, na sala 2 à terça e na sala 3 à quarta-feira.

7h	7h15	8h	8h30	9h	9h30	10h	10h30	12h	12h30	13h	13h30	14h	14h30	15h	15h30	16h	16h30	17h	18h	18h30	20h
comp. não lec.				componente lectiva				comp. não lec.		componente lectiva				componente não lectiva							
Creche																					
				sala 1		refeitório						sala 1		refeit.		sala 1		poliv alente			
polivalente		sala 1		lanche		sala 1		copa				sala 1		copa		sala 1		poliv alente			
polivalente		sala 2		lanche		sala 2		copa				sala 2		copa		sala 2		poliv alente			
				lanche		sala 2		refeitório						sala 2		refeit.		sala 2		poliv alente	
						sala 4		refeitório						sala 4		refeit.		sala 4		poliv alente	
				lanche		sala 5		refeitório						sala 4		refeit.		sala 4		poliv alente	
polivalente		sala 5		lanche		sala 5								sala 5		lanche		sala 5		pol.	
auxiliar de apoio										auxiliar de apoio											
		s. 1/2/5		lanche		sala 1/ 2/ 5		refeitório				sala 1/ 2/ 5		refeit.		s. 1/2/5		poliv alente			
		sala 4		lanche		sala 4		refeitório				sala 4		refeit.		sala 4		poliv alente			
pré-escolar																					
pol.		sala 1		lanche		sala 1		refeitório						sala 1		refeit.		sala 1		poliv alente	
		sala 1		lanche		sala 1		refeitório				s. 1 (=1/2/5 creche)		refeit.		sala 1		poliv alente			
pol.		sala 2		lanche		sala 2		refeitório						sala 2		refeit.		sala 2		poliv alente	
		sala 2		lanche		sala 2		refeitório				sala 2		refeit.		sala 2		poliv alente			
		lanche		sala 3		refeitório						sala 3		refeit.		sala 3		poliv alente			
		sala 3		lanche		sala 3		refeitório				sala 3		refeit.		sala 3		poliv alente			
auxiliar de apoio										auxiliar de apoio											
limpeza										limpeza											
limpeza										limpeza											
transportes										transportes											
transportes										transportes											
auxiliar de apoio										Auxiliares da acção educativa				Educadores de infância							
* À segunda-feira é dia de atendimento aos pais das 16h às 18h logo, as educadoras de infância saem às 18h e à sexta saem às 16h.																					

* À segunda-feira é dia de atendimento aos pais das 16h às 18h logo, as educadoras de infância saem às 18h e à sexta saem às 16h.

Quadro 9 - horário do JI Lar Paroquial Santa Maria de Válega

Jardim-de-infância Olívia e Florindo Cantinho – Centro Social Cortegacense

No ano lectivo de 2006/2007 frequentaram este jardim-de-infância 54 crianças (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 101). No ano lectivo de 2007/2008 a instituição abria às 7h da manhã e encerrava às 19h e o horário das educadoras era das 9h às 17h, ficando as crianças com as auxiliares da acção educativa o restante tempo que estão na instituição sem as educadoras de infância. A educadora responsável referiu que as crianças depois das 17h podiam terminar trabalhos que estavam a realizar anteriormente ou então, o que acontecia quase diariamente, iam para a sala de televisão onde também realizavam jogos.

7h	7h15	8h	8h30	9h	9h30	10h	10h30	11h30	12h	12h30	13h	13h30	14h	14h30	15h	15h30	16h	16:30	16h45	17h	17h30	18h	18h30	19h	20h		
comp. não lec.				componente lectiva						comp. não lec.				componente lectiva				componente não lectiva									
creche																											
sala 1				lanche		sala 1		almoço		dormitório						dormitório		sala 1		lanche		sala 1					
						sala 1		almoço		dormitório						sala 1		lanche		sala 1/limpeza							
sala 1		lanche		sala 1		almoço		dormitório						dormitório		sala 1		lanche		sala 1							
sala 2		lanche		sala 2		refe. creche		dormir sala								sala 2		lanche		sala 2		pol. creche/limpeza					
				lanche		sala 2		refe. creche		dormir na sala						sala 2		lanche		sala 2		pol./limpeza					
sala 2		lanche		sala 2		refe. creche		dormir na sala						dormir na sala		sala 2		lanche		sala 2							
sala 3				refeit.		sala 3		refeitório		dormir sala								sala 3		refeit.		sala 3		polival.			
						refeit.		sala 3		refeitório		dormir na sala						sala 3		refeit.		sala 3		pol. creche/limpeza			
sala 3		refeit.		sala 3		refeitório		dormir na sala						dormir na sala		sala 3		refeit.		sala 3							
pré-escolar																											
sala polivalente		sala 1		refeit.		sala 1		refeitório						sala 1		refeit.		sala 1									
		sala 1		refeit.		sala 1		refeitório		dormitório pol.				sala 1		refeit.		sala 1		poliv alente							
sala 1		refeit.		sala 1		refeitório		d.p.		d.p.		sala 1		refeit.		sala 1											
		sala 2		refeit.		sala 2		refeitório		dormitório pol.				sala 2		refeit.		sala 2		polivalente							
sala 2		refeit.		sala 2		refeitório		d.p.		d.p.		sala 2		refeit.		sala 2											
		refeit.		sala 3		refeitório		dormitório pol.				sala 3		refeit.		sala 3		poliv alente									
sala 3		refeit.		sala 3		refeitório		d.p.		d.p.		sala 3		refeit.		sala 3											
limpeza										limpeza																	
limpeza										limpeza																	
Auxiliares da acção educativa																		Educadores de infância									

Jardim-de-infância Centro Social e Paroquial de São Pedro de Maceda

Em 2006 existiam 42 crianças a frequentar este jardim-de-infância (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 131). No ano lectivo de 2007/2008 esta instituição funcionava das 7h às 19h e normalmente o horário das educadoras era das 9h às 17h, com excepção das segundas, quartas e sextas-feiras em que uma educadora de infância assegurava, juntamente com uma auxiliar da acção educativa, o horário das 17h às 18h30m. No período da manhã, antes da educadora chegar, às terças e quintas-feiras e nos restantes dias das 18h30m às 19h eram as auxiliares da acção educativa que estavam com as crianças. Esta instituição foi a única IPSS do concelho que demonstrou preocupação com o prolongamento de horário depois da componente curricular, e era a única que no ano lectivo de 2007/2008 tinha uma educadora três vezes por semana para estar com as crianças durante parte desse horário. Nestes dias em que a educadora ficava com as crianças estas tinham o privilégio de ter um “acompanhamento” mais personalizado e particular, de uma forma menos directiva do que o ambiente de sala.

7h	8h30	9h	9h30	10h	10h30	11h30	12h	12h30	13h	13h30	14h	14h30	15h	15h30	16:30	17h	17h30	18h	18h30	19h	20h										
comp. não lec.		componente lectiva						componente não lectiva				componente lectiva				atendim/b		componente não lectiva													
creche																															
sala 1						almoço				dormir sala						lanche															
				sala 1				almoço				dormir sala						dormir sala				lanche		sala 1							
								sala 2				refeitório				dormir sala						dormir sala				lanche		sala 2		sala polivalente	
								sala 2				refeitório				dormir sala						dormir sala				lanche		sala 2		sala comum	
sala polivalente		sala 3				refeitório				dormir sala						dormir sala		lanche		sala 3											
						refeitório				dormir sala						dormir sala		lanche		sala 3		sala polivalente									
sala 1/2/3						almoço				dormir sala						dormir sala		lanche		s. 1/2/3 ou reuniões											
pré-escolar																															
				sala 1				refeitório				s. polivalente								sala 1				refeit.		sala 1		sala polivalente			
				sala 1				refeitório				s. polivalente								s. polivalente				refeit.		sala 1 ou reuniões					
sala 2		refeit.		sala 2		refeitório		s. Polivalente						s. polivalente		refeit.		sala 2		s. polivalente											
sala 2				refeitório				s. polivalente								s. polivalente		refeit.		sala 2 ou reuniões											
												Auxiliares da acção educativa										Educadores de infância									

Quadro 12 - horário do JI Centro Social e Paroquial de São Pedro de Maceda⁴

- ♦ Funcionamento das Instituições particulares com fins lucrativos em Ovar

Educação pré-primária

Em Ovar existem duas instituições particulares com fins lucrativos "A Escolinha" em S. Miguel e o jardim-de-infância da escola preparatória de Ovar. No ano lectivo de 2006/2006 "a escolinha" contava com 29 crianças e 36 crianças frequentavam o jardim-

⁴ três dias por semana as educadoras de infância entravam às 10h e saíam às 18h 30m, de forma a atender os pais que noutros dias não tinham disponibilidade e, de forma a acompanhar as crianças noutras actividades que não as da sala. A educadora da creche fazia este horário à quarta-feira, a da sala 1 do pré-escolar à segunda e a da sala 2 à sexta-feira.

de-infância da escola preparatória de Ovar (Câmara Municipal de Ovar *et al.*, 2007: 146). No ano lectivo anterior e relativamente a este último jardim-de-infância enunciado não temos dados, pois este encontrava-se a mudar de instalações. No que diz respeito à escolinha, a instituição abria às 7h30m e fechava às 19h. As educadoras de infância entravam às 9h e saíam às 17h sendo da responsabilidade das auxiliares da acção educativa estar com as crianças o restante do tempo não curricular em que estas permaneciam no jardim.

7h30	8h	9h	9h30	11h	12h	12h30	13h	13h15	13h30	14h	14h30	15h	16h	16h30	17h	17h30	18h	18h30	19h
comp. não lec.		componente lectiva				comp. não lec.					componente lectiva				comp. não lec.				
s. convívio/peq.-almoço		sala 1		refeitório		dormir na sala					refeitório		sala 1						
		sala 1		refeitório				dormir na sala				refeitório		sala 1					
s. convívio/peq.-almoço		sala 2		refeitório					sala 2		refeitório		sala 2						
		sala 2		refeitório				s. convívio		sala 2		refeitório		sala 2					
			sala 3	refeitório		sala convívio				sala 3			sala 3		sala convívio				
		sala 3		refeitório				s. convívio		sala 3		refeitório		sala 3					
Auxiliares da acção educativa														Educadoras de infância					

Quadro 13 - horário do JI “A Escolinha”.

As três salas de pré-primária tinham actividades extracurriculares, nomeadamente à terça-feira e à quinta natação, à segunda e à sexta ginástica e inglês à quarta-feira. Além destas actividades tinham uma sala de informática de livre acesso às crianças conforme a educadora achasse ou não importante. As educadoras de infância tinham este horário, mas realizavam mais horas diárias de forma a acompanhar sistematicamente as crianças até estas voltarem para casa.

1.º CEB

Existe um estabelecimento de ensino do 1.º CEB da rede particular com paralelismo pedagógico em Ovar. O externato S. Miguel funciona com o mesmo horário da escolinha” que funciona também em S. Miguel, apenas com algumas metros de distância entre estes. O horário era portanto das 7h30m às 19h e o tempo curricular das 8h30m às 15h 30m e o de actividades de enriquecimento curricular é das 15h30m às 17h30m. O horário dos professores coincidia com o horário do tempo curricular acrescido de uma hora de coordenação semanal, mais uma hora ao fim do dia juntamente com uma auxiliar da acção educativa após as actividades de enriquecimento curricular.

7h30	8h	8h30	9h30	10h45	11h	12h	12h30	13h	13h30	14h	14h30	15h	15h30	16h30	17h	17h30	18h	18h30	19h				
componente não lectiva		componente lectiva					componente não lectiva				componente lectiva					comp. não lec.							
s. convívio/peq.-almoço		sala		lanche		A.E.C.				refeitório/s. convívio		E. A.		lanche									
			sala		lanche		A.E.C.		refeitório/ s. convívio						sala		sala convívio						
			sala 1/2/3/4		lanche		A.E.C.					refeitório/ s. convívio		E. A.		lanche		sala 1/2/3/4					
A.E. C. - actividades de enriquecimento curricular						E. A. - estudo acompanhado						Auxiliares						Professores do 1.º CEB					

Quadro 14 - horário do Externato S. Miguel.

Apesar das professoras terem este horário, elas acompanhavam as horas do enriquecimento curricular revezando-se mas estava sempre pelo menos uma nessa hora juntamente com o grupo enquanto o outro professor procedia à respectiva AEC. Estas também se revezavam das 17h30m até às 19h existindo sempre uma professora todos os dias a acompanhar as crianças até à hora de fecho da instituição. Além das AECs, o 1.º CEB têm a natação, como actividade extracurricular, que decorria à terça e à quarta para 2 anos e à sexta para os quatro anos durante uma hora à tarde.

Com esta pequena análise dos estabelecimentos de educação de Ovar, podemos concluir que no tempo não curricular no sector público as crianças são entregues a auxiliares da acção educativa ou tarefeiros no caso de haver CAF (alegadamente com a animação sócio-cultural) e no privado são entregues a auxiliares da acção educativa. Há uma excepção no sector privado em que as educadoras se revezam para apoiar as auxiliares da acção educativa na guarda das crianças.

*

Ovar está situado entre a área urbana do Porto e área urbana de Aveiro e apresenta características próprias fruto do seu recente desenvolvimento industrial e urbano... Mas, o facto de estar entre estes grandes centros de desenvolvimento coloca-o numa situação de maior desvantagem perante os outros dois. Neste município acontece isso mesmo, existe uma educação pré-primária e escolar dispersas não existindo portanto, a articulação necessária para a continuidade entre estes dois níveis de ensino, como referem várias entidades internacionais, pelo menos dos 3 aos 12 anos. Existe uma necessidade urgente de mudança face a panorâmica mundial que é cada vez mais visível. Este município encontra-se com as mesmas dificuldades que a maioria dos municípios portugueses. Diz-se (e para isso até se invoca a Lei) que a educação pré-primária é a primeira etapa da educação básica, mas, de facto, ainda é considerada «pré-escolar», sem continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário, sem processos de aprendizagem e técnicas de ensino que deveriam levar à criação de um processo contínuo sem interrupções para as crianças dos 3-4 aos 11-12 anos numa mesma escola básica (com o mesmo pessoal com a mesma formação) (CE, 1988).

1.2. A educação pré-primária na educação básica na Ribeira Brava

A “Região Autónoma da Madeira é um território português dotado de autonomia política e administrativa” (Wikipédia_b), com 245 011 habitantes (censo 2001), uma densidade populacional de 305,9 hab./km². Constituída por 7 ilhas, sendo apenas duas delas habitadas, a divisão administrativa do arquipélago consiste em 11 municípios. (...) O Arquipélago da Madeira situa-se no Oceano Atlântico entre 30° e 33 ° de latitude norte, a 978 km a sudoeste de Lisboa e a cerca de 700 Km da costa africana, quase à mesma latitude de Casablanca, relativamente perto do Estreito de Gibraltar” (Wikipédia_b).

Algumas obras e cartas geográficas dão a conhecer a Madeira antes da chegada dos Portugueses (cf. Wikipédia_b). Mas, é em 1418, que Tristão Vaz Teixeira e João Gonçalves Zarco redescobrem a ilha deserta de Porto Santo. Um ano depois, juntamente com Bartolomeu Perestrelo os navegadores chegam à ilha da Madeira. “Durante o século XV a Madeira desempenhou um importante papel nos Descobrimentos portugueses. Tornou-se também famosa pelas rotas comerciais que ligavam o porto do Funchal a toda a Europa. (...) Desde 1976 a Madeira é uma Região Autónoma da República Portuguesa”.

O concelho da Ribeira Brava

O Município da Ribeira Brava situa-se a 15 km do Funchal. “A povoação [da Ribeira Brava] é tão antiga como as mais antigas da ilha, pois já existia em 1440. A sua história é a da ilha e as origens as mesmas” (cf. Município da Ribeira Brava, 2009). Nos inícios do século XV iniciou-se o povoamento da Ribeira Brava. Mas o concelho da Ribeira Brava só foi criado a 6 de Maio de 1914. “Nasceu a importância da Ribeira Brava da sua ribeira, comunicação essencial com o interior da ilha e do seu porto de mar. Era então um porto onde os barcos não encostavam ou ancoravam, mas encalhavam. Só entre 1904 e 1908 foi construído um pequeno cais de acostagem e desembarque. (...) É composto pelas freguesias de Ribeira Brava, Serra de Água e Ponta do Sol, desmembradas do Concelho da Ponta do Sol, e por Campanário, desmembrado por sua vez do Concelho de Câmara de Lobos”. Em 1928 Ribeira Brava foi elevada a vila, com cerca de 7000 moradores.

A Ribeira Brava é abastada no que diz respeito ao património artístico. Do património cultural “(...) fazem parte a Igreja Matriz, o Forte, o Museu Etnográfico da Madeira (instalado num antigo solar rural) e dois pequenos núcleos museológicos - um, dedicado à arte sacra, acolhe o tesouro da igreja matriz” (cf. Município da Ribeira Brava, 2009). Relativamente às infra-estruturas, na freguesia existe uma Casa da Cultura, um Museu, um Centro de Dia, Centro de Apoio ao Desemprego, Quartel de Bombeiros, PSP, GNR, CTT, agências bancárias, diversas associações desportivas e culturais, diversos hotéis, restau-

rantes, comércio, etc. O tempo na Ribeira Brava é caracterizado por temperaturas amenas tanto no Verão como em quase todo o Inverno “tornando a visita apetecível em qualquer altura do ano”.

♦ A rede de EPP na RAM

Nos 11 concelhos do arquipélago, existiam no ano lectivo 2008/2009, 131 escolas (públicas e privadas) do 1.º ciclo do ensino básico com salas de educação pré-primária integrada. Deste total de escolas a tempo inteiro, 108 são públicas e existem apenas 23 escolas privadas do 1.º CEB com pré-primária integrada no arquipélago (RAM/DRPRE, 2008). Estes dados estatísticos podem ser um indício de que o Estado dá resposta às necessidades educativas da população madeirense relativamente à EPP e do 1.º CEB pois, se assim não fosse, a oferta a nível privado seria muito maior. No então, no que diz respeito ao nível de creche e jardim-de-infância no arquipélago, apesar da diferença não ser colossal, existem mais ofertas a nível privado do que no público, ou seja, no total de 63 creches, 37 são privadas e 26 públicas; dos 56 jardins-de-infância, 36 são privados e 20 públicos. Destes dois serviços 69 são integrados no mesmo estabelecimento na RAM, 42 privados e 27 públicos (RAM/DRPRE, 2008). De seguida, referimos 10 dos 11 municípios da RAM no seu número de habitantes e de estabelecimentos de ensino a funcionar no ano lectivo de 2008/2009, para observarmos que apesar de uma densidade populacional elevada a população da Madeira concentra-se maioritariamente na costa sul do arquipélago (Wikipédia_b). Os dados utilizados são os do censo 2001.

A Calheta é um dos municípios da RAM, com 115,65km² de área, 11 946 habitantes é constituída por 8 freguesias. Existem 10 escolas públicas e privadas do 1.º CEB com salas de EPP integradas e 2 jardins-de-infância privados com creche integrada (cf. RAM/DRPRE, 2008).

Com 51,82km² de área e 34 614 habitantes, Câmara de Lobos é um pequeno município da RAM com 5 freguesias. Na sua rede educativa, relativamente à pré-escola e ao 1.º CEB, existem 20 escolas públicas e privadas do 1.º CEB com salas de EPP integradas e 2 jardins-de-infância públicos e 3 privados com creche integrada.

O Funchal tem 76,25km² de área e é capital da RAM, é também a cidade mais populosa do arquipélago com 103 962 habitantes, e está subdividida em 10 freguesias. É constituído por 43 escolas públicas e privadas do 1.º CEB com salas de EPP integradas e 11 jardins-de-infância públicos e 28 privados com creche integrada.

Machico é mais um dos municípios da RAM, com cerca de 21 747 habitantes e uma área de 67,73km² encontra-se dividido em 5 freguesias. No ano lectivo de 2008/2009 os dados

demonstram que existiam 10 escolas públicas e privadas do 1.º CEB com salas de EPP integradas e 4 jardins-de-infância públicos e 1 privado com creche integrada no concelho.

O município de Ponta do Sol tem 3 freguesias, uma área de 43,80km² e 8 125 habitantes. Neste concelho existem 7 escolas públicas do 1.º CEB com salas de EPP integradas e 1 jardim-de-infância público e 1 privado com creche integrada.

Contendo 2 927 habitantes, Porto Moniz, concelho da Madeira com uma área de 82,60km², é constituído por 2 escolas públicas e privadas do 1.º CEB com salas de EPP integradas e 1 jardim-de-infância público com creche integrada.

“É um dos cinco municípios de Portugal que têm uma única freguesia, a qual tem o mesmo nome”, Porto Santo tem 42,17km² de área e 4 474 habitantes. Apesar de ter uma única freguesia, neste concelho existem 4 escolas públicas e privadas do 1.º CEB com salas de EPP integradas mas apenas 1 jardim-de-infância público com creche integrada.

“Santa Cruz é um pequeno município na ilha da Madeira”, com 5 freguesias e uma área de 81,52km² ocupada por 29 721 habitantes. Segundo os dados apurados durante a pesquisa, o concelho tem 13 escolas públicas e privadas do 1.º CEB com salas de EPP integradas, 3 jardins-de-infância públicos e 4 privados com creche integrada.

Com 6 freguesias, Santana é um dos municípios da RAM com cerca de 8 804 habitantes e 93,10km² de área, constituída por 7 escolas públicas e privadas do 1.º CEB com salas de EPP integradas e 2 jardins-de-infância públicos com creche integrada.

No concelho de São Vicente, constituído por 3 freguesias e 6 198 habitantes e com uma área de 78,70km², existem 6 escolas públicas do 1.º CEB com salas de EPP integradas e 1 jardim-de-infância público e 1 privado com creche integrada.

Município	n.º de escolas <i>públicas</i> do 1.º CEB com salas de EPP integradas	n.º de escolas <i>privadas</i> do 1.º CEB com salas de EPP integradas	n.º de Jardins-de-infância <i>privados</i> com creche	n.º de Jardins-de-infância <i>públicos</i> com creche
<i>Calheta</i>	9	1	2	–
<i>Câmara de Lobos</i>	17	3	3	2
<i>Funchal</i>	30	13	28	11
<i>Machico</i>	9	1	1	4
<i>Ponta do Sol</i>	7	–	1	1
<i>Porto Moniz</i>	2	–	–	1
<i>Porto Santo</i>	3	1	–	1
<i>Ribeira Brava</i>	9	–	2	1
<i>Santa Cruz</i>	10	3	4	3
<i>Santana</i>	6	1	–	2
<i>São Vicente</i>	6	–	1	1
<i>Total</i>	108	23	42	27
<i>Total</i>	131		69	

Quadro 15 - rede educativa da RAM

No quadro acima apresentado é referido o número de escolas públicas e privadas do 1.º CEB com salas de EPP integradas e número de jardins-de-infância públicos e privados com creche integrada na RAM no ano lectivo 2008/2009 (RAM/DRPRE, 2008).

♦ A EPP na Ribeira Brava

O concelho da Ribeira Brava está subdividido em 4 freguesias, tem 65,10km² de área e 12 494 habitantes (censo 2001). Tem 9 escolas públicas do 1.º CEB com salas de EPP integradas, 1 jardim-de-infância público e 2 privados com creche integrada. Relativamente a este concelho, temos o exemplo de um horário de uma sala de EPP integrada numa escola do 1.º ciclo do ensino básico, que conseguimos graças a uma educadora de infância que se encontra lá a trabalhar e nos auxiliou neste trabalho.

8h30h	9h	9h30	12h	12h30	13h	13h30	14h	14h30	15h	17h30	18h	18h30	
Actividades curriculares				Almoço									
						Actividades extracurriculares/ lanche							
		sala		Almoço				Actividades extracurriculares/lanche					
			sala			Almoço							
									Actividades extracurriculares/lanche				
						Auxiliares da acção educativa							
										Educadores de infância			

Quadro 16 - horário de uma sala de EPP pertencente à Ribeira Brava

Concretamente neste jardim-de-infância existem 6 salas, portanto 12 educadoras de Infância no total. No exemplo colocamos apenas um horário pois já sabemos que estas têm todas o mesmo horário, uma de manhã e outra de tarde por sala, mas que se podem revezar uma à outra, podendo portanto estar com as crianças nos dois momentos em dias diferentes. Além das 12 educadoras, existe uma educadora de infância de substituição (que está na sede do concelho permanentemente e substitui as educadoras que faltam), uma educadora de ensino especial permanente e a directora deste estabelecimento é também educadora de infância. Nesta escola com sala de pré integrada existem duas auxiliares da acção educativa permanentes por sala, sendo o normal noutras escolas do mesmo género no concelho, apenas uma por sala. São portanto 13 as AAE neste infantário, duas por sala e uma de substituição que se encontra diariamente no infantário. Só colocamos o horário de duas AAE que são referentes à sala da educadora que forneceu estes dados.

*

O município da Ribeira Brava pertence à RAM e é constituído por 4 freguesias. "Ribeira Brava é uma das localidades mais antigas da Madeira. Esta localidade, devido à sua orografia, teve um papel muito importante nas comunicações entre todos os pontos da ilha"

“(cf. Município de Ribeira Brava, 2009). No entanto, o concelho da Ribeira Brava “é o de criação mais recente na ilha da Madeira, criado precisamente em 1914, no dia 6 de Maio”. Relativamente à educação, tal como em toda a RAM, existe a educação pré-primária integrada em escolas de 1.º CEB com professores especializados para acompanhar as crianças durante todo o dia. Aqui a aproximação às recomendações do Conselho da Europa (1988) e da Unesco (1996) é muito maior do que no Continente.

1.3. Representações sobre a Educação a Tempo Inteiro na pré-primária

Com o intuito de comparar representações sobre a educação a tempo inteiro no concelho de Ovar e na Ribeira Brava realizámos questionários no Continente e na Madeira (Anexo 1). Após a realização do pré-teste, para averiguarmos se o questionário é fidedigno, válido e operacional (Lakatos e Marconi, 1992: 129), foram distribuídos os questionários com a autorização à Câmara Municipal de Ovar e dos agrupamentos de escolas do município de Ovar. Na RAM obtivemos autorização da Direcção Regional Educação Madeira para a aplicação dos questionários mas a sua operacionalização foi realizada junto da Direcção das Escolas onde foram distribuídos os questionários.

Ano lectivo 2008/ 2009				
Escolas do 1.º CEB com EPP integrada	Inquiridos	Universo	Amostra	Peso da Amostra
Ribeira Brava ¹	Educadores de Infância*	34	34	100,0%
	Pais / Crianças	392	147	37,5%
	Total:	426	181	42,5%
Jardins de Infância	Inquiridos	Universo	Amostra	Peso da Amostra
Ovar ²	Educadores de Infância	8	7	87,5%
	Pais / Crianças	187	95	50,8%
	Tarefeiras	5	4	80,0%
	Total:	200	106	53,0%

1- EB1/ J da Corujeira; EB1/ J do Campanário; EB1/ J do Lugar da Serra; EB1/ J de São Paulo; EB1/ J de Lombo de São João; EB1/ J da Ribeira Brava; EB1/ J de Serra de Água; EB1/ J de Bica de Pau; EB1/ J da Tabua.

2- Os questionários foram apenas distribuídos no Jardins de Infância que usufruíam do serviço de prolongamento de horário no ano lectivo de 2008/ 2009: Gavinho; Oliveirinha; Torrão do Lameiro; Habitovar.

Quadro 17 - questionários distribuídos

Foram entregues 34 questionários aos educadores de infância da Ribeira Brava e responderam os 34 o que representa 100% da amostra. Aos pais das crianças deste município da Madeira foram entregues 392 questionários (um por criança) e apenas responde-

ram 147, o que representa 37,5% da amostra. No Continente distribuímos 8 questionários aos educadores, 7 responderam o que representa 87,5% da amostra. Em relação aos pais foram distribuídos 187 questionários, dos quais responderam 95 que corresponde a 50,8% da amostra. As tarefas eram apenas cinco e só quatro responderam o que representa 80% da amostra.

O Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), no "Perfil do Docente 06/07", facultou informações sobre a relação do número de alunos por docente. Em 2006/2007, existiam 13 crianças por cada educador de infância, e em 2007/08, 14,4 crianças por cada educador de infância (Portugal/ME/GEPE, 2009: 71) em Portugal continental. Através dos questionários aplicados podemos calcular a relação entre o número de alunos de Ovar e da Ribeira Brava, pelos educadores de infância e as auxiliares da acção educativa. Esta dedução baseia-se no número de crianças e educadores de infância das escolas que responderam aos questionários no ano lectivo de 2008/2009.

O rácio de crianças por educadores de infância na Ribeira Brava é de 11,5, e de crianças por auxiliares da acção educativa é 17,8. Em Ovar, nos jardins-de-infância com prolongamento de horário (P.H.) o rácio de crianças por educadores de infância/auxiliares da acção educativa é de cerca de 23,4.

Apesar do que é referido na Portaria n.º 1049-A/2008 de 16 de Setembro "para um número igual ou superior a 40 crianças, um auxiliar" na EPP, a maioria dos JI quer em Ovar, quer na Ribeira Brava têm uma AAE por sala de pré-escolar, que normalmente não têm mais que 25 crianças cada. Note-se portanto o rácio elevado de crianças por auxiliares da acção educativa, dado o facto de existir geralmente uma em cada sala de pré-escolar. Apresentamos as questões.

♦ Questão n.º 1

Na primeira pergunta dos questionários queríamos saber «o que se pretende do jardim-de-infância» na opinião dos pais do Continente e da Madeira, das tarefas e dos educadores do Continente e da Madeira. O gráfico abaixo apresentado mostra-nos a percentagem de cada opção escolhida como primeira para cada um dos grupos de inquiridos.

Para 73% dos educadores de infância Madeirenses, em primeiro lugar, pretende-se que no JI se «promova o desenvolvimento global, pessoal, social e ambiental das crianças» (**A**); para 15% destes educadores o JI deve «proporcionar às crianças oportunidades para aprender a brincar e conviver com outras» (**B**); 6% elege como primeira opção do que se pretende para o JI, «que tome conta das crianças enquanto os pais trabalham fora de casa» (**C**); «preparar as crianças para aprender a ler na escola» (**D**) foi apenas escolhida por 3% dos educadores da Madeira e ninguém escolheu a opção «proceder à despista-

gem de inaptações, deficiências ou precocidades» (**E**) como primeira opção; 3% dos educadores que responderam aos questionários não responderam a esta questão.

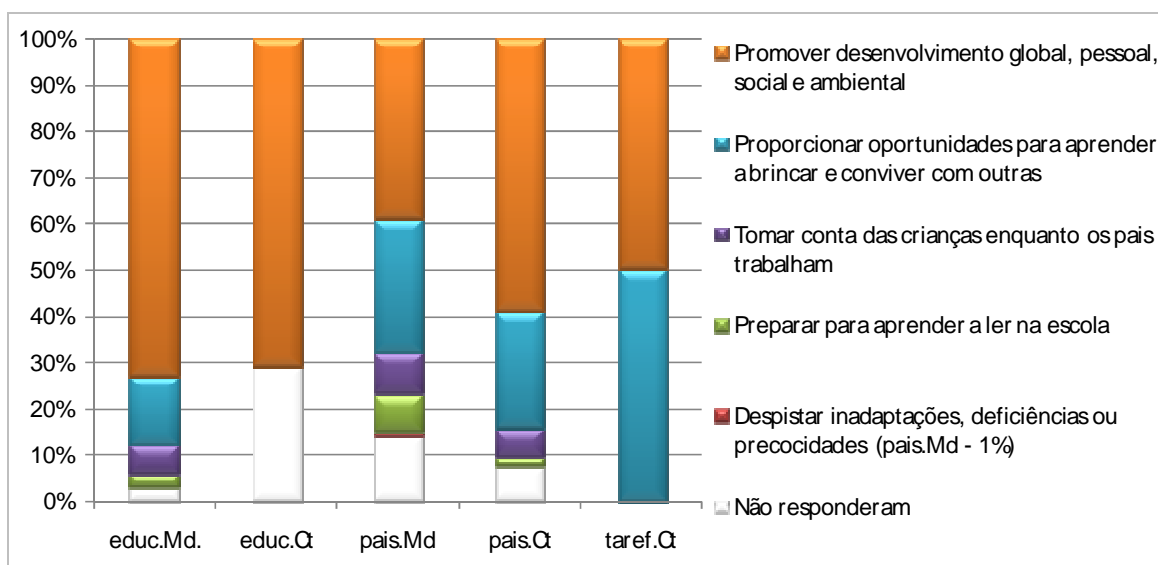


Gráfico 1 - O que se pretende do J. I.

No grupo dos educadores de infância do Continente que responderam a esta questão 71% destes optaram também por colocar a opção **A** como o que se pretende em primeiro lugar do JI.

Relativamente aos pais da Madeira a disparidade entre as opções é maior e 39% destes escolheram a opção **A** como o que se pretende em primeiro lugar do JI; 29% preferiu a **B**; 9% seleccionou a **C**; 8% optou pela **D** e apenas 1% pela **E**. Do total de pais que responderam aos questionários 14% não respondeu a esta questão.

Mas, a preferência torna-se de novo mais explícita e a opção **A** é seleccionada por 59% dos pais do Continente. A opção **B** é preferida de 25,3% dos pais, a **C** de 6,3%, a **D** de 2% e ninguém optou por colocar a **E** como primeira preferência para o que se pretende do JI. 7,4% Dos pais que responderam aos questionários não deram a sua opinião nesta pergunta.

As tarefas do Continente colocaram a opção **A** e **B** equitativamente em primeiro lugar.

Depois de sabermos o que cada grupo de inquiridos escolheu como primeira opção do «que se pretende do JI», quisemos saber na totalidade das opções a quais foi dada maior importância. Foi realizado um *quociente de ponderação* em que atribuímos um valor a cada opção e depois somamos. As várias opções em 1.º lugar tiveram o peso 5, quando se encontravam em segundo lugar pesavam 4, em terceiro lugar era atribuído o número 3, em quarto o número 2 e em quinto o número 1. De seguida apresentamos apenas uma

das tabelas que realizamos para chegar a um dos grupos apresentados no gráfico abaixo exposto, de forma a explicar o que foi realizado.

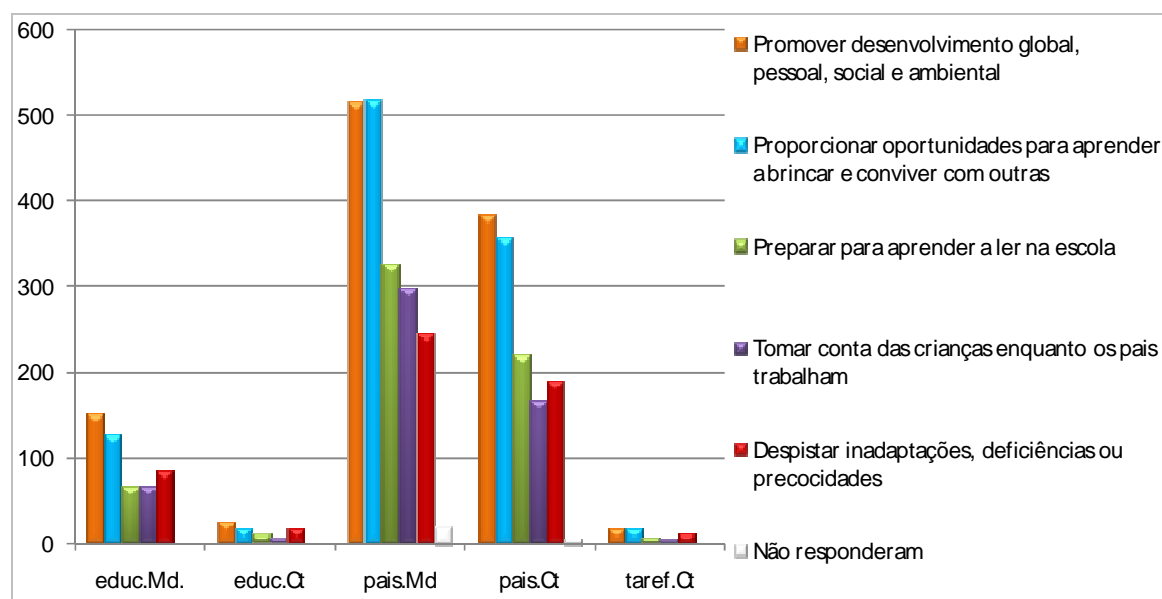


Gráfico 2 – O que se pretende do J.I.

Apesar da opção **E** não ser colocada como primeira opção para o que se pretende do JI, esta opção tem grande peso na totalidade dos questionários. Ou seja, apesar de sabermos que «proceder à despistagem de inaptações, deficiências ou precocidades» não é o que se pretende do JI em primeiro lugar e que não é objectivo directo deste, através desta análise percebemos que esta opção, neste caso na opinião dos educadores da Madeira, é muito importante que seja realizada no JI já que por vezes só neste local alguns desses problemas são detectados.

	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	Total	Ordenação
Que promova... (A)	25x5	6x4	0x3	1x2	1x1	152	1.º
Que proporcione... (B)	5x5	18x4	10x3	0x2	0x1	127	2.º
Que tome conta... (C)	2x5	2x4	6x3	7x2	16x1	66	4.º
Que prepare... (D)	1x5	0x4	8x3	13x2	11x1	66	4.º
Proceder à despistagem... (E)	0x5	7x4	9x3	12x2	5x1	84	3.º

Exemplo dos educadores de Madeira

♦ Questão n.º 2

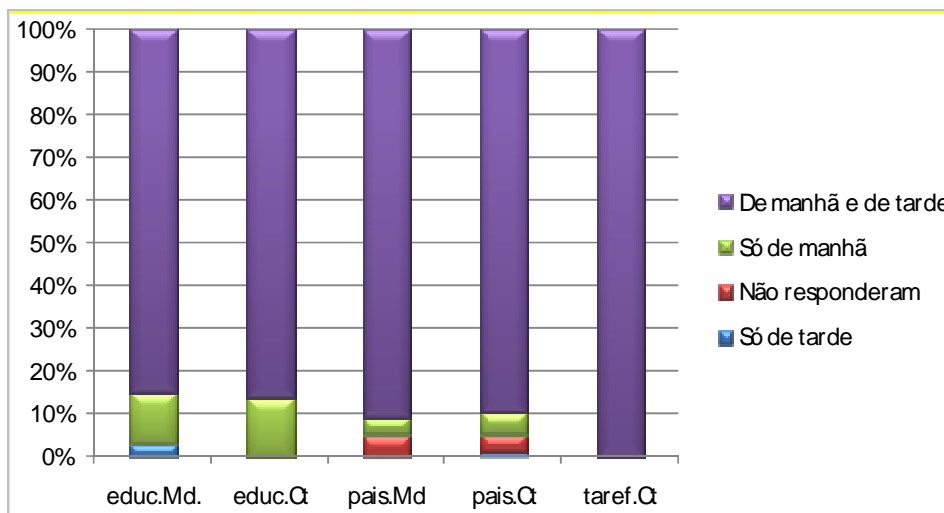
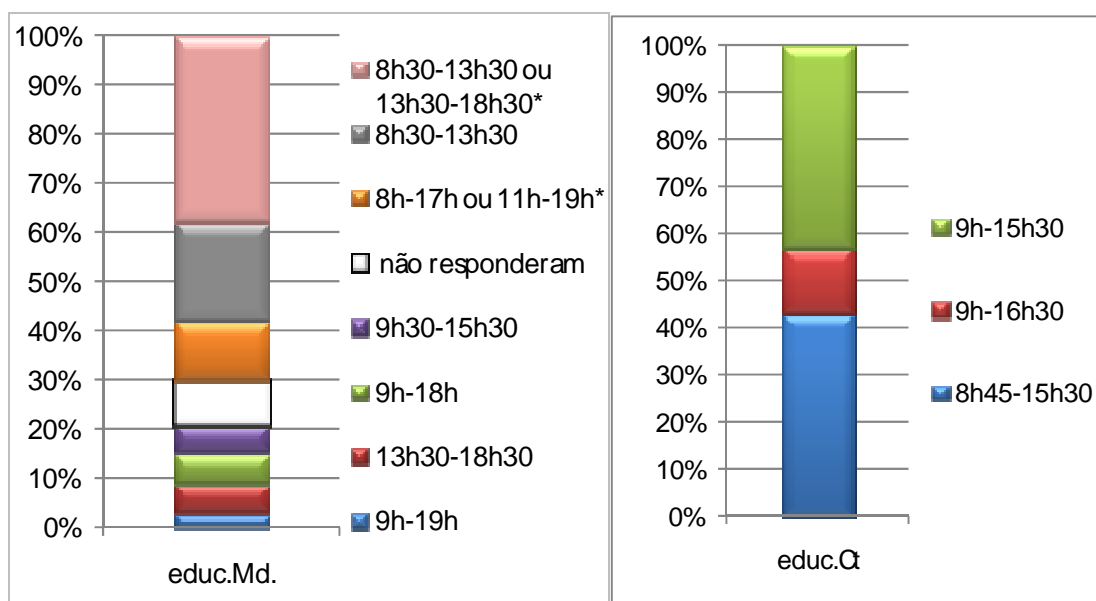


Gráfico 3 - No J.I. qual seria o horário mais adequado para as crianças

Tanto na opinião da maioria dos educadores da Madeira e do Continente, como na dos pais e das tarefeiras o horário mais adequado às crianças é aquele em que estas frequentam o JI de manhã e de tarde. Apesar de variados os horários apresentados, os 5 horários mais escolhidos foram (por ordem decrescente de escolha): 9h às 17h; 9h às 18h; 8h às 18h; 8h às 19h e 9h às 19h. As principais justificações apresentadas para a escolha dos horários, por parte dos 5 grupos investigados, foram o horário laboral dos pais e os horários extensos praticados hoje em dia em que as crianças passam mais tempo nos jardins-de-infância do que em casa com a família.

♦ Questão n.º 3



* Horário rotativo

Gráfico 4 e 5 - Qual o seu horário de trabalho

Relativamente aos horários de trabalho dos educadores de infância da Madeira e no Continente, existem algumas diferenças. Enquanto que os educadores do Continente (Ovar) têm os horários muito semelhantes entre si, os horários dos educadores madeirenses variam muito de escola para escola. A grande maioria (38%) trabalha rotativamente só de manhã ou só de tarde mas também existem aqueles que têm o horário dividido pelo dia inteiro. No que diz respeito ao horário de almoço destes educadores, os três horários com maior frequência (apresentados por ordem decrescente de escolha) foram, 13h30m-15h30m, 14h-14h30m e 12h-13h. Os educadores do Continente apenas apresentaram dois horários diferentes de almoço, 12h-13h30m e 12h-13h45m.

As tarefas têm horários distintos entre si. Como a CAF funciona no horário que os pais necessitam estes têm de ser adequados às necessidades dos pais. Como foram apenas quatro as tarefas que responderam aos questionários, cada uma colocou o seu horário: 13h30-18h30; 12h30-17h30; 7h30-12h e 15h-17h30; 10h15-13h45 e 15h-18h30.

Os pais da Madeira apresentaram muita diversidade de horários de trabalho, pois têm empregos distintos uns dos outros. Por conseguinte, não vamos colocar aqui todos os horários que foram apresentados. Mostramos apenas 3 dos que foram mais seleccionados (por ordem decrescente de escolha): 8h-18h, 9h-18h e 5h30-20h (pai - 22% não responderam); 9h-18h, trabalhar por turnos e 9h-17h (mãe – 27% não responderam). Relativamente aos horários de almoço, os três horários com maior frequência (apresentados por ordem decrescente de escolha) nos pais foram 13h-14h, 12h-13h e 12h30m-13h30m; nas mães foram 12h-13h30m, 13h-14h e 12h-13h.

Também os pais do Continente têm horários de trabalho muito divergentes entre si. Por esta razão apresento aqui por ordem decrescente de escolha dos pais os três horários mais comuns entre si: 8h-17h, 9h-18h, trabalhar por turnos (pai); 9h-17h, 8h-17h, 9h-18h (mãe). Em relação aos horários de almoço, os três horários com maior frequência (apresentados por ordem decrescente de escolha) nos pais foram 13h-14h, 12h30m-13h30m e 12h-13h; nas mães foram 13h-14h, 12h30-14h, e 12h30m-13h30m.

♦ Questão n.º 4

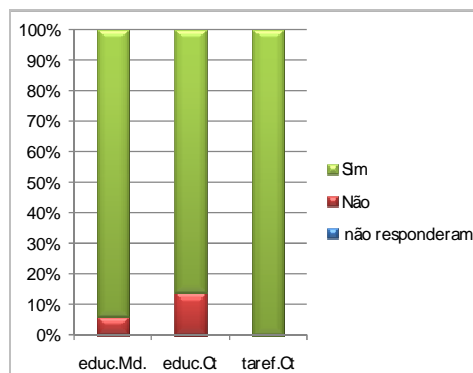


Gráfico 6 - As crianças devem almoçar no J.I.

A maioria dos inquiridos de cada grupo é de opinião que as crianças devem almoçar no JI. No caso das tarefas são todas dessa opinião. As principais razões apontadas para tal facto (por ordem decrescente de importância) foram: os pais não têm disponibilidade para ir buscar os filhos na hora do almoço; existem vantagens na convivência com outras crianças durante a hora do almoço; as crianças devem habituar-se a comer sem dependência da família e devido à qualidade das refeições.

97% Das crianças madeirenses almoça no JI, enquanto que no Continente apenas 73% o fazem. As principais razões apontadas pelos pais prendem-se com a falta de disponibilidade para ir buscar os filhos na hora do almoço; os pais são de opinião que as crianças devem ser independentes deles na hora da refeição; como terceira justificação colocam as vantagens que existem na convivência com outras crianças durante a hora do almoço e ainda os pais da Ribeira Brava colocam a opção da gratuidade das refeições como uma justificação importante para os seus filhos almoçarem no JI.

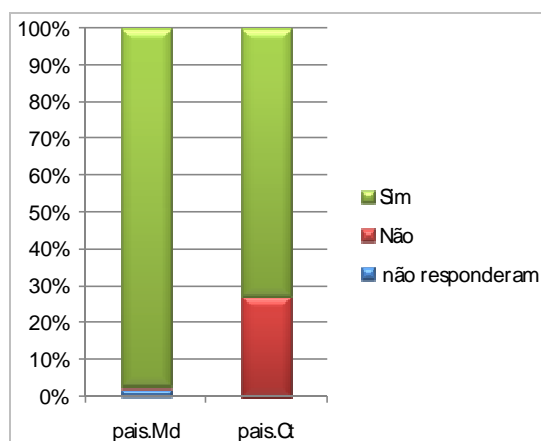


Gráfico 7 - O/A seu/sua filho/a almoça no J.I.

♦ Questão n.º 5

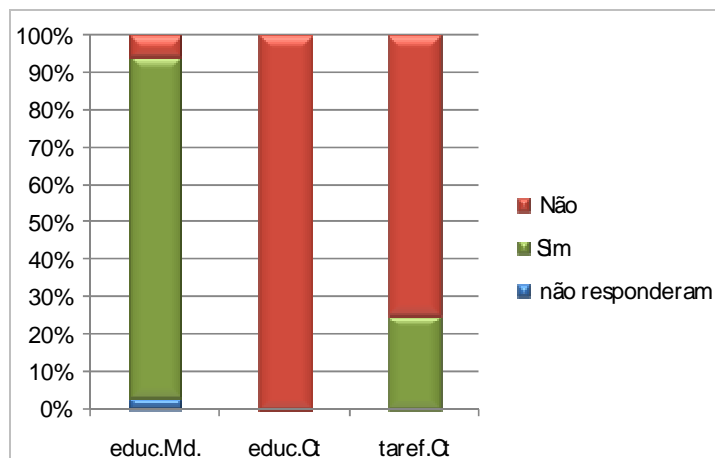


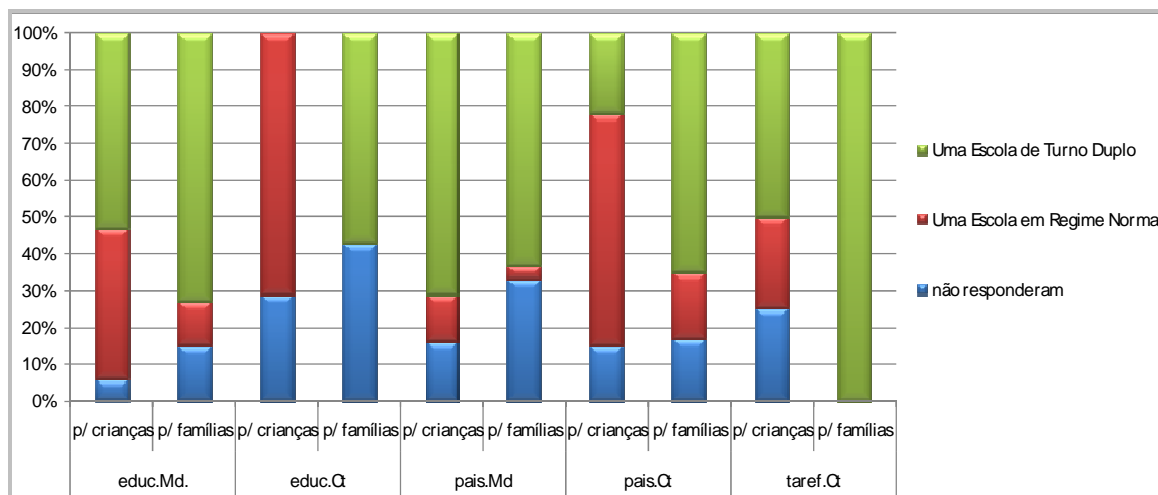
Gráfico 8 - Acompanha o seu grupo durante a hora da refeição

No Continente os educadores de Infância não acompanham as crianças na hora de almoço pois também coincide com a sua hora de almoço. As tarefeiras em Ovar normalmente acompanhavam as crianças na hora de almoço, o que agora nem sempre acontece pois devido às poucas horas que estas são contratadas para trabalhar por vezes quem acompanha o grupo no almoço são as AAE (ou Assistentes Operacionais) do JI ou pessoas colocadas pelo fundo de desemprego. Note-se que apenas uma das tarefeiras inquiridas acompanha as crianças na hora de almoço.

Por cá, foi perguntado aos pais quanto pagavam por cada refeição do/a seu/sua filho/a. 24,2% dos pais owarenses não responderam a esta pergunta; 4,2% dos pais pagam 0,50€; 2,1% pagam 0,70€; 7,4% pagam 0,85€; 10,5% pagam 1,10€; 8,4% pagam 1,20€ e 41,1% pagam 1,30€. Estes escalões com estes valores referem-se ao ano lectivo de 2008/2009 quando os questionários foram distribuídos, pois no ano lectivo que esta a decorrer os escalões e os valores mudaram, sendo iguais aos do 1.º CEB (A, B, C).

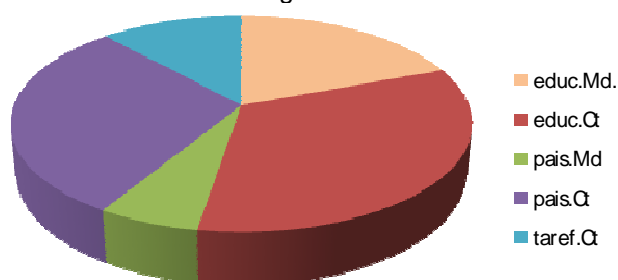
Aos pais madeirenses perguntamos-lhe se pagavam as refeições dos seus filhos, ao que todos os pais responderam negativamente.

♦ Questão n.º 6

**Para as Crianças**

Uma Escola em Regime Normal

Uma Escola de Turno Duplo

**Para as Famílias**

Uma Escola em Regime Normal

Uma Escola de Turno Duplo

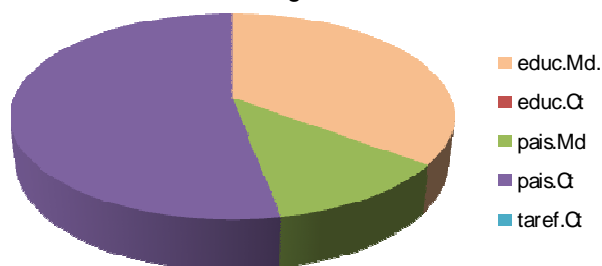


Gráfico 9 a 13 - Qual das modalidades será a mais vantajosa em Portugal

«Em Portugal a escola a tempo inteiro pode ser: uma escola de turno duplo (os jardins-de-infância funcionam a tempo inteiro das 8h30m às 18h30m e cada turma é acompanhada por 2 educadores, um de manhã e outro de tarde. Tudo é gratuito) ou uma escola em regime normal (os jardins-de-infância funcionam com um educador das 9h às 12h e das 13h30m às 15h30m e isto é gratuito. Pagando, as crianças podem almoçar e ter prolongamento de horário de manhã e de tarde). Na sua opinião qual destas modalidades será a mais vantajosa?» foi a questão levantada.

Na opinião dos educadores da Madeira, dos pais da Madeira e das tarefeiras do Continente, uma escola de turno duplo é a mais vantajosa tanto para as crianças como para as suas famílias. Segundo os educadores do Continente, uma escola de turno duplo é a mais vantajosa para as famílias (57%) sendo uma escola em regime normal a mais vantajosa para as crianças (71%). Também os pais do Continente escolhem uma escola de turno duplo como a mais vantajosa para as famílias e uma escola em regime normal a mais vantajosa para as crianças.

♦ Questão n.º 7

Aos educadores da Ribeira Brava perguntamos quantas crianças do seu grupo frequentavam o JI só de manhã, só de tarde ou de manhã e de tarde. Apenas 2 crianças vêm ao JI apenas de manhã e apenas uma só de tarde. As restantes crianças frequentam o jardim-de-infância durante todo o dia. Confirmamos este facto com a resposta dos pais da Ribeira Brava, 92% destes afirmaram que os seus filhos frequentavam o JI de manhã e de tarde.

Dos pais de Ovar pretendemos saber quantos têm os filhos a frequentar o serviço de prolongamento de horário (P.H.) só de manhã, só de tarde – 34% e de manhã e de tarde – 66%. Aos educadores do Continente perguntamos quantas eram as crianças do seu grupo a frequentar o P.H., responderam que 5 o frequentavam só de manhã, 14 só de tarde e 34 de manhã e de tarde. As tarefeiras deram-nos informação acerca de quantas eram as crianças a frequentar o prolongamento de horário e quantos eram os adultos que as acompanhavam. Nos três locais diferentes onde funcionava a CAF trabalhavam 2 adultos com 7 crianças, 35 crianças para 3 adultos e 11 crianças para 2 adultos.

♦ Questão n.º 8

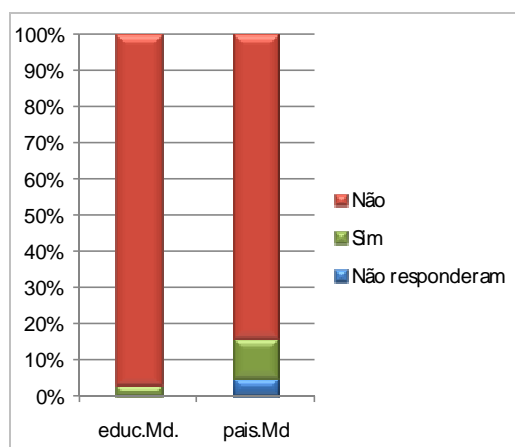


Gráfico 14 - O J.I. acolhe as crianças 10h por dia, acha que se deve prolongar para além das 10h

Na opinião da maioria dos educadores e pais madeirenses, 10h por dia num JI é suficiente para as crianças. Uma minoria é de opinião que o JI devia ter a porta aberta ainda mais horas por dia.

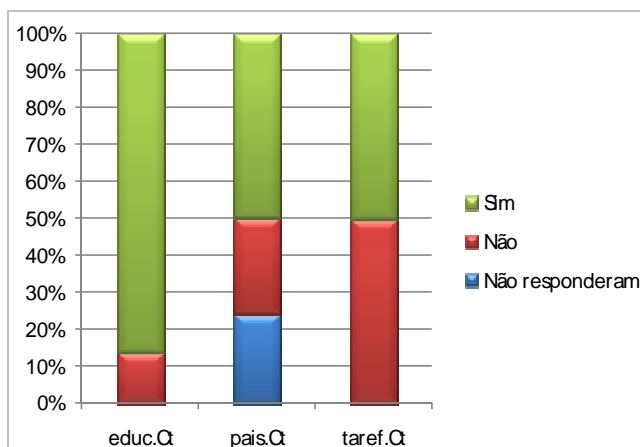


Gráfico 15 - Para além da modalidade manhã e tarde, o P.H. devia ser considerado também só de manhã ou só de tarde

No caso do Continente, a pergunta é realizada no que diz respeito ao P.H., se além da modalidade manhã e tarde, o prolongamento de horário devia ser considerado também só de manhã ou só de tarde. Tanto os educadores de infância de Ovar como os pais são de opinião positiva relativamente a esta questão sendo a justificação mais apontada, puder pagar menos pelo serviço. As tarefas têm as opiniões divididas, metade diz que sim e metade diz que não.

♦ Questão n.º 9

Aos educadores de infância da Ribeira Brava perguntamos «o que é que as crianças do seu grupo fazem nas actividades extracurriculares». As respostas foram semelhantes, sendo que as duas opções mais seleccionadas, por ordem decrescente de importância foram: inglês, informática, educação física e expressão musical (32%); inglês, informática, educação física, expressão musical e biblioteca (23%). 18% Dos educadores não responderam a esta questão.

Relativamente às respostas dadas pelos pais dos alunos das escolas da Ribeira Brava, mostraram-se um pouco mais divergentes entre si. 35% Dos pais não responderam à questão, os que responderam mostraram uma grande variedade de opiniões. Ao analisar estas respostas foram vários os pais que responderam com actividades que as crianças realizam extra escola (9%), em casa ou noutros locais, em vez de dizerem quais as AECs que os seus filhos participavam na EPP. 12% Responderam que as AECs eram educação física, educação musical, inglês e biblioteca; natação, música e ginástica foram referidas por 5% dos pais.

Aos inquiridos em Ovar, a questão foi realizada sobre o que é que as crianças fazem no prolongamento de horário. Os educadores de infância deram respostas semelhantes entre si, 28,5% referiu que eram realizadas «actividades lúdicas programadas que promovam o desenvolvimento e principalmente o bem-estar das crianças»; 14,3% afirma que «existe planificação no sentido de se realizar actividades específicas em dias fixos como por exemplo: culinária, jogos, histórias, filmes. Para além destas brincar livremente no espaço».

Como são poucas as crianças a frequentar o P.H. foram poucos os pais a responder a esta questão. 63,2% Dos pais não responderam a esta questão pois a maioria não tem os filhos a frequentar o P.H. e não devem saber as actividades que lá são realizadas. As três respostas com maior percentagem foram; 10,5% referem que os seus filhos «brincam e realizam actividades» durante o P.H.; 5,3% dos pais dizem que os seus filhos apenas «brincam com outras crianças»; 4,2% indica a «dança, culinária, visualização de filmes, contar histórias, ginástica, e brincar» como as actividades realizadas pelos seus filhos durante o tempo que passam no prolongamento de horário.

As tarefeiras explicaram o que realizam com as crianças no P.H., como apenas quatro responderam ao questionário e deram respostas diferentes, de acordo com a sua prática achamos pertinente apresentar as quatro respostas recolhidas. As tarefeiras referem que no P.H. realizam: «actividades que não sejam iguais às da componente lectiva. Temos um plano semanal do qual se inclui ginástica, culinária e expressão dramática»; «o que programamos com antecedência, se por algum motivo não conseguimos fazer alguma das actividades programadas tentamos substituir e depois mais tarde quando temos as condições necessárias fazemos o que ficou por fazer»; «actividades em que cada dia há um tema a desenvolver, como a dança, dia do cinema, dia do jogo... as actividades podem decorrer no interior ou no exterior da sala e são actividades lúdicas com o objectivo do bem estar das crianças, havendo contudo regras»; «actividades orientadas que as crianças podem ou não realizar mas sempre menos rígidas das realizadas no JI. Normalmente o tempo é ocupado sempre com actividades, jogos, brincadeiras... diferentes das realizadas no JI. As crianças têm tempo, espaço e liberdade para realizarem brincadeiras livres com qualquer material que tenham ao seu dispor».

♦ Questão n.º 10

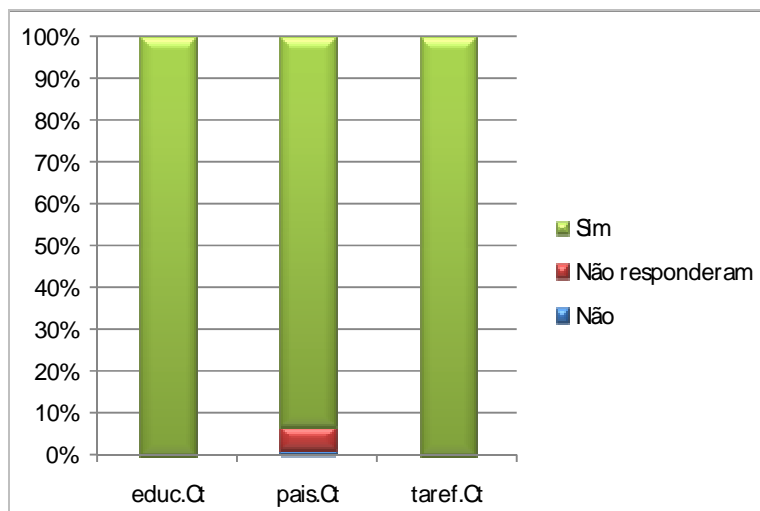


Gráfico 16 - A pessoa responsável pelo P.H. deve ter formação para essa função

Tanto educadores de infância, como a maioria dos pais das crianças e as tarefeiras responderam afirmativamente a esta questão. A justificação apresentada com maior peso para esta escolha foi: «para ser responsável por este serviço é preciso ter competências adequadas».

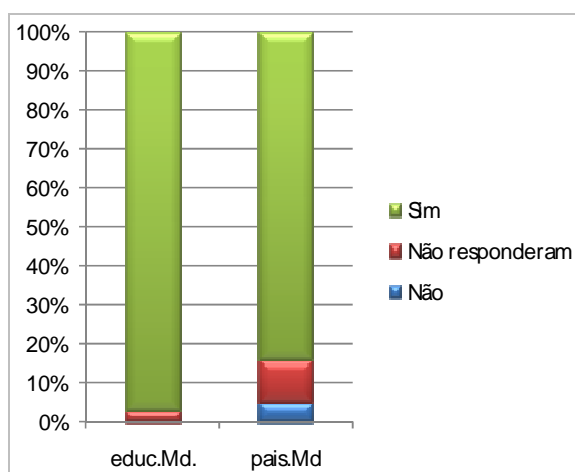


Gráfico 17 – As pessoas responsáveis pelas AEC devem ser formadas na respectiva actividade que leccionam

Na Ribeira Brava foi realizada a mesma questão mas em relação às pessoas responsáveis pelas AECs. Também a maioria dos pais madeirenses (84%) e os educadores de infância (97%) referem que as pessoas devem ter formação na área que leccionam. A maioria dos pais justifica a sua escolha com «é necessário saber lidar com várias crianças mesmo que seja durante pouco tempo»; no caso dos educadores a maioria refere que «para ser responsável pelas AECs é necessário formação específica na área que vai leccionar».

♦ Questão n.º 11

«As actividades extracurriculares são leccionadas na sala onde as crianças estão todo o dia?» foi a pergunta realizada aos educadores de infância e aos pais da Ribeira Brava. Apenas um educador não respondeu à questão; 8 dizem que são realizadas na mesma sala e 25 dos educadores respondeu negativamente à questão. Destes educadores, 9 afirmaram que as AECs eram leccionadas no «ginásio e na sala de informática»; 4 educadores referem que é «nas respectivas salas das AECs» mas não dizem que salas são; «o campo e a biblioteca» é a resposta de mais quatro educadores; «no campo e biblioteca e sala de música» respondem 3 educadores e 5 referem que apenas «educação física [é realizada] no pavilhão». Metade dos pais acha que os filhos têm as AECs na mesma sala onde as crianças estão todo o dia, metade acha que não. Dos que responderam negativamente, as três opções mais enumeradas foram: «salas apropriadas às AECs» (15 pais) sem definirem que salas são; «sala de informática e polidesportivo (Ginásio)» (10 pais); e sete pais responderam no «polivalente».

No Continente perguntamos onde é que o prolongamento de horário se efectua de manhã e de tarde. Dos quatro jardins-de-infância onde foram realizados os questionários, com os resultados dos educadores de infância, dos pais e das tarefeiras, deduzimos que: de manhã, em dois do JI o P.H. efectua-se num polivalente e nos outros dois realiza-se no JI. De tarde, o P.H. de dois dos JI é realizado numa sala polivalente do JI; de um dos JI é realizado noutra sala do mesmo, e do outro JI o P.H. é realizado numa Associação Desportiva e Cultural.

♦ Questão n.º 12

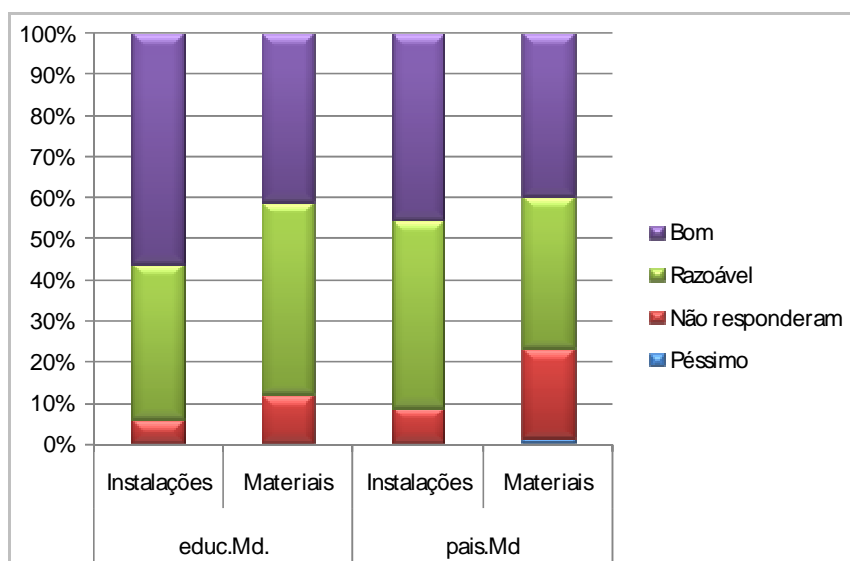


Gráfico 18 - Como consideram as instalações e os materiais existentes no local onde se leccionam as AEC

Em relação às instalações e aos materiais existentes no local onde se leccionam as AECs na Ribeira Brava a maioria dos educadores de infância refere as instalações são boas mas a quantidade e as condições dos materiais são razoáveis. Na opinião da maioria dos pais madeirenses os materiais apresentam boas condições, metade destes é de opinião que as instalações são boas e a outra metade que são razoáveis.

As instalações e aos materiais existentes no local do prolongamento de horário em Ovar segundo a maioria dos educadores de infância apresentam condições razoáveis. Também a maioria dos pais de Ovar, que responderam à questão, são da mesma opinião, as instalações do P.H. são razoáveis e o material é suficiente e em condições razoáveis. As tarefas afirmam todas que tanto materiais como instalações do P.H. são razoáveis.

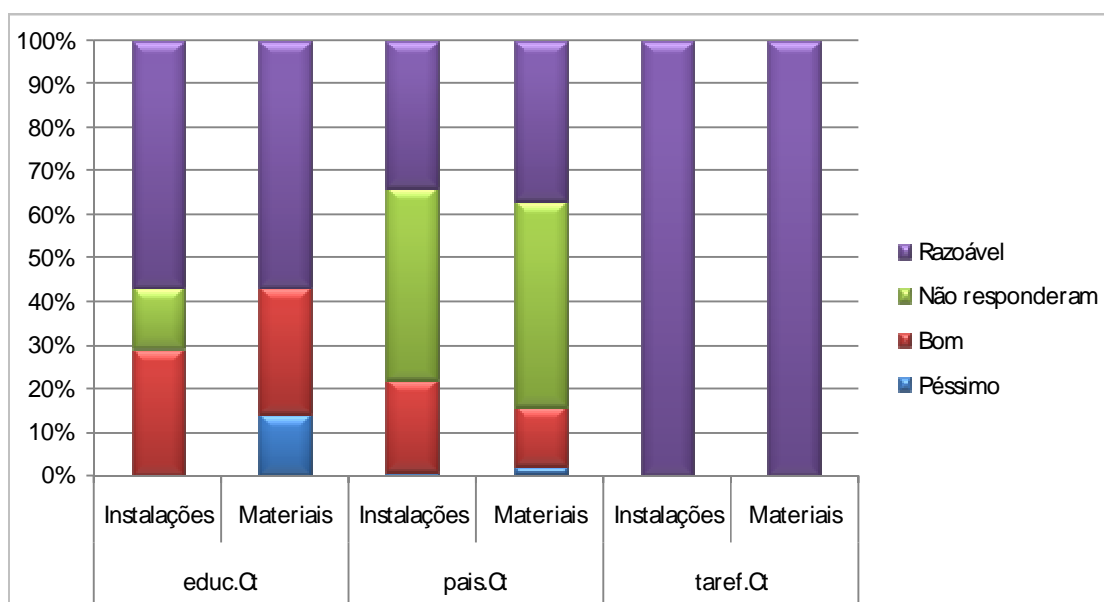


Gráfico 19 - Como considera as instalações e os materiais existentes no local do P.H.

♦ Questão n.º 13

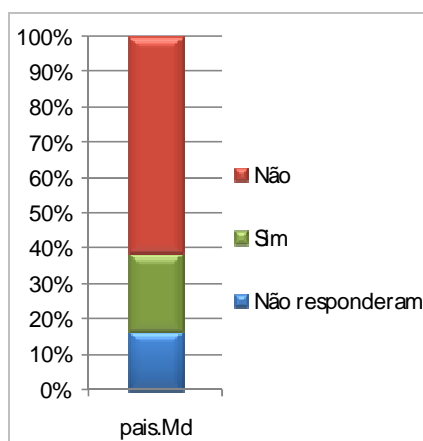


Gráfico 20 - Sabe quem é responsável por supervisionar as AEC

A décima terceira pergunta do questionário dos pais madeirenses era se sabiam «quem é responsável por supervisionar as AECs». A maioria dos pais não sabe quem o realiza (61,2%) e 22,4% referem que sim e apontam como responsáveis, educadores de infância (resposta de 13 pais), professores responsáveis (11 pais, mas não indicam que professores são) e a directora da escola (5 pais) (as três opções mais apontadas).

Aos educadores da Madeira perguntamos quem eram os responsáveis por supervisionar as AECs. A percentagem de educadores que não respondeu à questão foi de 35%, dos 65% que responderam, as opiniões dividiram-se por: 26% - educador de infância; 9% - director da escola; 9% - o professor de cada AECs e a educadora do grupo; 9% - educador de infância e auxiliar da acção educativa; 6% - os respectivos gabinetes e 6% disseram que não existia ninguém responsável por esta função.

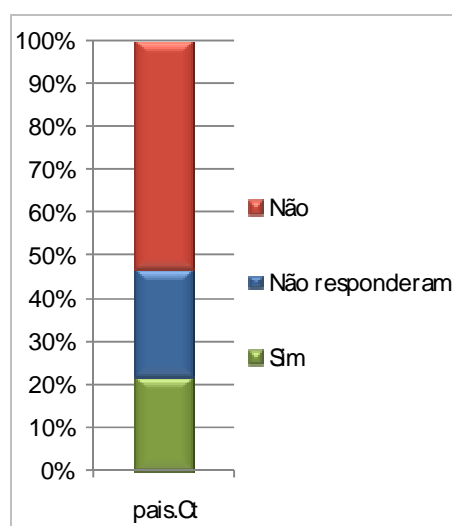


Gráfico 21 - Sabe quem programa e avalia as actividades do P.H.

No Continente perguntamos aos pais se sabiam quem programa e avalia as actividades do prolongamento de horário. 53% Respondeu negativamente à questão e 22% afirma saber quem realiza a supervisão destas actividades. Entre as opções descritas acerca de quem o faz, expomos as três mais seleccionadas: coordenadora do JI (responderam 6 pais); educadores de infância (5 pais); coordenadora do JI e as auxiliares do prolongamento (2 pais).

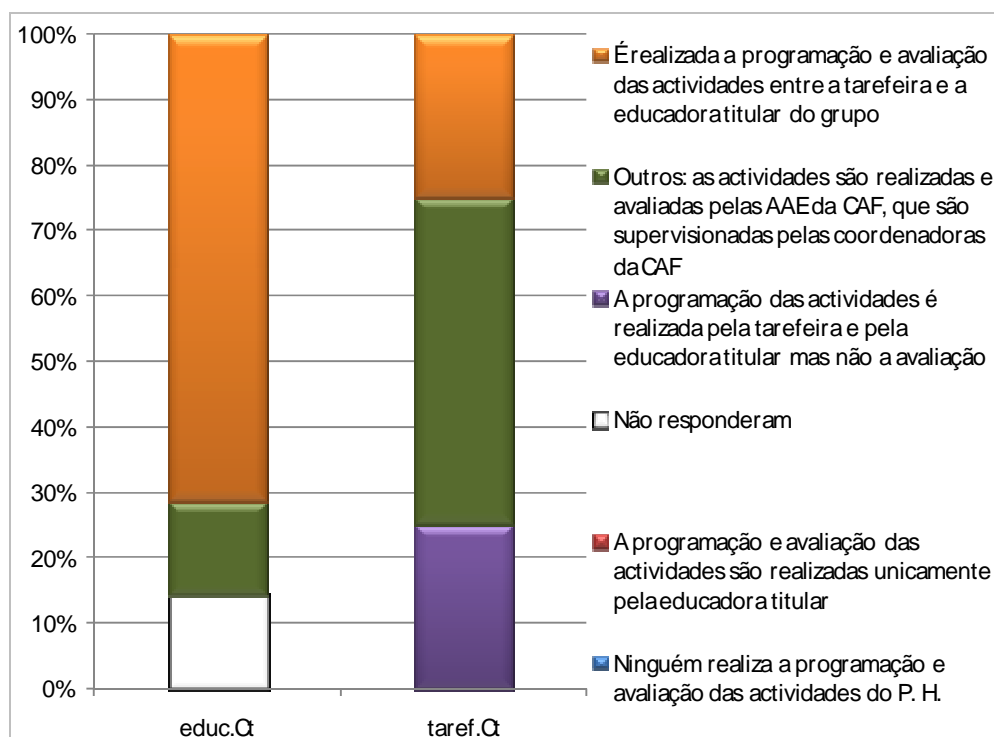


Gráfico 22 - Quem realiza a programação e avaliação das actividades do P.H.

Ainda no Continente a pergunta realizada aos educadores e às tarefairas foi «quem realiza a programação e avaliação das actividades do prolongamento de horário». A maioria dos educadores (71,4%) e um quarto das tarefairas (25%) escolheu a opção que dizia que «é realizada a programação e avaliação das actividades entre a tarefaira e a educadora titular do grupo» e 14,3% das ed. de infância e 50% das tarefairas escreveram em outras opções que «as actividades são realizadas e avaliadas pelas auxiliares da acção educativa da componente de apoio à família, que são supervisionadas pelas coordenadoras da CAF». Em outro JI a tarefaira refere que «a programação das actividades é realizada pela tarefaira e pela educadora titular mas não a avaliação».

♦ Questão n.º 14

«Nas interrupções lectivas (com excepção do mês de Agosto), o jardim-de-infância na Madeira não fecha. Como é o seu funcionamento durante esse período?», foi esta a pergunta realizada aos educadores Madeirenses. Apesar de 32% não ter respondido à questão, 38% refere que são os educadores de infância que ficam responsáveis pelas crianças, 15% mencionam as auxiliares, 12% diz que ficam a cargo de pais ou avós e 3% dos educadores titulares. Foi interessante analisar a resposta dos educadores que referiam que as crianças ficam a cargo dos pais ou avós, mas cerca de 5 educadores nesta questão afirmaram que: *o pré-escolar na Madeira fecha, menos dias que o 1.º CEB, mas fecha, tanto nas interrupções lectivas como no mês de Agosto; as pré fecham os infantá-*

rios é que não”. Quando realizamos esta questão partimos na hipótese que os JI na Madeira não fechavam nas interrupções lectivas, pois é o que está legislado no Decreto Legislativo Regional n.º 16/2006/M de 2 de Maio (art.º 16, n.º 2) e também tinha sido essa a informação recolhida. Em relação ao horário a resposta foi unânime, 8h30m – 18h30m. As actividades realizadas com as crianças foram as três mais enumeradas, por ordem decrescente de importância, «actividades de carácter livre» (9 ed.), «actividades livres e orientadas» (4 ed.) e «as actividades são as mesmas que durante o resto do ano» (foi a resposta de 3 ed.). Partindo do mesmo princípio perguntamos aos pais da Ribeira Brava se «durante as férias do educador de infância (...) o/a seu/sua filho/filha frequenta [o JI]». A maioria dos pais (70%) responde negativamente, e 22,5% afirma que sim. Destes pais apenas 4 dizem que os seus filhos o frequentam só de manhã, todos os restantes que responderam afirmativamente leva os seus filhos de manhã e de tarde para o JI.

«Com que frequência supervisiona as actividades no prolongamento de horário» foi a pergunta realizada aos educadores dos JI de Ovar. Uma educadora de infância não respondeu, 4 indicaram semanalmente, uma mensalmente e outra ed. indicou outra opção (“diariamente é observado o trabalho desenvolvido e semanalmente fazem-se as verificações das planificações/avaliações”). Relativamente a como o fazem, 2 educadoras responderam que “acompanhando parte das actividades, conversando com as crianças na sala e observando”; uma educadora refere que “2 vezes por semana a está na sala do P.H. uma hora e acompanha as actividades realizadas”; outra educadora diz que é com reuniões e outra afirma que o faz através da “verificação das planificações e avaliações”.

Às tarefas no Continente interrogamos sobre a «frequência que é supervisionada no prolongamento de horário». Três tarefas responderam que a supervisão é realizada semanalmente e outra referiu que a «supervisão era realizada no JI e não no local do P.H.». No que consiste a supervisão as respostas foram: «consiste em ver se todas as actividades programadas foram realizadas e se foram feitas com sucesso (se os meninos gostaram, se participaram todos, etc.)»; «a supervisão decorre 2 vezes por semana, à segunda e à quinta. A educadora está presente na sala e acompanha as actividades»; «a educadora verifica as planificações das actividades e existe diálogo acerca das actividades e acerca das crianças».

Aos pais do Continente nesta questão foi perguntado se existem reuniões de pais específicas para o prolongamento de horário. 45% Absteve-se da resposta, 32% respondeu que não e 23% respondeu afirmativamente. Dos pais que responderam que sim, apenas dois indicaram quem as realizava: um referiu que era a educadora de infância e outro que era a associação de pais.

♦ Questão n.º 15

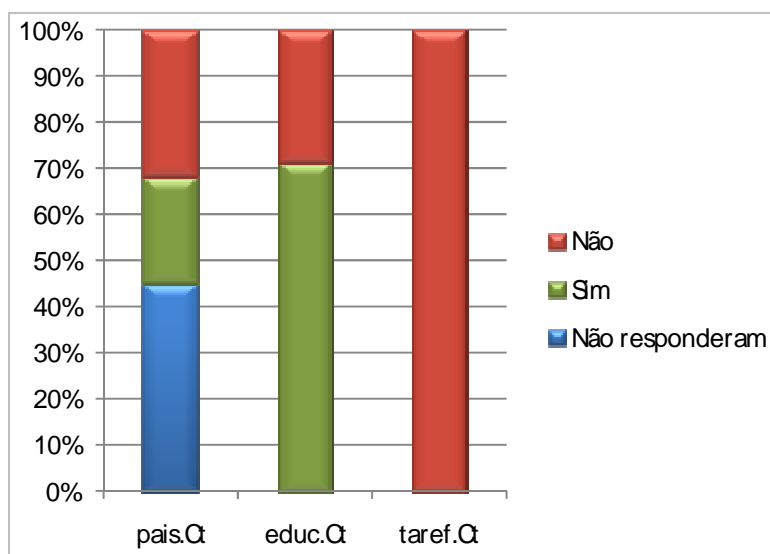


Gráfico 23 – Existem reuniões de pais específicas para o P.H.

As tarefas do Continente responderam que não existiam reuniões com os encarregados de educação relativamente ao prolongamento de horário. Dos educadores do Continente apenas 29% disseram que não, os outros 71% respondeu afirmativamente à questão. Especificamente a quem as realizava, as respostas foram: coordenação da CAF com o representante do agrupamento de escolas e representante da autarquia (2 ed.); educadores responsáveis e as auxiliares da CAF estão presentes (1 ed.); educadora de infância (1 ed.); educadora e a tarefa quando se justifica (1 ed.).

Aos pais da Madeira foi perguntado que idade tinha o seu/sua filho/a. Tem 5 anos responderam 46% dos pais madeirenses, tem 4 anos 29%, 14% responderam que tinham 6 anos e 8% tinham 3 anos (3% não responderam). Dos pais do Continente, 40% das crianças tem 5 anos, 39% tem 4 anos, 12% tem 3 anos, 2% tem 6 anos e 7% dos pais não responderam. Relativamente às idades das crianças do Continente, 12% tem 3 anos, 39% tem 4 anos, 40% tem 5 anos e 2% tem 6 anos, 7% dos pais não responderam à questão.

♦ Questão n.º 16

Questionamos as tarefas do Continente acerca da sua formação. Cada uma das quatro tem uma formação diferente: curso técnico-profissional de artes gráficas e comunicação; licenciatura em educação de infância, licenciatura em professor de 1.º CEB; 12.º ano.

Aos pais da Madeira e do Continente perguntamos que idades tinham os irmãos ou meios-irmãos do seu filho que frequenta o pré-escolar. Os resultados estão expostos nas tabelas a seguir apresentadas.

Número de irmãos por idade - Madeira									
4 meses	2	3 anos	8	8 anos	11	12 anos	6	17 anos	4
10 meses	1	4 anos	3	9 anos	7	13 anos	6	18 anos	13
1 ano	8	6 anos	13	10 anos	3	14 anos	5	21 anos	8
2 anos	9	7 anos	6	11 anos	6	16 anos	2	22 anos	2

Na Madeira 46 dos pais não têm mais que um filho.

Número de irmãos por idade - Continente									
5 meses	1	2 anos	3	9 anos	2	13 anos	5	18 anos	1
7 meses	1	6 anos	5	10 anos	2	14 anos	5	19 anos	1
11 meses	2	7 anos	4	11 anos	4	15 anos	3	20 anos	1
1 ano	3	8 anos	1	12 anos	3	17 anos	2	24 anos	1

No Continente são 45 os pais que só têm um filho.

1.4. Problemas encontrados

- O regime de desdobramento e o regime normal

A escola a tempo inteiro em Portugal funciona em duas modalidades: «escola de turno duplo» - os jardins-de-infância funcionam a tempo inteiro gratuitamente das 8h15m às 18h15m e cada turma é acompanhada por 2 educadores, um de manhã e outro de tarde; ou uma «escola em regime normal» - os jardins-de-infância funcionam com um educador das 9h às 12h e das 13h30m às 15h30m gratuitamente. O almoço e o prolongamento de horário de manhã e de tarde têm de ser pagos.

- Articulação (ou falta dela) entre actividades curriculares e não curriculares

Observamos que na RAM existe articulação entre as actividades curriculares e não curriculares o que não acontece no Continente. A supervisão das AECs na RAM é responsabilidade da DRE através do Director Regional. No Continente é responsabilidade dos educadores e dos professores titulares de grupo proceder à supervisão pedagógica e ao acompanhamento da CAF e das AECs respectivamente.

- Responsabilidade pela organização das actividades e afectação dos docentes

Na RAM a organização e funcionamento das actividades curriculares e extracurriculares é responsabilidade da Direcção Regional da Educação, a distribuição das actividades curriculares, de enriquecimento e de ocupação dos tempos livres aos docentes é realizada pelo Conselho Escolar. Em Ovar é responsabilidade do município (e/ou Junta de Freguesia) orientar a componente de apoio à família e as actividades de enriquecimento curricular, entre outras, como é referido nos documentos que transferem para os municípios as atribuições e competências em matéria de educação. Por conseguinte, é também de sua responsabilidade quem é colocado à frente destes serviços.

2. O caminho da educação pré-escolar até à educação básica

Os conceitos de educação pré-escolar (pré-primária) e educação básica têm evoluído a par da evolução das sociedades. Já Aristóteles escrevia na *Política* (VII, 17-4): «(...) Na primeira idade, é útil cuidar das crianças tendo isto em atenção. Na idade seguinte até aos cinco anos — período durante o qual não é bom puxar nem intelectual nem fisicamente pelas crianças para não prejudicar o seu crescimento — deve, no entanto, exigir-se o movimento bastante para não deixar o corpo inactivo, quer através de diversas actividades quer, em particular, através de jogos.» (cf. Meireles-Coelho, 2009_a: 56). As organizações internacionais têm acompanhado a evolução destes conceitos e vão fazendo periodicamente o ponto da situação em orientações e recomendações. A evolução da educação pré-primária e básica em Portugal desde a sua formação será referida, em alguns dos seus aspectos mais importantes da história da educação, para podermos compreender o estado actual da mesma. “Como afirma Magalhães, J. (1997: 21), embora com relativo atraso na implementação das medidas, a educação de infância em Portugal seguiu as três fases da historiografia da infância: proteger, instruir e educar” (Vilarinho, 2000: 56).

A educação escolar não foi reconhecida durante séculos como universal e nem sempre teve lugar na escola. Mas, para algumas das classes mais favorecidas “desde muito cedo na história também se encontram escolas destinadas a preparar os jovens para objectivos específico” (Pires, Fernandes e Formosinho, 1991: 71).

É durante o século XIX que são “dados importantes passos em prol da educação pré-escolar” (Vilarinho, 2000: 51), nomeadamente, o surgimento em quase todos os países da Europa dos programas para as crianças em idade pré-escolar, que se encontravam em instituições. “Vários factores levaram à criação desses programas, nomeadamente o desenvolvimento da classe média e do conceito de que a socialização das crianças em idade pré-escolar era importante, as consequências da industrialização e urbanização, as mudanças na estrutura da família tradicional e o acréscimo de mães empregadas” (Bairrão e Tietze, 1995: 25). Na Europa, a função das instituições para a infância sofre uma “redefinição” no final deste século, “da função meramente assistencial de protecção e cuidados às crianças pobres e da classe operária cujas mães trabalham, vimos emergir a função educativa” (Vilarinho, 2000: 53). Segundo o mesmo autor, surgem duas orientações distintas, na França a escola infantil é uma «escola maternal» pública e na Alema-

nha nascem os «jardins-de-infância». Estas perspectivas, segundo Vilarinho (2000: 53), ainda hoje “disputam as finalidades da educação pré-escolar”.

Para definir, comparando, conceitos e práticas de educação pré-primária e de educação básica em Portugal e segundo as organizações internacionais foi utilizado o método histórico-comparativo e, como técnica de recolha, a análise documental.

2.1. O percurso português até 1986

Em Portugal o Estado só começa a assumir um papel importante na educação escolar no século XVIII com o Marquês de Pombal. As escolas públicas desenvolvem-se nos finais do século XVIII com os ventos da Revolução Francesa. No caso de Portugal só com a consolidação da monarquia liberal (1834-1910) se foi tentando aplicar o conceito.

Joaquim Ferreira Gomes (1996: 14) refere que o ensino oficial em Portugal foi criado em 1772 e foi o Marquês de Pombal quem criou algumas centenas de escolas no reino, ultramar e ilhas. “A partir dos finais do século XVIII e durante o século XIX, a problemática da protecção e assistência à infância deixa de ter um carácter caritativo para gradualmente se assumir com carácter público” (Vilarinho, 2000: 71). D. Maria I, sucedendo a D. José I, amplia o número de escolas das primeiras letras mas segundo Rómulo de Carvalho a sua reforma parecia consistir em “desenvolver (em quantidade) o ensino primário e dificultar o desenvolvimento dos outros graus de ensino” (Carvalho, 1986: 489).

No estrangeiro, mais concretamente em França, as primeiras iniciativas pré-escolares “antes da revolução francesa têm carácter religioso, as «écoles à tricoter»... com finalidade caritativa e social, acolhiam crianças dos 4 aos 7 anos” (Vilarinho, 2000: 49).

No ano de 1780 é criada em Portugal a Real Casa Pia de Lisboa, denominada assim inicialmente por Pina Manique, que assegurava a educação das crianças órfãs e abandonadas de Lisboa. Em 1790 são criados lugares de 18 mestras de meninas, era este o primeiro passo para a instalação oficial do ensino feminino, o que só aconteceu vinte e cinco anos depois (cf. Meireles-Coelho, 2009b: 170).

Com as invasões francesas e o controlo militar inglês em Portugal são criadas escolas para os militares e os filhos dos militares proporcionando-o também à população civil dos arredores. Nestas escolas dos quartéis portugueses, adopta-se o método de ensino mútuo de Joseph Lancaster. Por França, nesta época, surgiam as «salles d’hospitalité» fundadas pela filantropa Madame de Pastoret, com a finalidade de “acolher crianças desprotegidas e cujas mães trabalhavam” (Vilarinho, 2000: 49) e as «salles d’asile».

Em 1816 na Escócia, Robert Owen, inspirado em Pestalozzi, cria a primeira «infant school» para acolher os filhos dos operários (menores de oito anos de idade) das suas manufacturas. Em Portugal a primeira instituição para crianças surge em 1834, com a expulsão das ordens religiosas do país e o esvaziamento dos conventos onde eram educadas crianças abandonadas nas rodas dos conventos. À semelhança do que acontecera em França, aparecem em Lisboa e pelo resto do país as Casas de Asilo ou Asilos de Infância Desvalida (Gomes, 1986: 20).

Em 11 de Agosto de 1835 o ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães assina um decreto que manda abrir «duas Escolas Normais Primárias, uma na cidade de Lisboa, outra na do Porto» para preparação de professores para a «instrução primária». Outro decreto de 7 de Setembro de 1835 aprova o regulamento geral da instrução primária, que constitui a primeira grande tentativa de reforma educativa do constitucionalismo (DG. 214 de 1835-09-10) e que não chegou a ser aplicada por ter sido suspensa pelo Decreto de 1835-12-02. E em 15 de Novembro de 1836 Passos Manuel repõe a tentativa anterior de Rodrigo da Fonseca Magalhães (1789-1858) de fazer uma reforma geral de estudos da instrução primária (cf. Meireles-Coelho, 2009c: 73 e 79).

Em 1837, na Alemanha surge o primeiro «Kindergarten» (jardim-de-infância) criado por Froebel, mas é na Suíça que este expande a sua obra e a torna uma instituição pré-escolar de referência.

Costa Cabral assina a reforma geral do ensino pelo decreto de 20 de Setembro de 1844, dividindo a instrução primária em dois graus: «O primeiro compreende: ler, escrever e contar; princípios gerais de moral; doutrina cristã e civilidade; exercícios gramaticais; princípios de corografia e história portuguesa. O segundo compreende, além dos objectos do primeiro grau: gramática portuguesa; desenho linear; geografia e história geral; história sagrada do antigo e novo testamento; aritmética e geometria com aplicação à indústria; escrituração» (cf. Meireles-Coelho, 2009c: 96). Estes dois graus de ensino segundo Costa Cabral funcionariam em escolas distintas, o que parecia irreal pois à data (1840) existiam 991 escolas de ensino primário e só 25 do sexo feminino que segundo o legislador continuariam funcionar como escolas do primeiro grau e teriam de ser construídas mais para o segundo grau. Também quis combater o analfabetismo decretando que todos os pais, tutores e outros mandassem à escola os seus filhos desde os 7 anos até aos 15, e se não o fizessem receberiam um aviso e poderiam ter de pagar uma multa, mas só naquelas povoações onde estivessem colocadas as Escolas de Instrução Primária. Como estas eram em pouco número para o resto da população escolar esta realidade não era exequível. Mas em 1848, fora de Portugal é redefinido o estatuto de «écoles

maternelles» em que Marie Pape-Carpentier teve um papel muito relevante “na explicitação de um modelo educativo para estas instituições. Defensora da transformação das salas de asilo em lugares de educação, considerou fundamental o ensino das «lições de coisas», canto, jogos, ginástica e formação moral” (Vilarinho, 2000: 51).

Em 1870 é criado em Portugal o Ministério da Instrução Pública do qual António da Costa era ministro, defendendo a criação de escolas normais para o sexo feminino em Lisboa e no Porto (DG. 181 de 1870-08-16) e reforma da instrução primária (DG. 194 de 1870-08-31), anulada por Carta de Lei de 1870-12-27, em que pela 1.^a vez «a frequência é permitida desde a idade de 5 anos». “Na Inglaterra, a Lei Foster de 1870 definiu a escolaridade obrigatória a partir dos 5 anos de idade. Como consequência verificou-se a generalização da última etapa do pré-escolar” (Vilarinho, 2000: 51).

Em 1876 foi publicada a Cartilha Maternal de João de Deus (1830-1896) e em 1882 foi fundada por Casimiro Freire (1843-1918) a Associação de Escolas Móveis pelo método de João de Deus, com o objectivo de enviar a todos os lugares do país missões de professores para ensinar o povo a ler.

Em 1878 Rodrigues Sampaio reorganiza o ensino primário (DG. 110 de 1878-05-16), onde se prevê «a instrução primária elementar (é) obrigatória desde a idade de seis até doze anos para todas as crianças de um e outro sexo» e pela primeira vez «a criação de asilos de educação, como auxiliares da escola primária, para recolherem as crianças dos três aos seis anos» (Meireles-Coelho, 2009c: 164).

A reforma de Luciano Castro (DG. 137 de 1880-06-19) determinava que as câmaras municipais são as principais responsáveis da manutenção e funcionamento da instrução primária; e referiu-se pela primeira vez num texto legal português a *jardins-de-infância*: «No orçamento geral do Estado será consignada anualmente uma verba para: ... auxílio à iniciativa particular e às associações para estabelecimento de jardins-de-infância...» (art. 18.º). E escreve Ramalho Ortigão (1837-1915) Farpas, VIII-29: «Por ocasião da celebração do centenário [do nascimento] de Froebel a Câmara Municipal de Lisboa inaugurou no Passeio da Estrela o primeiro dos jardins-de-infância fundado em Portugal. Há muito tempo que o gracioso *cottage* destinado a essa importantíssima escola está feito... e fechado. De tempos a tempos, quando algum curioso deseja constatar que o jardim-de-infância efectivamente existe, uma pessoa da confiança do município vai com a chave, abre a porta, abre as janelas, mostra a casa ao amador dos progressos práticos da pedagogia nacional, dá uma espanadela com o lenço às carteiras reluzentes e virginais, torna a fechar tudo, e restitui a chave ao vereador encarregado do pelouro das

mobílias platónicas. Isto demonstra que o povo não sente a necessidade de aprender.» (Meireles-Coelho, 2009c: 179).

A reforma de 1894, conhecida por reforma Jaime Moniz, previa «O ensino primário é elementar ou complementar. O ensino elementar divide-se em dois graus: O 1.º grau, que é obrigatório para todas as crianças desde os seis aos doze anos...» (art. 1.º e 2.º). E no art. 8.º pode ler-se: «Nas cidades de Lisboa e Porto e em outras povoações importantes podem ser estabelecidas escolas para educação e ensino das classes infantis».

A reforma republicana do ensino infantil, primário, normal do Decreto de 29 de Março de 1911, se tivesse sido executada, colocava-nos na época ao nível dos países mais avançados na instrução, legislando também acerca do ensino infantil em Portugal: «O ensino primário elementar é obrigatório para todas as crianças, de ambos os sexos, cuja idade esteja compreendida entre os sete e os catorze anos; mas são dispensadas da frequência das escolas públicas as crianças que recebam ensino particular ou doméstico, e aquelas que residam a mais de 2 quilómetros de distância de qualquer escola oficial ou particular gratuita» (art. 37.º). E «em cada um dos bairros das cidades de Lisboa e do Porto, em todas as capitais de distrito e nas cabeças dos principais concelhos, serão criadas escolas infantis ou jardins-escolas para crianças de ambos os sexos, desde a idade dos quatro anos até aos sete anos completos, à medida que os recursos dos diferentes municípios o forem permitindo» (art. 21.º). Mas os recursos não o foram permitindo e a luta contra o analfabetismo e o abandono escolar foi longa e dura ao longo do séc. XX. O ensino infantil seria facultativo e gratuito e ministrado na “forma de lições de coisas e como preparação para o ensino primário” (Carvalho, 1986: 667) em edifícios próprios que deviam ser construídos “à medida que os recursos dos diferentes municípios o forem permitindo” (Carvalho, 1986: 667). Seria criado “oficialmente o ensino infantil para os dois sexos com professores diplomados pelas escolas normais (...) [sendo declarado] o ensino primário laico e descentralizado em 3 graus: o 1.º elementar de 3 anos obrigatório, o 2.º complementar de 2 anos e o 3.º superior de 3 anos. Só o elementar funcionou regularmente” (Meireles-Coelho, 2009c: 311).

Este ensino infantil não passou de projecto, no entanto o particular teve início nesta época com os jardins-escola João de Deus, sendo inaugurado o primeiro jardim-escola em Coimbra em 1911. Pela terceira vez é criado o Ministério da Instrução Pública, em 1913, embora com algumas mudanças de nome mas desta vez iria ficar para permanecer.

Em Agosto de cada ano as juntas de paróquia tinham obrigação de efectuar o recenseamento de todas as crianças em idade escolar, desta forma, os pais eram responsáveis por matricular as crianças tentando combater o analfabetismo. “O combate ao analfabe-

tismo, embora prosseguido com persistência e sinceridade, não tinha a eficácia necessária para tirar o país do seu baixíssimo nível cultural” (Carvalho, 1986: 672) e segundo Leonardo Coimbra o problema era outro, porque acabar com o analfabetismo por si só seria inútil “porque é preciso ensinar este povo a pensar, a trabalhar e a amar” (Carvalho, 1986: 673).

A descentralização executada em 1913 vem agravar a situação já preocupante do ensino primário, pois as autarquias ou não tinham meios ou não tinham vontade de assumir as responsabilidades. Mas passados poucos anos o governo apercebe-se de que esta realidade não é credível e em 1918 os serviços de instrução primária passam a ser administrados pelo Estado.

A grande reforma de Leonardo Coimbra do Decreto 5.787-A (DG. 93-18.º supl., ret. DG. 105 e 122) integra «o ensino» infantil no ensino primário: «— Art. 1.º — O ensino primário tende a habilitar o homem para a luta da vida e a formar a consciência do cidadão. — Art. 2.º — O ensino primário abrange três graus: infantil, primário geral e primário superior. (...) — Art. 4.º — O ensino infantil, sob o regime coeducativo, é ministrado progressivamente em três secções ou classes: — 1.ª secção: crianças de 4 a 5 anos. — 2.ª secção: crianças de 5 a 6 anos. — 3.ª secção: crianças de 6 a 7 anos. — Art. 5.º — Enquanto não existirem escolas infantis ou o número das existentes for insuficiente, haverá, junto das escolas do ensino primário geral, classes preparatórias daquele ensino, destinadas exclusivamente a crianças de 6 a 7 anos, correspondendo estas classes à 3.ª secção das escolas infantis. (...) — Art. 7.º — O ensino primário geral é obrigatório para todas as crianças de ambos os sexos, dos 7 aos 12 anos.» (Meireles-Coelho, 2009c: 500). Com o Decreto 6.137 de 29 de Setembro de 1919 é aprovado o regulamento do ensino primário e normal (Meireles-Coelho, 2009c: 516).

Em 1923 o ministro Camoesas apresentou um projecto de estatuto da educação pública que não foi aprovado.

Os alunos das escolas normais iam saindo formados mas o número de escolas aumentava muito devagar, o que em 1922 leva a existirem cerca de 3000 professores primários no desemprego por não haver recursos para lhes pagar nem os pais das zonas rurais de economia de subsistência se interessavam pela escola para os filhos e alguns, com certeza, subscreviam o que um lavrador minhoto respondeu a um jornalista quando este o questionava acerca da frequência do seu filho na escola: «Nem pensar...Eles estão aqui para trabalhar. O que é isso de escola?» (Vilarinho, 2000: 82).

Durante o Estado Novo, devido à gravíssima crise económica internacional, foi instaurado o salário familiar (art. 13.º - 3 da Constituição Portuguesa de 1933) para garantir pelo menos um salário para cada família, o que levou à permanência das mães em casa para tratar dos seus filhos e a não ser necessário o ensino infantil, que foi extinto, surgindo um conjunto de medidas para auxiliar as mães, nomeadamente novas instituições, visitadoras sociais, educadoras familiares, assistentes sociais e sobretudo a Obra das Mães pela Educação Nacional: «e, porque a experiência tem demonstrado que o ensino infantil não se encontra organizado de forma que os frutos que respondam aos encargos, prevê-se a extinção ou conversão nas respectivas escolas, devendo procurar-se em mais adequadas formas de atividade educativa, como a “Obra das Mães pela Educação Nacional”, a resolução do problema» (Decreto 28.081 de 1937-10-09 - DG. 236, 1.ª s., de 1937-10-09, cf. Meireles-Coelho, 2009: 800). “A partir de então e até aos anos 70, desenvolvem-se simultaneamente dois tipos de resposta: uma, de carácter assistencial, cabendo às Misericórdias e outras instituições congéneres um papel de relevo, outra, de iniciativa privada, com funções educativas” (Eurydice, 2007: 57).

Por pressão internacional da OCDE (IAC, 1964) só com o Decreto-Lei n.º 40 964 de 31-12-1956 se estende o ensino primário obrigatório de 4 anos para o sexo masculino e com o Decreto-Lei n.º 42 994 de 28-05-1960 se torna o ensino primário de 4 anos obrigatório para os dois sexos. E com o Decreto-Lei 45 810 de 09-07-1964 amplia-se a escolaridade obrigatória, até aos catorze anos, até à obtenção da 6.ª classe.

Desde 1960, o número de mulheres empregadas aumentou drasticamente, assim há também um aumento do número de horas que as mulheres trabalham fora de casa. Todos estes factores levaram a uma necessidade crescente de cuidados para as crianças durante as horas normais de trabalho.

Em Portugal, ao contrário dos restantes países da Europa ocidental, só a partir do final dos anos 70 é que a educação de infância começou a desenvolver-se. O atraso sofrido durante o Estado Novo levou à criação de jardins-de-infância sob a dependência dos serviços da segurança social e iniciativas privadas.

Portugal tinha uma elevada taxa de analfabetismo, era reduzida a frequência escolar, existia falta de professores, de instalações e material e é neste panorama que Veiga Simão entra no Governo para a pasta da educação, para reorganizar a vida nacional. Veiga Simão apresenta dois projectos de reforma, o do sistema escolar e o do ensino superior. A Lei 5/73 de 25 de Julho aprovou as bases da reforma, algumas das inovações da mesma foram a institucionalização da educação pré-escolar (ou EPP) e extensão da escolaridade obrigatória de seis para oito anos. Veiga Simão sofreu várias pressões por

causa dos seus projectos mas sempre afirmou “não deixemos que a marcha iniciada possa ser travada por aqueles que têm o pavor da educação, de todos e para todos, da cultura que chegue a todos os lares, do progresso que reparta por todos e com mais justiça o rendimento nacional” (*apud* Carvalho, 1986: 811). A obra de Veiga Simão “representou um inegável progresso” (Carvalho, 1986: 812) para o ensino em Portugal, que tinha como uma das grandes finalidades ser “meio fundamental para a democratização e consolidação de um estado social” (Cardona, 1997: 65). Deste modo, Veiga Simão “procurou romper com o carácter elitista e selectivo que caracterizara o ensino português” (Vilarinho, 2000: 101). Em 1973 é criada a divisão da educação pré-escolar (ou EPP) que ainda hoje funciona como Núcleo de Educação Pré-Escolar e nesse mesmo ano é publicada a nova reforma do sistema educativo português. A reforma Veiga Simão (Lei n.º 5/73 de 25-07-1973) previa que o ensino básico de 8 anos fosse obrigatório. A educação de infância destinada a crianças dos 3 aos 6 anos, é reintegrada no sistema educativo, apesar da sua frequência não ser obrigatória. Fica sob a responsabilidade do Ministério da Educação Nacional definir normas de funcionamento dos jardins-de-infância, sua organização e a formação dos educadores de infância. “A educação pré-escolar deverá visar o desenvolvimento global e harmonioso da criança (...), é igualmente valorizada a sua importância na detecção precoce de deficiências e inaptações das crianças (..) e realiza-se mediante actividades correspondentes aos interesses, necessidades e possibilidades da criança...” (Cardona, 1997: 69).

Com o 25 de Abril de 1974 esta reforma não chega a ser posta em prática mas, “muitas das suas ideias e princípios definidos continuaram a ser considerados importantes, apesar da sua concretização se ter realizado somente alguns anos mais tarde” (Cardona, 1997: 70).

Em 1975 a UNESCO elabora um relatório sobre a educação em Portugal, onde são apresentadas propostas para generalização do ensino pré-escolar no mínimo às crianças de 4 e 5 anos. Nesse mesmo ano a primeira proposta legislativa para implementar a educação pré-escolar (ou EPP) na rede pública não foi aprovada. Após a elaboração de várias propostas, é finalmente debatida e aprovada a Lei 5/77 “que cria a rede pública de educação pré-escolar do Ministério da Educação, definindo que as zonas rurais e suburbanas serão consideradas prioritárias no desenvolvimento da rede institucional. São ainda apresentadas as finalidades e linhas gerais que deverão orientar o funcionamento destas instituições” (Cardona, 1997: 154). Esta passa a estar preconizada no artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa de 1976, que refere que “todos têm direito à educação e à cultura; o Estado promove a democratização da educação e as demais condições para

que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva". E no artigo 74.º é referido que incumbe ao Estado "assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito", assim como desenvolver o sistema público de educação pré-escolar (ou EPP).

Sendo assim, só em 1977 é criada a rede oficial da educação pré-escolar (ou EPP) (Formosinho, 1997: 21) sendo esta destinada às crianças a partir dos 3 anos, com a designação de *educação pré-escolar* e não mais de *ensino infantil* nem *educação infantil*. A criação destas intuições será feita em primeiro lugar em zonas mais desfavorecidas e em colaboração com autarquias e outras entidades.

Desde esta altura se observam as divergências entre os jardins-de-infância da rede pública e as intuições dependentes do Ministério da Segurança Social, nomeadamente nas horas de funcionamento e em relação às prioridades, que relativamente à Segurança Social era dar resposta às necessidades sociais das crianças e famílias. No que diz respeito às crianças com menos de 3 anos, essa preocupação também é ponderada na segurança social, que em 1985 procede à criação de creches familiares.

"Em 1978 abriu o Ministério da Educação 142 jardins-de-infância com a frequência de cerca de 3525 crianças; em 1979 foram criados mais 264 jardins-de-infância atendendo assim à volta de 10225 crianças, sendo acrescido em 1980 mais 544 jardins-de-infância, o que perfaz uma frequência de cerca de 23725 crianças" (Portugal/ME/DGEB, [s.d.]: 12). No ano de 1979 são publicados os estatutos dos jardins-de-infância que vêm "salvaguardar a sua autonomia em relação à escola" (Cardona, 1997: 88). Nestes estatutos era referido a necessidade de se definir um plano nacional de educação pré-escolar mas na década de 90 ainda este não estava realizado e os estatutos de 79 ainda se encontravam em vigor. Ao mesmo tempo que existiam estes estatutos, especificamente para as Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) são publicados outros estatutos que "perante a heterogeneidade do contexto institucional, com muitas instituições a funcionarem em más condições, era urgente a definição destes estatutos" (Cardona, 1997: 89). No mesmo ano são também publicados os estatutos das escolas públicas de formação para os educadores de infância e seis anos mais tarde são criados cursos de promoção de auxiliares a educadoras de infância, que eram direccionados para pessoas que trabalhavam nas instituições sem formação técnica. "Em 1981 são criados mais cerca de 600 jardins-de-infância. A população infantil passa, em 1982, a rondar as 50000 crianças no total na rede pública do M. E. U." (Portugal/ME/DGEB, [s.d.]: 12).

*

A pouca integração das mulheres no emprego e trabalho fora de casa em Portugal até aos anos de 1960 esteve associada à educação das crianças em casa com as mães até à idade de entrar na escola primária obrigatória. A partir dos anos de 1960 as mães a trabalhar fora de casa exerceram uma enorme pressão para a criação de creches e jardins-de-infância para «tomarem conta» dos filhos enquanto iam trabalhar: o Ministério encarregado do trabalho e segurança social foi desenvolvendo uma rede que respondia à função social de guarda enquanto o Ministério encarregado da educação foi adiando assumir a rede que integrasse a função social de guarda à função educativa.

2.2. Conceitos e práticas actuais segundo as organizações internacionais

De 1969 (Versalhes) a 1988 (Lisboa) o Conselho de Europa manifestou particular interesse com a evolução da educação pré-escolar (ou pré-primária) e com a sua articulação com o ensino primário, também chamado básico (Ferreira, 2005: 23).

Em 1971 em Veneza e dois anos mais tarde no Simpósio de Leyde, foi chamada à atenção para a continuidade entre educação pré-escolar e o ensino básico, sendo desenvolvido entre 1974 e 78 um projecto a nível europeu sobre a articulação entre estes dois níveis de educação e ensino. Neste estudo foi referido o projecto-piloto que estava a dar os primeiros passos na Holanda em que a escola pré-primária estava a ser integrada na primária, formando uma única escola básica. As conclusões deste primeiro projecto “educação pré-escolar” do Conselho da Europa levou à redacção do documento «*Parecer sobre a educação pré-escolar na Europa: as grandes prioridades*» em 1977 (Ferreira, 2005: 36 e 37). Transcrevemos alguns dos pontos deste *Parecer* mais relevantes para este tema: “1. as experiências da criança antes do início da escolaridade obrigatória influenciam de maneira decisiva o decurso da sua posterior escolaridade. Grande parte das aquisições, sobre as quais se fundamentará a aprendizagem posterior, é adquirida antes da sua entrada para a escola primária. (...) Recomenda-se aos Estados membros que dêem uma prioridade elevada às medidas destinadas a assegurar a todas as crianças uma educação pré-escolar gratuita durante pelo menos dois anos antes de atingirem a idade da escolaridade obrigatória. 2. (...) i. A planificação e a organização da educação pré-escolar devem responder às necessidades das famílias e ter em conta as referências de vida das crianças. (...) 3. A educação pré-escolar constitui uma etapa do processo contínuo que é o desenvolvimento da criança. As noções e atitudes adquiridas na educação pré-escolar devem ser consolidadas durante os anos da escola primária. (...) Para eliminar as barreiras que possam existir entre a educação pré-escolar e o ensino primário, é

necessário proceder-se a uma integração administrativa, física, pedagógica e profissional. i. É desejável submeter a educação pré-escolar e o ensino primário à mesma tutela administrativa, no Ministério da Educação, uma vez que se trata de duas etapas do mesmo processo contínuo de educação. Quando a integração dos dois sectores não é possível, torna-se necessário prever procedimentos com vista a reunir os responsáveis da educação pré-escolar e do ensino primário para uma negociação das políticas comuns. ii. A educação pré-escolar e o ensino primário devem, tanto quanto possível, estar agrupados no mesmo local de modo que as crianças que entram para o ensino primário continuem num contexto e ambiente que lhes são familiares. iii. Os princípios da educação pré-escolar e do ensino primário devem ter em conta todos os aspectos do desenvolvimento da criança. (...) iv. É necessário tomar medidas para acabar com as barreiras entre educadores de infância e professores do ensino primário. Estas categorias de profissionais da educação deveriam receber uma formação de base comum, correspondente à escolaridade da educação pré-escolar à escola primária e mais tarde poderem seguir uma formação contínua com o objectivo de favorecer uma compreensão mútua. É necessário desenvolver a cooperação profissional oferecendo aos educadores de infância remunerações, condições de trabalho e de progressão iguais às dos docentes do primário, sem discriminação de sexo. 4. Um dos grandes objectivos da educação pré-escolar é reduzir as desigualdades entre as crianças (...). É necessário também reduzir as desvantagens provenientes de preconceitos sociais ou da discriminação entre sexos. ii. Certas crianças apresentam incapacidades físicas ou problemas de comportamento que podem ser detectados precocemente pelo educador de infância ou pelos serviços médicos e psicológicos. (...) 5. A investigação pode desempenhar um papel extremamente útil para controlar o desenvolvimento da educação pré-escolar. Estudos fundamentais, abrangendo todos os aspectos da primeira infância, fornecem elementos essenciais para a concretização dos objectivos e dos métodos de trabalho da educação pré-escolar. Para que esta se possa adaptar às exigências duma sociedade em mudança, é necessário conhecer bem as condições de vida das crianças e as necessidades em matéria de equipamentos pré-escolares. Os estados membros deveriam ver esta investigação como uma parte integrante da planificação da educação pré-escolar” (Conselho da Europa, 1979 *apud* Ferreira, 2005: 37-39).

No mesmo seguimento, a 12.^a sessão da Conferência dos Ministros da Educação do Conselho da Europa – Declaração sobre educação das crianças dos 3 aos 8 anos – realizada em Lisboa em 3 e 4 de Junho de 1981, considerou o período dos 3 aos 8 anos decisivo para a educação pessoal, social e ambiental das crianças pelo papel importante no desenvolvimento harmonioso das crianças que frequentam a educação pré-escolar e

cujos pais trabalham fora de casa, tendo-se salientado a necessidade de rever as políticas de educação em relação ao sector pré-escolar em conjunto com os primeiros anos da escolaridade primária, nomeadamente: «1) a questão de saber se a educação pré-escolar deve ser alargada a todas as crianças e ser mesmo obrigatória (para proteger a pequena percentagem de crianças que resta); 2) a educação pré-escolar dentro da educação escolar; 3) a participação activa dos pais nos interesses da criança para criar um bom ambiente no desenvolvimento da sua aprendizagem; 4) a coordenação entre os serviços para assegurar a continuidade sem uniformidade; 5) a formação de educadores e professores do ensino primário de forma a demonstrar-se que a consistência dos objectivos e a continuidade da prática entre os dois sectores se torne realidade; 6) a componente educativa na educação pré-escolar que deve ser assegurada para evitar a ocorrência de problemas na transição para a escola primária; 7) a integração da educação pré-escolar na educação escolar para assegurar a coordenação e continuidade na transição para a escola primária; 8) compatibilização dos horários da instituição educativa com os dos trabalhos dos pais; 9) flexibilização dos horários de trabalho; 10) procura de soluções para problemas específicos e regionais; 11) coordenação com outras áreas; 12) as políticas relativas à educação pré-escolar devem ser integradas; 13) educação pré-escolar acessível para todos; 14) identificação das vantagens e desvantagens de cada sistema e usar estas análises para os melhorar...» (Meireles-Coelho, Ferreira, L. Ferreira, 2009).

Em 1988 foi publicado pelo Conselho da Europa o Projecto n.º 8 desenvolvido na Europa de 1982 a 87, em que é referido que “é importante melhorar a continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário. (...) Os processos de aprendizagem e as técnicas de ensino utilizadas deveriam levar à criação de um processo contínuo sem interrupções para as crianças dos 3-4 aos 11-12 anos numa mesma escola básica (com o mesmo pessoal com a mesma formação)” (Conselho da Europa, 1988: 2.2.3.). “As investigações promovidas pelo Conselho da Europa e as suas recomendações são ainda hoje assuntos de grande acuidade para o nosso país onde esses objectivos ainda não foram alcançados e até parece que cada vez estamos mais longe de os atingir” (Ferreira, 2005: 55).

Em 1996 a Comissão Internacional sobre a “Educação para o século XXI: educação um tesouro a descobrir”, dando continuidade ao Relatório Faure de 1972 (cf. Meireles-Coelho, 2009, p. 104), vem confirmar que as competências e aptidões que cada um desenvolve para aprender despertam no seio dos sistemas educativos e que a educação formal e não formal devem fundir-se numa «educação básica» para todos dos 3/4 aos 11/12, ou um pouco menos, constituindo “um indispensável passaporte para a vida que faz com os que dela beneficiem possam escolher o que pretendem fazer, possam participar na cons-

trução do futuro colectivo e continuar a aprender” (Delors, 1996: 106), “Para facilitar a integração da educação pré-escolar com o ensino primário (1.º ciclo do ensino básico) deveria haver continuidade dos métodos utilizados na educação pré-escolar pelo ensino básico dentro de modo que a atitude lúdica e não sistemática da educação pré-escolar prevaleça durante o tempo de iniciação à leitura, escrita e cálculo que deveria ser feito entre os 4 e os 8 anos consoante o ritmo de cada criança” (Neves, 1999: 330).

Segundo Ana Bela Ferreira (2005: 14) tanto o Conselho da Europa como a UNESCO “valorizam as funções da educação: *compensatória* na redução das desigualdades sociais; *educacional* tendo em conta uma boa integração no sistema educativo e o enquadramento na sociedade do conhecimento numa perspectiva de educação ao longo da vida; e *social* (assistencial) com vista a uma adequação às necessidades das famílias”.

*

Desde 1979, que não há dúvidas na Europa sobre a prioridade da função educativa na «educação pré-escolar» e que por isso mesmo a educação pré-escolar e a escola primária devem estar na tutela do Ministério da Educação, competindo à autonomia participada das escolas integrar as funções educativa e social, de modo que «os processos de aprendizagem e as técnicas de ensino utilizadas deveriam levar à criação de um processo contínuo sem interrupções para as crianças dos 3-4 aos 11-12 anos numa mesma escola básica (com o mesmo pessoal com a mesma formação)» com o mesmo estatuto, dando-se particular importância à continuidade educativa dos 3 aos 8 anos. Já passaram 30 anos...

2.3. A situação em Portugal desde 1986

Ao longo da história a educação de infância vem evoluindo de acordo com as mudanças sociais e políticas da respectiva década. Mas, desde o início do século XX que “a sociedade portuguesa conheceu transformações importantes, a saber: «a gradual industrialização do país com a concentração das populações em grandes centros populacionais, urbanos e suburbanos; o ingresso significativo das mulheres na vida activa; a emigração, particularmente desde a década de 60 e a guerra colonial que teve lugar de 1961 a 1974; a gradual valorização da criança na sociedade e na família, logo, o aumento das expectativas face à educação»” (DEB, 1999: 9 *apud* Vasconcelos, 2000). Estas mudanças sociais na vida da população levaram a que o acesso à educação pré-primária fosse estendido a um número cada vez maior de crianças. Em Portugal, a educação pré-escolar ou pré-primária não é obrigatória e existem diversos serviços pré-escolares para crianças desde os 3 meses.

Em 1986 é criada a associação de profissionais de educação de infância (APEI), fecham as antigas escolas do magistério infantil e começam a funcionar as escolas superiores de educação. Relativamente à formação inicial de educadores e professores, estava a cargo até à década de 80 de escolas privadas e do Magistério Primário. Após o “encerramento das Escolas do Magistério Primário, são criadas as Escolas Superiores de Educação e os Centros Integrados de Formação de Professores e estes passaram a ter uma formação de nível superior em cursos de três anos. Nesta óptica, em 1983, surgiu uma ideia inovadora que preconizava a formação de professores na Escola Superior de Educação de Viseu com «os seguintes cursos de bacharelato em ensino: a) Educação pré-escolar e ensino primário; b) ensino básico» (Decreto do Governo n.º 12/83, de 16 de Fevereiro). Este projecto pioneiro, elaborado pelo Professor Doutor João Evangelista Loureiro, do CIFOP da Universidade de Aveiro, preconizava a articulação entre a educação pré-escolar e a educação primária e a articulação desta com o ensino preparatório sem rupturas com professores com o mesmo estatuto e a mesma formação, o que levaria à concretização da educação básica. Este projecto foi inviabilizado pelo Despacho 1/ME/86 e posteriormente, pelo Decreto-Lei n.º 59/86 de 21 de Março” (Meireles-Coelho, Ferreira, L. Ferreira, 2009). É com a alteração da LBSE (14-10-1986), Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro, que a formação é alargada para 4 anos, sendo atribuído o grau de licenciado (Meireles-Coelho, Ferreira, L. Ferreira, 2009).

O ano de 1986 representou o início de uma importante evolução mas, por outro lado os educadores defrontaram-se com um nova situação, até então impensável, o desemprego. É criada uma comissão de reforma do sistema educativo que tinha como objectivo reestruturar o sistema educativo (Cardona, 1997: 99). No mesmo ano, em Assembleia da República, foi aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo que surge para dar resposta ao artigo 73.º da Constituição da República, para clarificar a estrutura do sistema escolar e para proporcionar um quadro organizativo, estável e articulado. Com a Lei n.º 46/86 de 14-10-1986, a educação pré-escolar é enquadrada no sistema (Eurydice, 2007: 57), embora como não escolar e é regulamentada a situação actual: «a educação pré-escolar destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. Incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar (...)» (art. 5.º, n.º 3 e 4), embora a frequência desta seja facultativa e a escolha desta da responsabilidade da família. «O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos... A obrigatoriedade de frequência do ensino básico termina aos 15 anos de idade» (art. 6.º). “O sistema educativo português, ao confundir ensino básico com escolaridade obrigatória, foi-se alargando através do aumento do número de anos à estrutura existente, privilegiando, por isso, os aspectos quantitativos

mas *esqueceu* (ou secundarizou) os aspectos qualitativos, predominando as rupturas sobre a continuidade ao longo de toda a escolaridade obrigatória, contrariando, assim os princípios da própria Lei de Bases que defendem a unidade do ensino básico/ escolaridade obrigatória” (Neves, 1999: 101). Já em 1987, a Dra. Maria de Lurdes Cró Bras, referia que “a educação pré-escolar não deve ser uma emancipação do ensino primário, contudo as crianças deverão realizar aprendizagens fundamentais que lhe permitam progredir ulteriormente”, pois a autora questiona se a intervenção ao nível do pré-escolar naquela época “é a melhor por forma a otimizar o desenvolvimento das crianças e a prevenir o insucesso futuro?” (Cró, 1987: 2 e 3).

Em 1988 foram abertas novas perspectivas à educação pré-escolar fomentando a criação de novas salas com a criação do «Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo» (PIPSE) (Formosinho, 1997: 21), mas, como refere a mesma autora entre “1989 e 1996 não foram criados mais jardins-de-infância da rede pública”. No que diz respeito à educação pré-primária esta é vista como uma ferramenta de combate ao insucesso escolar. Mas a educação de infância na década de oitenta foi deixada ao abandono quando foi entregue ao sector privado, desvinculando-o da regulação pelo Estado. “... A educação pré-escolar pública teve um desenvolvimento moderado enquanto a educação pré-escolar privada teve um grande desenvolvimento. De salientar que estas instituições de educação pré-escolar eram tuteladas por dois ministérios diferentes, o da Educação e o da Segurança Social assegurando cada um deles, prioritariamente, a função educativa e a função social ou de guarda respectivamente” (Ferreira, 2005: 72). Em 1991, a OCDE publica um estudo onde foram realizadas diversas reflexões acerca da expansão da educação pré-escolar (ou EPP) e, um ano mais tarde é publicado outro relatório que abarca as mudanças sociais e a necessidade de reformular a educação pré-primária para que esta continue a ser desenvolvida com qualidade. Em 1994 o exame das políticas nacionais de educação da OCDE descreve o sistema educativo português e a sua estrutura organizacional.

Segundo os dados apresentados por Bairrão e Tietze em 1995 haviam cerca de 31,2% das crianças entre os três e os cinco anos de idade que frequentam contextos formais de educação pré-escolar. Em 1996 na revista *Educação* (*apud* Formosinho, 1997), João Formosinho refere que à excepção da Grécia e de Portugal, na maior parte dos países comunitários “a taxa de cobertura dos serviços educativos das crianças dos 3 aos 5 anos é muito elevada”.

Em 1997 é publicada a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro), onde a educação pré-primária é identificada como a primeira etapa da educa-

ção básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família...” (art. 2.º) e é regulamentada “a tutela única do Ministério da Educação de todos os estabelecimentos de educação pré-escolar” (Ferreira, 2005: 72). No capítulo III, art. 8.º da Lei n.º 5/97 é referido que é responsabilidade do Estado definir “as orientações gerais a que deve subordinar-se a educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos pedagógico e técnico”, sendo ainda descritas as competências a este atribuídas: a) definir regras para o enquadramento da actividade dos estabelecimentos de educação pré-escolar; b) definir objectivos e linhas de orientação curricular; c) definir os requisitos habilitacionais do pessoal que presta serviço nos estabelecimentos de educação pré-escolar; d) definir e assegurar a formação do pessoal; e) apoiar actividades de animação pedagógica; f) definir regras de avaliação da qualidade dos serviços; g) realizar as actividades de fiscalização e inspecção”. “A partir da publicação da Lei-Quadro, foi preparada uma série de diplomas que regulamentam a expansão da rede e afirmam a tutela pedagógica por parte do Ministério da Educação⁵” (Eurydice, 2007: 59-60). A tutela pedagógica única “é o instrumento mais adequado para conseguir que todos os contextos de educação pré-escolar concretizem a oferta de educação de infância como serviço educativo e como serviço social” (Formosinho, 1997: 35). Apesar da aparente convergência, no sentido de atribuir a tutela da EPP ao ME, o Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de Junho, no art. 15.º, refere que «a tutela pedagógica,... é da competência do Ministro da Educação» (n.º 1), e «a tutela técnica, ... é da competência conjunta dos Ministros da Educação e da Solidariedade e Segurança Social» (n.º 2), o que parece invalidar esta tentativa.

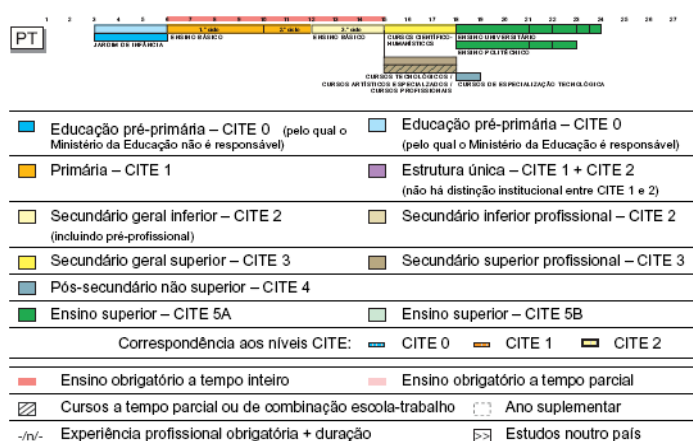
Ao nível do pré-escolar, o jardim-de-infância público oferece às crianças um horário que nem todos os pais podem aceitar pois trabalham mais horas diárias do que as de funcionamento do estabelecimento. Até há pouco tempo atrás, a solução era os jardins-de-infância privados para as famílias que podiam pagar pela educação dos filhos e as IPSS pois “enquanto a rede pública surgiu como uma resposta educativa e compensatória da

⁵ Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho; Despacho Conjunto n.º 268/97, de 25 de Agosto; Despacho Conjunto n.º 258/97, de 21 de Agosto; Portaria n.º 583/97, de 1 de Agosto; Despacho n.º 5220/97, de 4 de Agosto; Despacho Conjunto n.º 291/97, de 4 de Setembro; Despacho n.º 8493/04, de 27 de Abril; Decreto-Lei n.º 542/79, de 31 de Abril; Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, com alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 105/97, de 29 de Abril, n.º 1/98, de 2 de Janeiro, n.º 121/05, de 26 de Julho e n.º 229/05, de 29 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/99, de 16 de Março; Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de Setembro; Despacho n.º 10319/99, de 26 de Maio; Decreto-Lei n.º 241/01, de 30 de Agosto; Despacho Conjunto n.º 114/05, de 7 de Fevereiro; Despacho n.º 12591/2006 (2.ª série) de 16 de Junho” (Eurydice, 2007: 59-60).

educação pré-escolar, a rede privada e de solidariedade surgiu com uma função de guarda e cuidados, com um carácter mais assistencial do que educacional” (Ferreira, 2005: 78). Esta preocupação surge contemplada na legislação portuguesa pela primeira vez na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar. “Por estabelecimento de educação pré-escolar entende-se a instituição que presta serviços vocacionados para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas, e actividades de apoio à família” (Lei 5/97, art. 3.º, n.º 3). Em termos legislativos em Portugal esta Lei é a primeira que “alia a função educacional e a função assistencial da educação de Infância” (Ferreira, 2005: 14). No que diz respeito à função social, são criadas as actividades de animação e de apoio à família (CAF). A CAF é caracterizada pelo serviço de refeições e pelo prolongamento de horário onde se realizam actividades de animação sócio-educativa. Portanto, “com a publicação da Lei-Quadro é concretizada a operacionalização da componente social através da distinção entre a componente pedagógica, considerada como a componente lectiva, e a componente de guarda e cuidados infantis, designada como de atendimento e animação sócio-educativa” (Madail, 2007: 7).

Com o Despacho n.º 5220/97 de 10 de Julho surgem as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (Portugal/ME, 1997_b) na sequência da Lei 5/97, sendo resultado de “um conjunto de princípios destinados a apoiar os educadores nas decisões sobre a sua prática, ou seja, a conduzir o processos educativo a desenvolver com as crianças” (Portugal/ME/DEB/OCDE, 2000: 93), sendo o educador o gestor do currículo que para o pré-escolar “deve constituir numa série de pré-requisitos de conhecimentos e habilidades que hão-de ser adquiridos pelo sujeito como o incentivo de aceder a níveis de competência cada vez maiores à medida que se avança” (Bruner *apud* Madail, 2007: 87).

A Eurydice, rede de informação sobre a educação na Europa, publicou um Dossier Nacional onde realizou uma descrição detalhada do sistema educativo português da educação pré-primária ao ensino superior (2006/2007):



Organização do sistema educativo em Portugal (2006/07) (Eurydice, 2007: 23)

Em 1998, na sequência de modelos concretos adoptados pelo Ministério da Educação (ME) desde 1996, Portugal candidata-se a fazer parte do estudo temático da educação pré-escolar e cuidados para a infância que a comissão da OCDE realizou no âmbito do projecto “tornar a aprendizagem ao longo da vida uma realidade para todos” (Portugal/ME/DEB/OCDE, 2000: 155). Através deste relatório ficamos a conhecer a realidade da educação portuguesa da época e algumas das medidas urgentes a tomar para a educação melhorar no país. Apesar de todas as lacunas que possam existir ao nível da educação pré-escolar (ou EPP) em Portugal, a equipa de estudo que visitou o nosso país “reconhece o esforço e tudo o que foi alcançado nos últimos anos” e de como “a educação de infância se tornou uma prioridade política entre as entidades responsáveis e que é, cada vez mais, uma questão decisiva no voto dos cidadãos” (Portugal/ME/DEB/OCDE, 2000: 229).

São propostas medidas de reorganização do sistema educativo português “para uma mudança rumo à qualidade da melhor educação para cada um desde o início, (...) [pois] em Portugal tem-se desenvolvido o sistema educativo mais em função do crescimento quantitativo e estatístico e não na satisfação das necessidades básicas das aprendizagens proporcionadas pelo sistema educativo e pela «sociedade educativa»” (Meireles-Coelho *et al.*, 2009: 1 e 4). É proposta como primeira medida a “unificação dos actuais 1.º e 2.º ciclos num único nível de educação e formação básica, «num processo contínuo dos 3-4 anos até aos 11-12 anos, num mesmo estabelecimento, com o mesmo pessoal, com a mesma formação» (CE, 1988 *apud* Meireles-Coelho *et al.*, 2009: 3). Como segunda medida os autores referem a “diversificação em áreas de trabalho e de estudo ao nível do 7.º, 8.º, 9.º e 10.º anos (nível 2). A terceira medida deverá ser a valorização da componente prática e profissionalizante do ensino secundário relacionada com a entrada na vida activa e nas profissões” (Meireles-Coelho *et al.*, 2009: 3). “Na verdade, apesar das modificações introduzidas pela actual Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, muito particularmente no que respeita ao ensino básico, parece que, apesar de tudo, o que hoje se designa por ensino básico não é mais que a *justaposição* de ciclos, cada um com a sua «origem» e características muito próprias, sem articulação entre si” (Neves, 1999: 74).

As actividades extracurriculares no 1.º CEB

A Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), no art. 48.º, descreve que “as actividades curriculares... devem ser complementadas por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos” e que essas “actividades de complemento

curricular visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade” (n.º 1 e 2). Três anos depois o Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, previa que as escolas do 1.º CEB podem, se tiverem recursos disponíveis, “proporcionar [aos alunos] a iniciação a uma língua estrangeira, na sua realização oral e num contexto lúdico” (art. 5.º). Neste mesmo decreto é institucionalizada a «área escola» como “uma área curricular não disciplinar... [que tinha como objectivos] a concretização dos saberes através de actividades e projectos multidisciplinares, a articulação entre a escola e o meio e a formação pessoal e social dos alunos” (art. 6.º, n.º 1 - 2). Neste documento é previsto que “os estabelecimentos de ensino organizarão actividades de complemento curricular, de carácter facultativo e natureza eminentemente lúdica e cultural, visando a utilização criativa e formativa dos tempos livres dos educandos” (art. 8.º, n.º 1), é referido ainda que entre as actividades mencionadas se integra o desporto escolar (n.º 2).

No mesmo sentido surgem outros normativos complementares da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), nomeadamente, os Despachos n.º 141/ME/90 e o n.º 142/ME/90, de 1 de Setembro, que regulamentam, respectivamente, as actividades de Complemento Curricular e Área-Escola. No art. 1.º do Despacho n.º 141/ME/90 de 1 de Setembro é mencionado que “as actividades de complemento curricular constituem um conjunto de actividades não curriculares que se desenvolvem, predominantemente, para além do tempo lectivo dos alunos e que são de frequência facultativa” (n.º 1), “têm uma natureza eminentemente lúdica, cultural e formativa (art. 2.º, n.º 1)... [sendo] a) de carácter desportivo; b) de carácter artístico; c) de carácter tecnológico; d) de formação pluridimensional; e) de solidariedade e voluntariado; f) de ligação da escola com o meio; g) de desenvolvimento da dimensão europeia na educação” (art. 2.º, n.º 2).

Em Março 2000 na sequência do projecto «Reflexão participada sobre o currículo do ensino básico» iniciado em 1996 foi realizada uma «Proposta de reorganização curricular do ensino básico» que vinha ao encontro de necessários ajustamentos da reforma curricular consagrada pelo Decreto-Lei n.º 286/89 e outros normativos posteriores (Despacho n.º 141/ME/90, Despacho n.º 142/ME/90 e Despacho n.º 98-A/92)” (capítulo I, n.º 2). Nesse mesmo ano, a 5 de Agosto “por solicitação do Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação analisou a «Proposta de reorganização curricular do ensino básico»... [esta proposta pressupõe vários aspectos, entre eles,] a) apresenta «uma nova visão de currículo e novas práticas de gestão curricular»; ... f) adianta como aspectos inovadores a educação para a cidadania, a área de projecto e o estudo acompanhado como componentes obrigatórias do currículo; g) afirma como parte integrante do currícu-

lo, em todos os ciclos, a utilização das tecnologias da informação e da comunicação... (capítulo I, n.º 1). No capítulo VIII são analisadas as actividades de enriquecimento. O decreto da reforma curricular que as definiu como actividades «de carácter facultativo e natureza eminentemente lúdica e cultural» (Decreto-Lei n.º 286/89, artigo 8.º) e a sua posterior regulamentação pelo Despacho n.º 141/ME/90 permitiu distingui-las das antigas actividades extracurriculares que as antecederam e isso reflectiu, também, as novas concepções de desenvolvimento curricular da reforma curricular de 1989 (ponto n.º 47). Mas, no ponto seguinte é referido que apesar de serem referenciadas as actividades de enriquecimento para o ensino básico não é focada a importância que este tipo de actividades deve ter na escola básica. “Urge, portanto, dar maior destaque às actividades de enriquecimento, nos documentos e normativos legais que vierem a ser publicados, mostrando-se, também, necessário, a este nível, a publicação de orientações curriculares gerais que possam enquadrar este tipo de actividades educativas. O anterior Despacho n.º 141/ME/90 pode constituir uma boa base de trabalho, embora deva ser aligeirada a sua carga normativa e prescritiva de modo a proporcionar às escolas maior autonomia pedagógica e liberdade de iniciativa” (capítulo VIII).

O Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro (rectificado nos termos da Declaração de Rectificação n.º 4-A/2001, publicada no DR, I-A, n.º 50, de 28 de Fevereiro de 2001 e alterado pelo Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro) revogou o Decreto-Lei n.º 286/89 de 29/8 em tudo o que se refere ao ensino básico. No Decreto-Lei n.º 6/2001 são estabelecidos “os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional” (art. 1.º, n.º 1), sendo este definido como “o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver-se pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo [1986, art. 7.º] para este nível de ensino” (art. 2.º, n.º 1). Na reorganização do currículo do ensino básico “assume particular relevo a consagração no currículo de três novas áreas curriculares não disciplinares” (área de projecto, estudo acompanhado e formação cívica), sendo da responsabilidade do professor titular de turma no 1.º CEB “o desenvolvimento das áreas curriculares não disciplinares” (art. 5.º, n.º 4). No art. 9.º é referido que “as escolas, no desenvolvimento do seu projecto educativo, devem proporcionar aos alunos actividades de enriquecimento do currículo, de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação”.

Em 1996 o Despacho n.º 60/SEEI/96, de 19 de Novembro, definiu as condições em que pode ser iniciada a aprendizagem de uma língua estrangeira no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Em 2005 o Despacho n.º 14 753/05, de 5 de Julho aprova “o programa de generalização do ensino de inglês no 1.º ciclo do ensino básico, o qual se desenvolve ao longo do ano lectivo em regime de complemento educativo, de frequência gratuita, abrangendo os 3.º e 4.º anos de escolaridade dos estabelecimentos públicos onde seja ministrado o 1.º ciclo do ensino básico, com uma duração semanal correspondente a um tempo e meio lectivo (cento e trinta e cinco minutos)” (n.º 1). Após a experiência obtida no ano lectivo de 2005/2006 com o Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos de escolaridade “primeira medida efectiva de concretização de projectos de enriquecimento curricular e de implementação do conceito de escola a tempo” (Despacho n.º 12 591/2006) surge o Programa de Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular, criado com o objectivo de melhorar as condições de ensino e aprendizagem no 1.º ciclo do ensino básico (Portugal/ME/DGIDC/Comissão de acompanhamento do programa, 2007: 4).

Segundo o Despacho n.º 16 795/2005 de 3 de Agosto, as actividades de enriquecimento curricular são importantes “na aquisição de competências desportivas, musicais, língua estrangeira, informáticas, entre outras, para o desenvolvimento das crianças e consequentemente para o sucesso escolar futuro”. Estas surgem como resposta às necessidades que as famílias têm da permanência das suas crianças por um período mais alargado de tempo nos estabelecimentos de ensino e têm como principais objectivos, garantir a todos os alunos aprendizagens gratuitas e enriquecedoras ao mesmo tempo que promovem a articulação entre a escola e as famílias. Ainda no mesmo Despacho é referido que a distribuição da actividade curricular no 1.º CEB é realizada em «regime normal», ou seja, as actividades de enriquecimento curricular só têm início após o termo das actividades curriculares. Só excepcionalmente as actividades curriculares do 1.º CEB poderão ser organizada em regime duplo (n.º 4). Segundo o Despacho n.º 12 591/2006 as actividades de enriquecimento curricular podem “incidir nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias de informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, (...). No Despacho n.º 14 460/2008 é acrescentado que «os planos de actividades dos agrupamentos de escolas incluem para todo o 1.º ciclo como actividades de enriquecimento curricular as seguintes: a) apoio ao estudo; b) ensino do inglês” (n.º 10). Em caso de extrema necessidade por parte das famílias poderá existir ainda um período de prolongamento de horário também para as crianças do 1.º CEB. Tanto no Despacho n.º 12 591/2006 como no Despacho n.º 14 460/2008 é referido que, “a componente de apoio à

família no 1.º ciclo do ensino básico destina-se a assegurar o acompanhamento dos alunos antes e ou depois das actividades curriculares e de enriquecimento e ou durante os períodos de interrupções lectivas” (n.º 27).

“As AECs pretendem cumprir o duplo objectivo de garantir, no espaço da escola a todos os alunos de forma gratuita, a oferta de um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo e das aprendizagens, ao mesmo tempo que se concretiza a prioridade enunciada pelo Governo de promover a articulação entre o funcionamento da escola e o fornecimento de respostas úteis no domínio do apoio às famílias”(Portugal/ME/DGIDC/Comissão de acompanhamento do programa, 2007: 4). Dentro da oferta de AECs, segundo o Despacho n.º 12 591/2006 o apoio ao estudo assim como o ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos do 1.º CEB são obrigatórios no plano de actividades de enriquecimento curricular. No Continente em 2007, “98,8% dos estabelecimentos oferecem gratuitamente ensino de Inglês nos 3.º e 4.º anos. São 42,8% os que oferecem ensino do inglês nos 1.º e 2.º anos, 85% ensino de música, 94,3% actividade física e desportiva; 81,1% apoio ao estudo” (Portugal/ME/DGIDC/Comissão de acompanhamento do programa, 2007: 5). No Despacho n.º 14 460/2008 o ensino do inglês é obrigatório para todos os alunos do 1.º CEB sendo ainda ponderadas mais duas situações. O ponto 34 aponta para a frequência dos alunos nas AECs. É mencionado que a partir do momento da inscrição, “os encarregados de educação assumem um compromisso de honra de que os seus educandos frequentam as actividades de enriquecimento curricular até ao final do ano lectivo”. “Os agrupamentos devem referir em sede de regulamento interno as implicações das faltas às actividades de enriquecimento curricular, conforme o disposto no art. 22.º da Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro” (n.º 35).

♦ Ensino do Inglês

Como já referimos anteriormente, a generalização do ensino do Inglês surge na sequência do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos de escolaridade no ano lectivo de 2005/2006, com o objectivo de melhorar as condições de ensino e aprendizagem no 1.º ciclo do ensino básico. Com a criação deste programa como oferta educativa extracurricular gratuita “pretendeu-se desenvolver uma estratégia de generalização progressiva do ensino precoce da língua estrangeira... (Despacho n.º 14 753/05)”. No Despacho n.º 21 440/2005, de 12 de Outubro é alterado o ponto 3 do artigo 11.º do Despacho n.º 14 753/05, referente às orientações relativas ao perfil dos professores de inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º CEB.

Nas Orientações programáticas para o ensino e a aprendizagem do Inglês no 1.º ciclo do ensino básico é referido que “a antecipação da aprendizagem do Inglês para os 1.º e 2.º anos de escolaridade [é] legítima e pertinente à luz das teorias gerais da aprendizagem e da aprendizagem de línguas estrangeiras” (Dias e Taste, 2006: 5). Por conseguinte estes autores enumeram um conjunto de fundamentações para a antecipação do inglês no 1.º CEB, nomeadamente: - “da relevância da introdução da aprendizagem da Língua Inglesa enquanto língua de comunicação internacional por excelência e instrumento das novas tecnologias da informação; - do seu carácter essencial para a construção de uma consciência plurilingue e pluricultural (...); - dos benefícios que o desenvolvimento precoce de uma competência comunicativa numa língua universal (...); - do seu contributo, tido por fundamental, para a construção da cidadania” (Bento *et al.*, 2005: 9).

No documento anteriormente referido são expostas as finalidades da “Língua Inglesa no 1.º Ciclo do Ensino Básico: - sensibilizar para a diversidade linguística e cultural; - promover o desenvolvimento da consciência da identidade linguística e cultural (...); - fomentar uma relação positiva com a aprendizagem da língua; - fazer apreciar a língua enquanto veículo de interpretação e comunicação do/com o mundo que nos rodeia; - promover a educação para a comunicação, motivando para [os] valores (...); - contribuir para o desenvolvimento equilibrado de capacidades cognitivas e sócio-afectivos, culturais e psico-motoras da criança; - proporcionar experiências de aprendizagem significativas, diversificadas, integradoras e socializadoras; - favorecer atitudes de auto-confiança e de empenhamento no saber-fazer; - estimular a capacidade de concentração e de memorização; - promover o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem; - fomentar outras aprendizagens” (Bento *et al.*, 2005: 11). Estes autores referem ainda que a grande finalidade da introdução precoce do ensino do inglês nos 1.º e 2.º anos do 1.º CEB é a educação para a comunicação.

♦ Actividade física e desportiva

Segundo Maria e Nunes (2006: 4), são finalidades da actividade física e desportiva para o 1.º CEB: - “desenvolver o nível funcional das capacidades motoras dos alunos; - melhorar a realização das habilidades motoras nos diferentes tipos de actividades (...); - promover o desenvolvimento integral do aluno (...); - fomentar a aquisição de hábitos e comportamentos de estilos de vida saudáveis que se mantenham na idade adulta (...); - fomentar o espírito desportivo e do fair-play, no respeito pelas regras das actividades e por todos os intervenientes; - estimular a tomada de consciência para a fruição da natureza numa perspectiva da sua preservação”.

A actividade física e desportiva é constituída por duas áreas de intervenção, as actividades físicas e as actividades desportivas. A primeira é “o conjunto de actividades muito diferenciadas e com níveis diferentes de execução, produzidas pela interligação da estrutura locomotora com a perceptivo-cinética, das quais resulta dispêndio suplementar de energia, e sistematizadas no sentido de ampliar as experiências e possibilidades de realização do aluno. (...) O seu ensino tem como objectivo a aquisição de hábitos saudáveis. (...) As actividades desportivas constituem-se como parte da actividade física e, para além da realização do exercício físico, decorrem em ambiente competitivo, regendo-se por normas e regras específicas e universais com um maior grau de exigência” (Maria e Nunes, 2006: 45).

♦ Ensino da música

O objectivo primordial do ensino da música no 1.º ciclo do ensino básico é “o desenvolvimento da literacia musical. A literacia musical além de significar uma compreensão musical determinada pelo conhecimento de música, sobre música e através da música, engloba também competências da leitura e escrita musicais e organiza-se e torno de um conjunto diversificado de dimensões assentes” (Vasconcelos, 2006: 5) num conjunto de pressupostos da aprendizagem musical. “O processo de ensino e aprendizagem da educação musical consiste na interacção de um conjunto de actividades relacionadas com a audição, interpretação e composição” (Vasconcelos, 2006: 5).

São finalidades do ensino da Música no 1.º ciclo do ensino básico: - desenvolver competências de discriminação auditiva (...); - desenvolver competências vocais e instrumentais diversificadas (...); - desenvolver competência criativas e de experimentação; - desenvolver competências transversais no âmbito da interligação da música com outras artes e áreas do saber; - desenvolver o pensamento musical” (Vasconcelos, 2006: 6).

♦ Outras expressões artísticas;

“A educação artística no ensino básico desenvolve-se, maioritariamente, através de quatro grandes áreas artísticas, presentes ao longo dos três ciclos: expressão plástica e educação visual; expressão e educação musical; expressão dramática/teatro; expressão físico-motora/dança. No 1.º ciclo as quatro áreas são trabalhadas, de forma integrada, pelo professor da classe, podendo este ser coadjuvado por professores especialistas” (Abrantes, 2001: 149). O que acontece actualmente, com a implementação das AECs nas escolas, é que algumas destas áreas são leccionadas por professores contratados para o efeito. “As competências artísticas contribuem para o desenvolvimento dos princípios e valores do currículo e das competências gerias, consideradas essenciais e estruturantes (...).

Ao longo da educação básica, o aluno deve ter oportunidades de vivenciar aprendizagens diversificadas conducentes ao desenvolvimento das competências artísticas e, simultaneamente, ao fortalecimento da sua identidade pessoal e social” (Abrantes, 2001: 150). Relativamente às competências artísticas que a crianças deve desenvolver ao longo do 1.º ciclo do ensino básico, e como é referido no currículo nacional do ensino básico, estas organizam-se em torno de quatro eixos estruturantes: a apropriação das linguagens elementares das artes; o desenvolvimento da capacidade de expressão e comunicação; o desenvolvimento da criatividade e a compreensão das artes no contexto (Abrantes, 2001: 153). Como já falamos de algumas destas expressões que fazem parte das AECs, só iremos referir as outras duas áreas artísticas referente no currículo nacional do ensino básico que não foram anteriormente referidas.

Educação Visual

“A abordagem às Artes Visuais faz-se através da Expressão Plástica, da Educação Visual e Tecnológica e da Educação Visual” (Abrantes, 2001: 155). A arte, segundo este mesmo documento “permite desenvolver o pensamento crítico e criativo e a sensibilidade, explorar e transmitir novos valores, entender as diferenças culturais e constituir-se como expressão de cada cultura. A relevância das Artes no sistema educativo centra-se no desenvolvimento de diversas dimensões do sujeito através da fruição-contemplação, produção-criação e reflexão-interpretação” (Abrantes, 2001: 155). Para operacionalizar e articular estes eixos existem dois domínios de competências específicas, o da comunicação visual e os elementos da forma.

Expressão Dramática/Teatro

“A actividade dramática fortemente globalizadora, contemplando as dimensões plástica, sonora, da palavra e do movimento em acção, torna-se uma área privilegiada na educação artística. A actividade dramática é uma prática de grupo que se desenvolve a partir dos conhecimentos, experiências e vivências individuais que os alunos detêm e que pode propiciar a aquisição e compreensão de novas aprendizagens através da exploração de conteúdos dramáticos” (Abrantes, 2001: 177). Durante as actividades dramáticas as crianças podem expandir diversas capacidades de todas as áreas, desenvolvendo a capacidade criativa e de improviso.

Escolas do 1.º CEB com actividades de enriquecimento curricular

Existem 5959 estabelecimentos de 1.º CEB em todo o Continente português e só cerca de 0,4% não oferece actividades de enriquecimento curricular (Portugal/ME/DGIDC/Comissão

de acompanhamento do programa, 2007: 15). Relativamente ao ensino do inglês do número total de estabelecimentos de ensino, apenas 2534 o proporcionam aos seus alunos do 1.º e 2.º ano, e 5859 o oferecem aos 3.º e 4.º anos de escolaridade, devendo registar que esta é uma actividade de oferta obrigatória para estes últimos anos. Quando nos referimos ao ensino da música, como não é uma actividade de oferta obrigatória apresenta uma taxa de cobertura muito inferior à do inglês (cf. Portugal/ME/DGIDC/Comissão de acompanhamento do programa, 2007: 17). A actividade física e desportiva apesar de também não ser de oferta obrigatória apresenta uma taxa mais elevada que a música. Outra actividade de oferta obrigatória é o apoio ao estudo que não apresenta uma taxa de cobertura total devido à ausência de instalações e/ou escolas isoladas.

Se a escola é um espaço aberto à mudança, as actividades extracurriculares podem ser um meio auxiliar para concretizar um ensino de qualidade, dado a “escola a tempo inteiro” do Continente funcionar de maneira muito diferente da que existe na Madeira. As actividades de enriquecimento curricular pretendem fornecer aos alunos conhecimentos que as disciplinas curriculares não lhes proporcionam e assegurar a interacção com o meio local. O termo extracurricular e de enriquecimento curricular prende-se com o facto destas actividades de complemento curricular variarem em função do nível de ensino pois, no 1.º CEB decorrem em horário curricular e são denominadas de actividades de enriquecimento curricular, mas no 2.º e 3.º CEB desenvolvem-se fora do horário curricular tomando o nome de actividades extracurriculares.

As actividades de animação e de apoio à família na EPP

Na consequência do n.º 1 do art. 12.º da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, o Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de Julho regulamenta que “os estabelecimentos de educação pré-escolar asseguram um horário flexível, segundo as necessidades da família... [que será fixado] antes do início das actividades de cada ano, sendo ouvidos, obrigatoriamente, para o efeito, os pais e encarregados de educação ou os seus representantes” (art. 9.º, n.º 1 - 2). E, nesta linha, são criadas as actividades de animação e de apoio à família na educação. Consequentemente, “a componente sócio-educativa, deve responder às necessidades das famílias garantindo a ocupação das crianças para além do tempo educativo” (Sindicato dos Professores da Região Centro, 2002). “A componente educativa da educação pré-escolar é gratuita” (art. 16.º, n.º 1) “as restantes componentes da educação pré-escolar são comparticipadas pelo Estado de acordo com as condições sócio-económicas das famílias...” (art. 16.º, n.º 2) (Lei n.º 5/97).

A componente sócio-educativa de apoio à família (CAF) engloba dois tipos de serviços distintos, o serviço de refeições e o de prolongamento de horário caracterizado por actividades de animação sócio-educativa. O tempo da refeição deve ser um tempo de autonomia, de prazer e de convívio, pelo que é importante que as crianças vão adquirindo a competência de saber comer sozinhas e de estar à mesa fazendo dessa actividade um momento privilegiado de construção da autonomia e aprendizagem da convivialidade. Faz parte do tempo da componente de apoio à família a refeição, que deve ser bem organizada e dinâmica. O tempo de almoço deve ser seguido de um tempo de brincadeira com os outros. A comparticipação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de educação pré-escolar está definida no Despacho Conjunto n.º 300/97 de 9 de Setembro. “Estas diferentes componentes têm, por isso, estatuto diferenciado quer em termos de contribuição financeira da família, quer em termos de horário, quer em termos do pessoal de atendimento” (João Formosinho *apud* Portugal/ME, 1997_a: 34). “Esta diferenciação é feita considerando a componente educativa como uma actividade lectiva e a componente social como uma actividade não lectiva de atendimento e animação” (Ferreira, 2005: 78).

“A implementação da componente de apoio à família é da responsabilidade das Câmaras Municipais” (Madail, 2007: 157), e para iniciar o serviço é essencial que “nos estabelecimentos de educação pré-escolar onde se verifique a necessidades de prolongamento de horário para além das 40 horas semanais... os respectivos directores pedagógicos requerem a autorização do prolongamento do horário aos serviços regionais competentes, tendo em conta as normas das instituições a que pertençam os estabelecimentos” (Portaria n.º 583/97, n.º 1). A necessidade da criação de prolongamento de horário pode ser justificada por: “a inadequação do horário de funcionamento da estabelecimento de educação pré-escolar às necessidades comprovadas dos horários profissionais dos pais ou encarregados de educação; a distância entre o local de trabalho dos pais ou EE e o estabelecimento de educação pré-escolar; a inexistência de alternativa, à qual a família possa recorrer, para ser assegurada a guarda da criança após o encerramento do estabelecimento de educação pré-escolar” (Portaria n.º 583/97, n.º 2).

Durante o prolongamento de horário realizam-se actividades de animação sócio-educativa. A animação sócio-educativa foi implementada como apoio social, mas não foi acompanhada de um esclarecimento acerca da definição do seu conceito, nem do perfil e competências profissionais que o animador que a está a desenvolver deve possuir (Portugal/ME, 2002). Apenas é referido que, “o prolongamento do horário de atendimento (tempo não lectivo) não tem de assumir a forma de intencionalidade pedagógica. Como

tal o perfil do pessoal de atendimento e animação é diferente do de educador de infância” (Portugal/ ME, 1997_a: 36). Na tentativa de uma explicação acerca do funcionamento da CAF, existe uma metáfora das camadas geológicas para o interpretar, cada camada sobrepõe outra camada, ou seja, “muda-se acrescentando mas sem integrar ou articular as diferentes camadas. Assim, os serviços de educação pré-primária compõem-se de camadas sobrepostas, com espírito e regras diferentes, que tornam difícil a sua gestão e os serviços prestados de qualidade muito variável e duvidosa” (Formosinho e Sarmento, 2000_a: 128). Se esta situação continuar ambígua e desarticulada é preocupante pois “a expansão de uma educação pré-escolar de qualidade representará de certo um grande progresso no sistema educativo português e um serviço inestimável às crianças portuguesas e às suas famílias” (Formosinho, 1996: 28) logo, o contrário, poderá trazer consequências nefastas ao desenvolvimento das crianças. Como é referido por Pereira (2004: 491), “a implementação da medida de apoio social à família se operacionalizou como uma medida essencialmente legislativa, não acompanhada por uma aferição conceptual de animação sócio-educativa e da definição do perfil de competências profissionais para o grupo de animadores” (cf: Pereira, 2004: 491).

O principal objectivo destas actividades é “o fruir por parte da criança, aliado à sua segurança e bem-estar, privilegiando a livre-escolha e a brincadeira espontânea (Portugal/ME, 2002: 6). Outro objectivo é a necessidade de quebra de rotina relativamente às actividades lectivas desenvolvidas no jardim-de-infância, modificando o ambiente e abrindo-se à comunidade. Consequentemente, o tempo de animação tem que ter preocupações educativas, sem ser uma repetição, ou prolongamento, do tempo curricular, e o espaço “sempre que possível diferente do espaço habitual da sala” sendo o “espaço exterior... privilegiado para estas actividades”, pois a “mudança de ambiente evita o cansaço e favorece a inovação” (Madail, 2007: 158-159). No Despacho Conjunto n.º 258/97 e no Despacho Conjunto n.º 268/97 é definido que todos os JI construídos de raiz deverão ter um local para o serviço de refeição e outro para a animação sócio-educativa, “também em relação aos jardins-de-infância construídos antes de 1997, estabelece que deverão ser adaptados com espaços novos, de forma a responder à concretização das duas componentes da educação pré-escolar, prevista na Lei-Quadro” (Madail, 2007: 161).

“O alargamento do horário em período não lectivo não assume a forma de intencionalidade pedagógica. A organização dos espaços e das actividades em prolongamento de horário deverá revestir-se essencialmente de uma componente lúdica, de tempo livre, informal” (Portugal/ME/DEB, 2001: 5). Como é referido no documento da componente de apoio à família é dever dos educadores explicar aos pais que as 25 horas curriculares

são suficientes para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças dos 3 aos 5 anos...mas, também é sua função “garantir a qualidade de todo o tempo que os pais precisarem efectivamente de as ter no estabelecimento” (Portugal/ME, 2002: 11). “Os educadores de infância têm um papel fundamental na animação sócio-educativa, devendo assegurar uma certa continuidade educativa entre os dois momentos e garantir, também, a sua permanência: mesmo quando a CAF estiver a cargo de outros serviços, os educadores de infância deverão assegurar formas de articulação e de coerência entre momentos e processos experienciados pelas mesmas crianças” (I. Silva, 2002 *apud* Madail, 2007: 132). Legalmente, no Despacho n.º 14 460/2008, n.º 31, são definidas as suas funções nesta componente: «assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar... tendo em vista garantir a qualidade das actividades, bem como a articulação com as actividades curriculares». Porque é uma resposta às necessidades dos pais, estes têm um papel muito importante na animação sócio-educativa desde as decisões tomadas até a organização e sua participação durante o tempo da mesma. “Na verdade só com o apoio dos pais e outros intervenientes da comunidade educativa se podem dinamizar e promover vazios fins de tarde. A troca de experiências, a reflexão e avaliação da CAF, permitirão um serviço de qualidade” (Madail, 2007: 161).

Para que este serviço não se torne somente um “tomar conta de crianças” é necessário uma permanência dos grandes objectivos e valores que o apoiam, dando-se a este tempo o nome de actividade de animação sócio-educativa (Portugal/ME, 2002: 13). É referido pelo ME que a componente lectiva de intencionalidade pedagógica é de 25 horas semanais e deve ser garantida pelos estabelecimentos assim como a qualidade educativa de todo o tempo de atendimento, estando englobado o tempo da componente de apoio à família, embora seja o Ministério da Educação e da Solidariedade Social o responsável por assegurar a “articulação institucional necessária à expansão e desenvolvimento da rede nacional de educação pré-escolar, de acordo com os objectivos enunciados na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, nomeadamente no que respeita: a) à educação da criança e à promoção da qualidade pedagógica dos serviços educativos a prestar; b) ao apoio às famílias, designadamente, no desenvolvimento de actividades de animação sócio-educativa, de acordo com as suas necessidades” (Decreto-Lei n.º 147/97, art. 5.º, n.º 1).

“O prolongamento de horário tem decorrido geralmente numa situação de debilidade organizacional dos jardins-de-infância públicos. (...) Esta debilidade organizacional decorre dos jardins-de-infância públicos estarem implementados como um arquipélago de

salas, pelo que não é difícil que cada um funcione como se fosse uma ilha, tornando-se auto-suficiente em termos curriculares e pedagógicos... o que facilita a fragmentação organizacional e a compartimentação institucional...” (Formosinho e Sarmento, 2000: 22).

“A componente de animação sócio-educativa distingue-se da componente curricular lectiva, como podemos verificar no quadro seguinte:

	Componente de Animação Sócio-educativa	Componente Curricular
Espaço e Materiais	<p>Espaço “aberto ou distribuído por ateliers de livre escolha.</p> <p>Utilização de espaços alternativos (ludotecas, associações, etc.).</p> <p>Materiais versáteis “diferentes” da sala de Jardim-de-infância.</p>	<p>Espaços organizados por áreas com estrutura definida.</p> <p>Materiais diversificados que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.</p>
Grupo	<p>Grupo diferente – pode reagrupar crianças de diferentes grupos.</p> <p>A cargo de um ou mais adultos com funções de animador.</p>	<p>Grupo da sala, a cargo de um educador, com a colaboração de auxiliar(es).</p>
Tempo e Actividades	<p>Variável, muito flexível.</p> <p>Ofertas diversificadas, no interior ou no exterior, que a crianças escolhe livremente ou ateliers alternativos de escolha da crianças.</p> <p>Actividades planeadas e avaliadas em função do bem-estar, do prazer das crianças e também em resposta às necessidades dos pais.</p>	<p>Cinco horas com uma sucessão relativamente bem estabelecida.</p> <p>As actividades da iniciativa do educador e das crianças.</p> <p>Actividades planeadas no sentido de promover a progresso de cada criança.</p>

Quadro 18 – Algumas características do ambiente educativo na componente sócio-educativa e na componente curricular/lectiva” (I. Silva, 2002 *apud* Madail, 2007: 160).

♦ A animação sócio-educativa

O termo *animação* deriva do latim e tem na sua raiz *alma*, animar é dar alma, é dar vida. Esta palavra como conceito de intervenção social surge nos anos 60/70 e tem como objectivo tornar a cultura viva em constante relação com tudo o que está à sua volta. Animação pode ser visto como um “fenómeno societal” (Pereira, 2004: 486) que se encontra relacionado com um determinado espaço onde será aplicada.

A UNESCO define animação sócio-cultural “como o conjunto de práticas sociais que visam estimular a iniciativa e a participação das populações no seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sócio-política em que estão integradas” (Portugal/ME, 2002: 15). Esta visa a consciencialização participante e criadora por parte das populações para que deixem de ser meros espectadores passivos passando a agentes de mudança e inovação na sua comunidade. Este termo vai sofrendo evolução e a partir da sua abrangência vão surgir outras modalidades mais específicas de animação, tais como, animação de rua, animação pedagógica, etc.

A animação sócio-educativa também é uma modalidade do termo sócio-cultural e surge “como estratégia complementar do sistema educativo e da acção pedagógica e procura reforçar o processo de socialização infantil e juvenil” (Portugal/ME, 2002), sendo marcada por um processo educativo informal. Ela surge associada à educação pré-primária por uma questão social porque como refere Correia (*apud* Pereira, 2004: 487) “educação e animação sócio-educativa são equivalentes, na medida em que ambos permitem aos sujeitos serem agentes activos da sua educação/formação”. Este tipo de animação é apropriado e inovador na tentativa de resolução de problemas sociais, é uma prática menos rígida mas com o mesmo destinatário, a escola. Estas actividades têm como objectivo o desfrutar, pelo que nestas actividades interessa o grau de envolvimento e a satisfação das crianças ao realizá-la, sendo importante “o prazer de estar e conviver” (cf: Portugal/ME, 2002: 16). Este tempo é mais liberto, íntimo e próximo de cada um, normalmente caracterizado por uma certa informalidade e ausência de rotinas. É o tempo em que não se parte do professor nem do programa nem da escola, mas de cada criança. Estas actividades são também de cariz social e devem permitir trocas entre grupos diferentes, e incentivar a vinda de pessoas de família e da comunidade que queiram vir partilhar este tempo de convívio com as crianças. Como a animação sócio-educativa é mais flexível e menos estruturada do que o currículo obrigatório («nacional»), podem desenvolver-se experiências muito estimulantes para permitir às crianças se envolverem nas actividades que lhe dão mais satisfação e que elas livremente seleccionam. É muito importante que durante o tempo de animação sócio-educativa exista mudança de espaço físico, materiais e pessoas de forma a criar uma dinâmica diferente e a não cansar sempre com o mesmo.

As actividades de animação sócio-educativa “têm como grande objectivo o apoio às famílias, organizando-se de modo a que o fruir ligado ao prazer e ao bem-estar das crianças seja o sentido da intervenção do animador” (Portugal/ME/DEB, 2001: 7). “Assim, os espaços de animação sócio-educativa para as crianças que precisam de permanecer na

instituição depois do tempo das 25 horas curriculares caracterizam-se por: - serem animados/desenvolvidos em actividades directa por um animador preparado para o efeito; - requererem uma preparação/planificação do espaço, tempo, matérias e actividades, cuidada e avaliada sob a responsabilidade do director do estabelecimento; - terem um carácter informal exigindo menos estruturação em relação ao jardim-de-infância, havendo a preocupação de articular com o educador, de forma a não repetir actividades que são desenvolvidas em tempo curricular. Em termos de relação e animação educativa, caracterizam-se sobretudo pelo desafio/exigência ao animador no sentido de desenvolver/construir uma forma de relação positiva, empenhada, balizada pelo bom senso e pelo sentido de responsabilidade, pela educação da sua sensibilidade e pelo reforço da sua auto-estima” (Portugal/ME/DEB, 2001: 7). “A animação de tempos livres deve procurar recuperar o verdadeiro sentido do jogo e do brincar, nesta sua dimensão humana global. Deve procurar colmatar a indisponibilidade da Família, da Escola e do Meio para proporcionar momentos de lazer (direito a “estar só a estar...”) e momentos lúdicos vividos de forma natural, ritual e feliz, recuperando laços com a natureza e a comunidades, numa tentativa consciente de recuperar valores e de contrariar as tendências que a sociedade de consumo instalou, pervertendo a concepção do jogo” (Portugal/ME/DEB, 2001: 98). Por todas estas razões “a animação sócio-educativa não deve ser considerada uma tarefa não qualificada” (Formosinho, 1996: 28).

Estudo sobre a animação sócio-educativa na Região Centro

Um estudo de Teresa Malfada Pereira tinha como objectivos gerais “caracterizar a animação sócio-educativa ao nível: dos recursos humanos; dos recursos físicos; da dimensão social; da dimensão organizacional; da dimensão educativa; analisar como é que a animação sócio-educativa se perspectiva relativamente à componente pedagógica: um serviço integrado ou dicotómico” (Pereira, 2004: 487).

A autora elaborou dois questionários, um na versão educadora de infância e outro para animadores. Dos 131 questionários entregues a educadores de infância responderam 68, cerca de 55%. Dos 131 questionários distribuídos a animadoras apenas responderam 47 cerca de 37%. Os resultados obtidos demonstram que tanto os educadores como os animadores concordam que os animadores deviam possuir formação específica para desenvolver as actividades animação sócio-educativa. No entanto, todos os animadores que responderam ao questionário não tinham formação específica nem adquiriram nenhuma após a sua contratação como animador. No entanto, referem que se sentem preparados e não necessitam de qualquer apoio além do que já dispõem, apesar de

terem respondido que acham necessário existir formação específica para os animadores. Este facto pode estar a pôr em causa o bem-estar das crianças. Se este tempo de prolongamento é orientado por pessoal sem formação que desempenha funções de animação, quando existem as interrupções lectivas as crianças ficam afastadas do seu contexto familiar entre 9 a 10 horas que passam na componente de apoio à família sob orientação destes “animadores”. A contradição entre sentirem necessidade de formação para o exercício da tarefa e o não a terem procurado eles próprios pode dever-se à instabilidade da contratação para a tarefa.

Relativamente aos recursos físicos, foi de comum acordo nos dois tipos de inquéritos que as instalações e aos materiais eram adequados, salvo pequenas excepções. No que diz respeito às actividades realizadas, estas são tipificadas e praticadas frequentemente nos jardins-de-infância e como sabemos, estas deviam ser diferentes, menos formais e com especial focagem no processo de socialização das crianças. Após as cinco horas lectivas deve ser proporcionado outro tipo de oportunidades às crianças e segundo a autora do estudo “não identificámos uma forma inovadora de proporcionar um tempo diferente na animação sócio-educativa” (Pereira, 2004: 490).

No aspecto organizacional os animadores referem que os educadores fazem uma coordenação pedagógica informal e pouco sistemática. Segundo Teresa Pereira (2004: 490) os resultados deste estudo demonstram que a qualidade deste serviço pode estar afectada pela legislação e pela ambiguidade de competências. No que diz respeito à legislação o educador é condicionado na sua resposta enquanto coordenador do jardim-de-infância e da componente de apoio à família, a ambiguidade de competências dá-se entre as câmaras municipais e o educador/director pedagógico. Os educadores lamentam a falta de orientações claras para desempenhar o papel de coordenador do serviço. A formação contínua de educadores e animadores é uma forma de intervenção enumerada pela autora do estudo como forma de garantir a qualidade deste serviço. Outras propostas são apresentadas no estudo, nomeadamente proceder ao debate do que deve ser o tempo de animação sócio-educativa (com técnicos da educação, da animação sócio-educativa, das autarquias, encarregados de educação) e como consequência deste debate realizar-se-ia o perfil profissional dos animadores e correspondente formação. Naturalmente, através da análise deste estudo percebemos que a componente de apoio à família poderá estar a funcionar mais como um serviço dicotómico do que integrado relativamente à componente pedagógica.

Responsabilidade dos municípios

Os municípios foram adquirindo ao longo do tempo diversas competências educativas, a pretexto de descentralização administrativa. Com o Decreto-Lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro são estabelecidas “as normas relativas à transferência para os municípios das novas competências em matéria de acção social escolar em diversos domínios” e no artigo 5.º referem-se quais as competências do Ministério da Educação, “através do Instituto de Acção Social Escolar: a) transmitir, através dos directores escolares, as orientações que constituem, o quadro de referência para a actuação dos delegados escolares no CCASE; b) recolher periodicamente, através das direcções escolares e delegações escolares, os elementos relativos à execução material e financeira das acções desenvolvidas pelas câmaras municipais...; c) realizar contactos regulares com as estruturas regionais, direcções escolares e delegações escolares, de modo a assegurar uma perfeita sintonia de actuação e informação”. Após esta publicação várias alterações foram realizadas e vários decretos revogados. O Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundários, bem como dos respectivos agrupamentos, e refere que as “escolas do 1.º ciclo do ensino básico e aos jardins-de-infância, [são integrados], de pleno direito, numa organização coerente de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação, o que até agora não tem acontecido”.

A Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, que “estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local” (art. 1.º), indica que: 1 - “É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos nos seguintes domínios: a) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar; b) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico. 2 - É igualmente da competência dos órgãos municipais: a) Elaborar a carta escolar a integrar nos planos directores municipais; b) Criar os conselhos locais de educação. 3 - Compete ainda aos órgãos municipais no que se refere à rede pública: a) Assegurar os transportes escolares; b) Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico; c) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente em residências, centros de alojamento e colocação familiar; d) Comparticipar no apoio às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da acção

social escolar; e) Apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico; f) Participar no apoio à educação extra-escolar; g) Gerir o pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico” (art. 19.º, n.º 1, n.º 2 e n.º 3). Os conselhos locais de educação previstos na Lei referida funcionavam como “uma estrutura intermédia de administração educativa entre o poder central e as escolas” (Madail, 2007: 138). Mais tarde estes passam a ser intitulados de Conselho Municipal de Educação, “enquanto órgão de coordenação e de consulta, o objectivo [deste] é o de promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção dos agentes educativos e dos parceiros sociais, permitindo a transferência de competências na área da educação, da administração central para as autarquias” (Madail, 2007: 139).

A autarquia passa a assumir um papel fundamental na promoção e organização de AECs permitindo a várias escolas oferecê-las aos seus alunos. No ponto nono do Despacho n.º 16 795/2005 é referido que as actividades de animação e de apoio às famílias (CAF) e as de enriquecimento curricular (AECs) “devem ser organizadas pelo agrupamento a que pertence o estabelecimento de educação ou de ensino, podendo também fazê-lo as autarquias e as associações de pais em, parceria e articulação com o agrupamento ou de forma autónoma, quando a parceria não for possível”, em caso de parceria “os recursos humanos necessários ao funcionamento das actividades referidas podem ser disponibilizados por qualquer dos parceiros” (art. 10.º).

Já no Despacho n.º 12 591/2006 é mencionado que estas actividades devem ser planificadas “pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas... articulando com os municípios da respectiva área a sua realização.... (n.º 7). No ponto n.º 14 do mesmo Despacho é indicado que as AECs podem ser promovidas por: a) autarquias locais; b) associações de pais e de encarregados de educação; c) instituições particulares de solidariedade social (IPSS); d) agrupamentos de escolas”. Preferencialmente a planificação das AECs deve ser feita entre os agrupamentos de escolas e as autarquias locais, “que se constituem como entidades promotoras” (n.º 15). Mas essa parceria pode ser realizada com as outras entidades indicadas no número catorze e no que se refere aos “recursos humanos necessários ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular [estes] podem ser disponibilizados por qualquer dos parceiros” (n.º 29).

“Sabendo-se que o Ministério da Educação partilha com as autarquias locais a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico e a necessidade de consolidar e reforçar as atribuições e competências das autarquias ao nível destes

níveis de ensino; considerando... a urgência de adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias e a necessidade de garantir que esses tempos são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas”, a 14 de Setembro de 2006 em Rio Maior, no «acordo relativo a actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico», o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses acordam o seguinte: “1 – O Ministério da Educação, através das direcções regionais de educação, compromete-se a: participar financeiramente as actividades de enriquecimento curricular desenvolvidas pelos Municípios Portugueses, no âmbito do programa de generalização do ensino do inglês e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, adiante designado Programa; viabilizar a adopção por parte dos Municípios de soluções de implementação das actividades adaptáveis às realidades locais, tendo em conta, designadamente os apoios financeiros comprovadamente necessários, e previamente acordados com o Ministério da Educação. 2 – O Ministério da Educação compromete-se ainda, através da Comissão de Acompanhamento do Programa, a avaliar e a acompanhar a execução do Programa tendo em vista a melhoria progressiva das oportunidades de desenvolvimento e enriquecimento das aprendizagens dos alunos e dos referenciais técnico-pedagógicos por si definidos. 3 – Os Municípios comprometem-se a colaborar com o Ministério da Educação no sentido de assegurar as melhores condições possíveis para a frequência por parte dos alunos das actividades de enriquecimento curricular propostas. 4 – Os Municípios comprometem-se a comunicar às direcções regionais de educação qualquer alteração relativa ao desenvolvimento das actividades, nomeadamente quanto ao número de alunos abrangidos” (Portugal/ME/Associação Nacional de Municípios Portugueses, 2006).

De acordo com a Lei n.º 67-A de 2007, "durante o ano de 2008, fica o Governo autorizado a transferir para os municípios as dotações inscritas no orçamento dos ministérios relativas a competências a descentralizar nos domínios da educação, acção social e saúde, designadamente as relativas a: a) Pessoal não docente do ensino básico; b) Fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar; c) Actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico; (...) h) Componentes de apoio à família no ensino pré-escolar na rede pública dos estabelecimentos de ensino pré-escolar; i) Actividades de animação sócio-educativa na rede pública dos estabelecimentos de ensino pré-escolar..." (art. 22.º, n.º 1).

Consequentemente surge o Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de Julho, que “desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação,

de acordo com o regime previsto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, dando execução à autorização legislativa constante das alíneas a) a e) e h) do n.º 1 do artigo 22.º do Orçamento do Estado para 2008, aprovado pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro” (art. 1.º). “São transferidas para os municípios as atribuições e competências em matéria de educação nas seguintes áreas: a) Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar; b) Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar; c) Actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico...” (Decreto-Lei n.º 144/2008, art. 2.º). Relativamente à EPP da rede pública, “são transferidas para os municípios as seguintes atribuições...: a) gestão de pessoal não docente, nas condições previstas no artigo 4.º; b) componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário; c) aquisição de material didáctico e pedagógico” (art. 10.º, n.º 1). No que diz respeito às AECs no 1.º CEB, são transferidas as atribuições “sem prejuízo das competências do Ministério da Educação relativamente à tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitações dos professores” (art. 11.º, n.º 1).

A 3 de Setembro de 2009, no Decreto-Lei n.º 212 é estabelecido “que os municípios podem, na sequência de um processo de selecção, celebrar contratos de trabalho a termo resolutivo, a tempo integral ou parcial, com profissionais especialmente habilitados para o efeito, tendo em vista assegurar necessidades temporárias de serviço no âmbito das actividades de enriquecimento curricular”, mas no artigo 4.º, n.º 1 é ainda acrescentado que “o contrato de trabalho celebrado no âmbito no presente decreto-lei tem por objectivo a realização de AEC, com observância do disposto no artigo seguinte⁶, podendo as mesmas incluir ainda, para efeitos do presente decreto-lei, actividades de apoio educativo, de apoio à família e actividades técnicas especializadas em áreas que se inserem na formação académica ou profissional do técnico a contratar”.

*

Há várias décadas na Europa que a escola básica dos 3-4 aos 11-12 anos, da tutela única do Ministério da Educação integrando a função educativa e social, é o modelo educativo de que os diferentes sistemas se vão aproximando.

⁶ “Os conteúdos, a natureza, as regras de funcionamento e a duração das actividades prevista no n.º 1 do artigo anterior, e os requisitos que devem reunir os técnicos a contratar ao abrigo do presente decreto-lei, são definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação” (Decreto-Lei n.º 212/2009, art. 5.º).

Em Portugal, apenas nos anos 60 é que há necessidade de «tomar conta» de crianças, surgindo assim uma rede de resposta social de responsabilidade do Ministério encarregado do trabalho e segurança social. O Ministério da Educação é pressionado a assegurar a função educativa, mas não integra a função social na «educação pré-escolar» e procura passar a responsabilidade para as autarquias, desestabilizando a rede alternativa que entretanto de implantou no terreno das IPSS. A evolução da situação em relação à integração da EPP na educação básica tem sido lenta e ambígua. Mais uma vez o Estado, pelo Ministério da Educação, quer controlar e determinar tudo, procurando pagar o menos possível. Com a LBSE a educação pré-escolar passa a fazer parte do sistema educativo (art. 4.º, n.º 1), mas continua a ser de frequência facultativa e separada do ensino básico. A Lei 5/97 ao definir a educação pré-escolar como primeira etapa da educação básica impulsionou à continuidade educativa. Os docentes podem mesmo passar a ser educadores-professores na «Educação pré-escolar e Ensino do 1.º ciclo do ensino básico» e no «Ensino do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico» (Decreto-Lei n.º 43/2007). Mas permite também a continuação de formação apenas em «Educação pré-escolar» ou «Ensino do 1.º ciclo do ensino básico» para poder ficar tudo como estava (Meireles-Coelho, Ferreira, L. Ferreira, 2009). “A diferenciação na formação dos educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico acentua a ruptura entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico levando a que se justifique que existam instituições diferentes, isto é, por um lado, os jardins-de-infância e, por outro, as escolas do 1.º ciclo, com inevitáveis rupturas entre uns e outras” (Neves, 1999: 331). A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei 5/97) estabelece ainda a tutela pedagógica e técnica por parte do Ministério da Educação. Mas, a ministra Lurdes Rodrigues não assumiu a responsabilidade pela função social integrada na educação, passando algum dinheiro para as autarquias distribuírem, a pretexto de descentralização. Os municípios organizam as AECs e a CAF de forma autónoma sem dialogar com os pais acerca das actividades que pretendem nestes apoios. As AECs variam pouco de escola para escola demonstrando a pouca importância e preocupação com as realidades locais, necessidades e interesses de cada criança. Nos países com tradição democrática descentralizada há, a par do currículo nacional, um currículo local que vem responder às necessidades reais e interesses que cada criança tem na comunidade em que está inserida. A articulação entre esses currículos é a questão fundamental da escola com autonomia participada.

3. Das práticas à procura do modelo?

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro, refere que, tanto na Madeira como no Continente, “a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família...” (art. 2.º). “A história da educação de infância em Portugal (...) evoluiu em sintonia com a história da mulher, da família e do trabalho” (Ferreira, 2005: 74). Até há alguns anos atrás, o privado continuava mais associado à função de guarda e o público à função educacional. “A componente social surge para responder aos interesses das famílias, que, para poderem trabalhar, não podem optar por aquela instituição que desejam para o seu filho, mas optam por aquela que mais tempo lhes permite colocar o seu filho, correspondendo ao seu período de trabalho e de deslocação” (Sousa, 2005: 35). João Formosinho (*apud* Portugal/ME, 1997_a: 33) no comentário que realizou à Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar chama a atenção para este facto, que “a par de um serviço educativo público, a educação pré-escolar tem sido também considerada um serviço social básico”, que surge da necessidade que ambos os pais têm de trabalhar por vezes longe do local onde os seus filhos frequentam os estabelecimentos de ensino e maioritariamente, mais horas diárias que aquelas que as crianças podem estar nesse mesmo estabelecimento. Portanto, com vista ainda à resolução dos problemas que as famílias atravessam, a Lei n.º 5/97 refere que “os estabelecimentos de educação pré-escolar devem adoptar um horário adequado para o desenvolvimento das actividades pedagógicas, no qual se prevejam períodos específicos para actividades educativas, de animação e de apoio às famílias, tendo em conta as necessidades destas” (art. 12.º, n.º 1).

A chamada «Escola a Tempo Inteiro» na Madeira e no Continente, apesar das práticas diferentes pertencem ao mesmo tipo de escola ou têm modelos de referência diferentes?

1. Regime de desdobramento, regime normal ou subsidiariedade?
2. Que articulação (ou falta dela) entre actividades curriculares e não curriculares?
3. De quem é a responsabilidade pela organização das actividades e pela afectação dos docentes?

A partir das práticas implementadas na Madeira e no Continente, procura-se analisar e discutir o modelo pedagógico subjacente, utilizando o método comparativo, o estudo de caso e ainda os dados recolhidos através dos questionários.

3.1. Regime de desdobramento, regime normal ou subsidiariedade?

A Escola a Tempo Inteiro (ETI) partiu de dois regimes diferentes: o de desdobramento na Madeira e normal no Continente. E cada um fundamenta a sua ETI nesses regimes.

Na Madeira

A escola a tempo inteiro (ETI) foi implementada na R. A. da Madeira (RAM) a partir de 1995, sendo Regime de Criação de Funcionamento da Escolas a Tempo Inteiro definido pela Portaria n.º 133/98 de 14 de Agosto (cf. RAM/DRPRE, 2005), e em 2002 é publicada uma reformulação (Portaria n.º 110/2002) desse mesmo regime, face às mudanças sociais que entretanto despontaram. Segundo a DRPRE, desde a década de 60 na Madeira, já algumas escolas ofereciam o modelo da ETI, sendo a única diferença do actual que era pago. Assim, o modelo de ETI da RAM vem-se desenvolvendo há cerca de 15 anos. “Na Madeira inovou-se através da ambição de criar um modelo **exequível**, suportado por recursos **disponíveis** (e não por quaisquer outros) e destinado a **todos**, em **tempo útil**” (RAM/DRPRE, 2005).

Na região Autónoma da Madeira as escolas do 1.º ciclo do ensino básico com salas de educação pré-escolar integradas funcionam a «tempo inteiro» das 8h15m às 18h15m. “No pré-escolar cada turma é acompanhada por dois educadores, um de manhã e outro de tarde, e no 1.º ciclo do ensino básico o professor curricular” (Meireles-Coelho, Ferreira, Neves, 2007: 120) tanto dá aulas de manhã como de tarde sendo “colocados docentes para assegurar as actividades... de enriquecimento e as de ocupação de tempos livres” (Portaria n.º 110/2002, art. 9.º, n.º 1). “As crianças da educação pré-primária e do 1.º ciclo do ensino básico destas escolas, além de poderem frequentar a escola 10 horas por dia, usufruem de um almoço e dois lanches gratuitos por dia” (Meireles-Coelho, Ferreira, Neves, 2007: 120).

“O quadro que se segue, permite observar as diferenças existentes entre o Regime de Funcionamento Cruzado e não Cruzado, e compreender o que levou à decisão e necessária obrigatoriedade de um Regime de Funcionamento Cruzado” (Guincho, 2008: 54).

Diferenças entre Regime de Funcionamento Cruzado e não Cruzado (Guincho, 2008: 54 e 55)

	Regime de Funcionamento Cruzado	Regime de Funcionamento não Cruzado
Espaços	“O número de espaços necessários para o funcionamento cruzado é, exactamente o número de turmas da escola. Assim, metade das salas pode ser destinadas a actividades lectivas e a outra metade para as restantes actividades. Desta forma, estes últimos espaços podem ser equipados e organizados especificamente para as actividades de enriquecimento e OTL's que ali vão decorrer. (...)”	“ (...) , o funcionamento em turno único obrigaria à existência de tantas salas de actividades lectivas quantas as turmas existentes, acrescidas dos espaços necessários para as restantes actividades a ocorrer à tarde (pois seria contraditório aceitar que as crianças poderiam ficar ainda mais tempo, para além do período curricular, nas mesmas salas de aula do tipo quadro-secretária-mesas-cadeiras). (...)”
Faltas de docentes	“No funcionamento cruzado, quando falta um docente das actividades curriculares, por qualquer motivo, facilmente se encontram alternativas para o reenquadramento dos alunos da sua turma, nos grupos em actividades de enriquecimento do currículo ou ATL que estão a decorrer simultaneamente. (...)”	“Em caso de funcionamento não cruzado, o problema é real: as crianças ou vão para casa (quase nunca é opção aceitável para as suas famílias), ou se integram em outras turmas (que também se encontram em actividades curriculares, com evidentes prejuízos funcionais para todos), ou ainda, são enquadradas pelo Director da Escola que, embora estando isento de actividades curriculares, teria sempre de passar a estar disponível para ocorrer a estes casos. É necessário não esquecer que só os docentes das actividades não curriculares apenas estariam, à tarde, na Escola (segundo o actual procedimento de os docentes responsáveis pelas actividades curriculares se limitarem a estarem na Escola durante um período - 5 horas).”
Transportes escolares	“ (...) O funcionamento cruzado permite “dividir” os alunos e crianças transportadas em dois grupos: os que têm actividades curriculares logo cedo (os primeiros a serem transportados) e os restantes que podem chegar mais tarde à escola para as actividades de enriquecimento (mesmo que prescindindo de algum tempo de OTL). O inverso sucede na saída. (...)”	“ (...) O regime não cruzado obrigaria a que, sendo necessário que o mesmo veículo efectue várias viagens, um ou mais grupos de alunos tivesse que ser transportado muito cedo, constituindo um esforço suplementar para essas crianças, com repercussões ao nível do seu rendimento, pois todos teriam o início das actividades curriculares à mesma hora.”
Entrada e saída de alunos	“ (...) A vigilância é fundamental, pois são algumas centenas de crianças juntas, muitas vezes na transição da estrada escola e vice-versa, exigindo grandes recursos humanos para o seu controlo e protecção. O regime cruzado, destacando, nas horas de entrada e saída, dois grupos de crianças, divide esse problema (e o número de crianças a vigiar simultaneamente) em dois. (...)”	No regime não cruzado, “ (...) a entrada e saída ocorreria à mesma hora para todos os alunos da escola. Por outro lado, de manhã, os pais dos alunos que tivessem as actividades curriculares à tarde, poderiam colocar as crianças na Escola de uma forma mais flexível (mais tarde), pois o dia inicia-se com o OTL (e, porque não, com a realização dos trabalhos destinados pelo professor das actividades curriculares).”

Refeição	“ (...) A criação de dois turnos é importante e fácil no sistema cruzado, reduzindo e maximizando espaços, equipamentos e recursos humanos na vigilância e apoio. (...)”	No regime não cruzado, “(...) todos os alunos têm os mesmos horários criando problemas no momento da refeição (maiores refeitórios, mais equipamentos, mais pessoal de apoio, maior confusão, etc.)”
-----------------	--	--

No entanto, o ensino na Madeira e o funcionamento das ETIs são alvo de algumas apreciações menos positivas. No debate nacional sobre educação no Porto foram apontados alguns “problemas e dificuldades” na Madeira, nomeadamente a “confusão entre o que são actividades curriculares, de enriquecimento curricular e de ocupação de tempos livres, a longa permanência das crianças no espaço escolar (10 horas diárias), afastadas de casa e do convívio com os familiares (afirmando mais de metade das crianças que gostariam de chegar a casa mais cedo e que se sentem cansadas)” (FENPROF, 2006). Os elevados custos das ETI, como foi referido no debate “são ainda insuficientes para assegurar as necessidades do projecto; há muitos problemas com o transporte das crianças, prolongando a sua permanência longe dos familiares e agravando o seu cansaço” (FENPROF, 2006).

Não colocando de parte a importância do tempo que as crianças devem passar com a família, a carência deste não é resultado directo da ETI que funciona em «turno duplo» pois como nos apercebemos, no Continente e ao nível da pré-primária este problema é também uma realidade e esta ETI funciona em «regime normal». Se as famílias não tivessem de trabalhar tantas horas com certeza as crianças não necessitavam de passar tanto tempo longe dos seus familiares.

Na Madeira, na Ribeira Brava, quer os educadores de infância quer os pais das crianças inquiridos são maioritariamente de opinião que uma escola de turno duplo é a mais vantajosa tanto para as crianças como para as suas famílias.

No Continente

No Continente são “obrigatoriamente organizadas em regime normal as actividades educativas na educação pré-escolar e as actividades curriculares no 1.º ciclo do ensino básico”, ou seja a actividade educativa na EPP e a curricular no 1.º CEB são distribuídas “pelo período da manhã e da tarde, interrompida para almoço” (Despacho n.º 16 795/2005 e Despacho 14 660/2008, n.º 2 - 3). Se é referido no número cinco dos mesmos despachos que os estabelecimentos têm de manter obrigatoriamente abertos até às 17h30m e sabendo que o tempo lectivo termina às 15h30m, houve necessidade de acrescentar actividades de forma a ocupar as crianças todo o tempo que estão no esta-

belecimento até essa hora. No 1.º CEB surgem as actividades de enriquecimento curricular e no pré-escolar, devido à urgência por parte dos pais das crianças permanecerem para além das 17h30m no estabelecimento, foram criadas as actividades de animação e de apoio à família. Através destas características deduzimos que estamos perante uma escola em tempo abreviado, baseada nos horários dos professores, em que o prolongamento de horário é feito (quando é) na escola mas não pertence à escola, nem com a pedagogia da escola nem com os professores da escola. Portanto, “o que se propõe, hoje, no projecto da «Escola a Tempo Inteiro» é algo excessivamente circunscrito do ponto de vista da oferta educativa de actividades que se propõem. [Na opinião de Adriana Cosme e Rui Trindade] constitui mais um exemplo de um projecto demasiado escolarizado, em termos dos padrões de organização e da dinâmica educativa que sustenta o mesmo” (2007: 62).

No Continente os educadores de infância de Ovar inquiridos são todos de opinião que uma escola em regime normal é mais vantajosa para as crianças e a escola de turno duplo é mais vantajosa para as famílias. Os pais das crianças que frequentam a EPP neste concelho em jardins-de-infância que têm a CAF a funcionar concordam genericamente com os educadores. As tarefeiras entendem que uma escola de turno duplo é a mais vantajosa para as famílias e para as crianças, o que poderá ser resultado do seu descontentamento com a sua posição na modalidade de «escola em regime normal» do Continente.

*

Pertencendo a educação *pré-escolar*, *pré-primária* ou educação *de infância* à educação básica, a ETI deve ser considerada para toda a educação básica e não diferenciadamente, pelo que o problema é de toda a educação básica. O modelo de ETI deve ser o mesmo para toda a educação básica. O facto de nem toda a educação básica ainda ser considerada escolaridade obrigatória pode continuar a sustentar dificuldades que urge ultrapassar. A escolaridade obrigatória a partir dos 5 anos já foi aprovada em Portugal (2009), esperando-se que o venha a ser a partir dos 4 anos (ou menos). “...A obrigatoriedade da educação a partir dos 4-5 anos poderia contribuir para uma maior igualdade de oportunidades visto que, apesar das medidas ultimamente tomadas em Portugal sobre a educação pré-escolar, no sentido da sua generalização, ainda existe uma grande percentagem de crianças que, por razões de carácter social e económico, não têm acesso àquele tipo de educação, o que aumenta as desigualdades sociais” (Neves, 1999: 53). O conceito de escolaridade obrigatória, no entanto, está a ser substituído pelo de *educação para todos* e neste caso a «educação básica para todos» deve desempenhar não só a função edu-

cativa, mas também a função social a ela associada. Na educação básica para todos a função educativa deve assentar no contacto directo do educador-professor com os alunos durante nunca mais de 5 horas por dia e 25 horas por semana. Na obrigatoriedade da escolaridade nunca se deve ultrapassar estes limites na educação básica. A par desta escolaridade de nível nacional cada escola (“agrupamento”) deve oferecer, facultativa e optativamente, outras modalidades educativas à escolha dos pais, dos alunos e da comunidade educativa, proporcionar as refeições necessárias aos alunos e garantir condições para os alunos estudarem individualmente e em grupo, desempenhando assim a função social de apoio aos alunos e aos seus pais que não possam acolher os filhos em casa, sob sua supervisão, durante o tempo da escolaridade obrigatória.

3.2. Que articulação entre actividades curriculares e não curriculares?

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto), no art. 50.º, referente a «Desenvolvimento curricular», prescreve: «— 4. Os planos curriculares do ensino básico devem ser estabelecidos à escala nacional, sem prejuízo de existência de conteúdos flexíveis integrando componentes regionais.»; e no art. 51.º, referente a «Ocupação dos tempos livres e desporto escolar», prescreve: «— 1. As actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementadas por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres. — 2. Estas actividades de complemento curricular visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade. — 3. As actividades de complemento curricular podem ter âmbito nacional, regional ou local e, nos dois últimos casos, ser da iniciativa de cada escola ou grupo de escolas. — 4. As actividades de ocupação dos tempos livres devem valorizar a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação. — 5. O desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.»

A ETI cria finalmente condições para que possa haver em Portugal um currículo nacional e um currículo local «da iniciativa de cada escola ou grupo de escolas»

Relativamente à supervisão das AECs, na RAM não é tão necessária como no Continente à CAF na EPP e às AECs no 1.º CEB. No Continente devido à modalidade de ETI utili-

zada existe a necessidade de articular as actividades curriculares e não curriculares pois não existe integração das diferentes funções da educação o que consequentemente leva à necessidade de existir entidades e/ou responsáveis pela supervisão das actividades.

Na Madeira

Na RAM a escola organiza o seu funcionamento de forma a assegurar as actividades das crianças/alunos, em dois períodos diários, não sobrepostos, cada um com duração nunca inferior a 5 horas todos os dias. No regime de educação a tempo inteiro na RAM, as actividades curriculares e de enriquecimento realizam-se em dois períodos diários opostos, com metade do número de turmas da escola em actividades curriculares no turno da manhã e a outra metade em actividades de enriquecimento à tarde e vice-versa (Portaria n.º 133/98, art. 3.º, n.º 5). Inicialmente, como é referido no artigo 3.º, n.º 1 da Portaria n.º 133/98 de 14 de Agosto, o funcionamento das ETI incluía “actividades curriculares e actividades de complemento curricular/extracurriculares”, mas na reformulação deste, na Portaria n.º 110/2002 é referido que “inclui actividades curriculares, de enriquecimento e ocupação dos tempos livres” (art. 3.º, n.º 1). “As várias actividades não curriculares funcionam em paralelo com as actividades curriculares. Os espaços são maximizados, todos utilizados, não há desperdícios. Estão simultaneamente presentes na escola, os responsáveis (professores) dos dois tipos de actividades (curriculares e de enriquecimento do currículo), não criando horários separados e não intersectados, de professores (os tais de 1.ª e de 2.ª). Temos uma Escola com funcionamento equilibrado, espaços bem utilizados e equipamentos maximizados ao longo de todo o dia. Para além de uma muito maior capacidade de comunicação transversal entre os docentes (curriculares e outros) que se «esfuma» na mudança do «descruzamento»” (RAM/DRPRE, 2003). “A exigência legal de funcionamento cruzado nas ETI’s não é uma questão de capricho. É uma questão de necessidade do próprio sistema de funcionamento. O sistema não sobreviveria a outro tipo de organização das actividades” (RAM/DRPRE, 2003, n.º 11). Assim as salas são divididas naquelas onde se leccionam as actividades lectivas (sendo estas aproveitadas por duas turmas, uma de manhã e outra de tarde) e a outra metade é equipada para outras actividades. “São criados espaços para as TIC, Biblioteca (actividades), Videoteca, Estudo, Inglês, Música e Artes Plásticas, etc. Espaços totalmente dedicados a uma ou mais actividades, em função da dimensão de cada escola (...). Deste modo, na Região, para além do Inglês, são acrescentadas várias actividades, designadamente as Artes, Desporto, Tecnologias de Informação e Comunicação, Estudo Acompanhado e outras actividades de iniciativa local e escolar e OTL (ocupação de tempos livres). (...) À escola com-

pete oferecer alternativas às famílias que, por opção ou impossibilidade não possam estar mais tempo com as suas crianças. O Modelo apresenta baixos custos para as famílias” (Guincho, 2008: 53). Relativamente às actividades de Ocupação de Tempos Livres (OTL), são de carácter educativo/pedagógico, de frequência supletiva e de oferta obrigatória, e devem ser desenvolvidas nos intervalos de tempo que não estão ocupados pelas actividades curriculares, de enriquecimento e recreios (Portaria n.º 110/2002, art. 6.º).

A Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos (RAM/DRPRE, 2005) faz a seguinte proposta de horário para o funcionamento generalizado da ETI na Madeira:

ETIs HORÁRIO EXEMPLO		
ACM	ACT	
7.50 OTL	OTL	OTL as 7.50 para pais que entram às 8h. E até às 18.30. Resume-se a recepção e guarda dos alunos. Separação de grupos/turmas só se justificar.
8.15 AC	Act 1	ACM com início às 8.15, principalmente para não alongar (para além das 18.05) o ACT, período curricular que ocorre a tarde.
9.00 AC	Act 2	Intervalos de 20 minutos pela mesma razão.
9.45 AC	Int 20	
10.30 Int 20	Int 20	
10.50 AC	Act 3	Almoços em 3 fases: Pré, 1º Ciclo T, 1º Ciclo M
11.35 AC	Act 4	
12.20 AC	Almoço	Intervalos coincidentes para libertar o espaço desportivo para recreio. Ideal seria diferencia-los - ou no mínimo desfaza-los 5 minutos a fim de facilitar lanches em 2 “turnos”
13.05 Almoço		Almoço da Pré antecede os restantes (qb)
13.15 AC	AC	Os OTLs destinam-se às famílias que comprovem efectiva necessidade (motivos laborais), pois é desfavorável para as crianças estarem demasiado tempo longe da família
14.00 Act 1	AC	As Actividades 1 e 2 no ACM não devem incluir Educação Física por motivos de digestão da refeição.
14.45 Act 2	AC	As actividades curriculares com enquadramento duplo devem ocorrer no início ou no fim do período curricular (8.15-9.00 e 12.20-13.05 / 13.15-14.00 e 17.20-18.05)
15.30 Int 20	Int 20	Isto permite que os docentes das actividades de enriquecimento as ajustem aos respectivos horários e não “corta” a actividade planeada pelo professor da AC.
15.50 Act 3	AC	
16.35 Act 4	AC	Sem prejuízo dos horários da actividade curricular, são horas de saída livres (mas a definir previamente) os intervalos e os inícios de actividades e OTLs.
17.20 OTL	OTL	
18.05 OTL	OTL	Este horário assegura uma maximização de recursos (espaços e pessoal)
18.30 Fim	Fim	

ACM - Turmas com actividades curriculares de manhã - aconselhável 1º e 2º anos.
 ACT - Turmas com actividades curriculares de tarde - aconselhável 3º e 4º anos.

Localmente, numa das escolas do 1.º CEB com EPP integrada da Ribeira Brava as actividades extracurriculares ao nível da educação de infância são: inglês, música, educação física, informática e animação. As actividades são realizadas em salas específicas e a animação é sempre realizada na biblioteca da escola. A educadora de Infância acompanha as crianças durante as AECs, apesar de cada uma destas ser leccionada por professores especializados e durante a tarde quando o grupo não está em AECs, a educadora de infância realiza actividades “menos orientadas” com o grupo, pois na maior parte das vezes o trabalho de sala é essencialmente realizado da parte da manhã, pois as crianças estão mais activas e menos cansadas. De 15 em 15 dias as crianças têm na sua sala os responsáveis pelo programa de prevenção oral para as acompanhar. No exemplo deste jardim-de-infância integrado existem quatro educadoras (2 de cada sala), uma de manhã (8 30m - 13h30m) e outra de tarde (13h30m - 18h30m). O seu horário pode ser rotativo se estas o entenderem, ou seja, as duas educadoras podem revezar-se, por exemplo, uma semana trabalham só de manhã e na seguinte de tarde. Quanto às auxiliares da acção educativa existe, na maioria das instituições, uma por cada sala. O horário das auxiliares da acção educativa não foram colocados nestes quadros, pois seria complicado sabermos o horário de todas e também porque variam de escola para escola, dependendo das necessidades e número de alunos de cada uma.

Relativamente ao 1.º CEB, o número de professores por escola depende do número de crianças, existindo dois professores por turma e o seu funcionamento é semelhante em todas as escolas. De manhã, normalmente o 1.º e 2.º ano têm a componente curricular e o 3.º e o 4.º a componente extracurricular. À tarde o 1.º e 2.º ano têm as AECs acompanhadas por professores especializados na respectiva área e o 3.º e 4.º ano a componente curricular. Nos tempos não ocupados por estas actividades existem Ocupação de Tempos Livres (OTL) que variam conforme as necessidades das crianças nas escolas. As AECs para o 1.º CEB são as mesmas da pré-escola e ainda expressão plástica e estudo. Existe um professor substituto em cada sede de concelho.

Pré-escola									
	8h30h	10h30	12h	12h30	13h	13h30	14h	15h30	18h30
sala 1	Actividades curriculares			Almoço					
						Almoço	Actividades extracurriculares		
sala 2	Actividades extracurriculares			Almoço					
						Almoço	Actividades curriculares		
	E - Educadora de Infância 1				E - Educadora de Infância 2				
1.º CEB									
	8h30h	10h30	12h	12h30	13h	13h30	14h	15h30	18h30
1.º e 2.º ano	Actividades curriculares			Almoço					
						Almoço	Actividades extracurriculares		
3.º e 4.º ano	Actividades extracurriculares			Almoço					
						Almoço	Actividades curriculares		
	P - Prof. titular do 1.º CEB			P - Professores do 1.º CEB especializados na respectiva área da AEC que vão leccionar					
<u>Nota.:</u> relativamente aos horários no 1.º CEB, durante a hora de almoço não temos a certeza se os professores acompanham ou não o grupo durante esse tempo. Como a informação que nos foi dada foi muito geral, este horário poderá não ser uma realidade para todos os professores do 1.º CEB.									

Quadro 18 – exemplo de um horário de uma escola do 1.º CEB com salas de EPP integrada.

A DRE é dirigida por um director regional que “...tem como obrigações: m) supervisionar e orientar o trabalho desenvolvido na área da expressão físico-motora no 1.º ciclo do ensino básico e do desporto escolar; n) supervisionar e orientar o trabalho desenvolvido nas áreas das expressões artísticas; o) supervisionar e orientar o trabalho desenvolvido pelos técnicos superiores da área de animação sociocultural de bibliotecas escolares;” (Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2008/M, art. 3.º, n.º 1). A nível local e no caso específico de umas das escolas da Ribeira Brava foi-nos informado que existem gabinetes com coordenadores para supervisionar as actividades. Relativamente à supervisão questionamos os inquiridos se sabiam «quem é responsável por supervisionar as AECs na Ribeira Brava?». A maioria dos pais da Ribeira Brava não sabe quem realiza a super-

visão das AECs e os que disseram que sim, apontaram diferentes responsáveis. Também os educadores mostraram diversas e diferentes opiniões acerca de quem tem esta função, 6% responderam mesmo que não existia ninguém com essa responsabilidade.

Durante as interrupções lectivas está legislado que as escolas não fecham na Madeira: “o estabelecimento de educação não será encerrado durante as interrupções da actividade docente” (art. 16.º, n.º 2) ficando a cargo dos “educadores de infância... também coordenar e acompanhar as actividades de animação sócio-educativa da sala, devendo salvar a qualidade do atendimento prestado às crianças” (art. 18.º, n.º 4) (Decreto Legislativo Regional n.º 16/2006/M). Portanto, durante as interrupções lectivas as crianças ficam a cargo das auxiliares da acção educativa, no entanto “os estabelecimentos de educação devem comunicar um mês antes do início da interrupção da actividades docente à Direcção Regional de Educação a planificação das [actividades dirigidas às crianças]” (Decreto Legislativo Regional n.º 16/2006/M, art. 16.º, n.º 4). No entanto, alguns educadores de infância da Ribeira Brava responderam nos seus questionários que fechavam. Algumas educadoras referiram que planificam as actividades para as auxiliares da acção educativa realizarem nesta altura. É a educadora que as entrega na secretaria da escola para serem homologadas e só depois as passa às auxiliares, é claro que o tipo de actividade que as educadoras deixam planeadas é menos directivo do que as que realiza diariamente, deixando mais tempo livre à criança para desfrutar da brincadeira.

No Continente

Na ETI do Continente em regime normal, não existe articulação entre as actividades curriculares e não curriculares, que são asseguradas por pessoas com diferentes estatutos e com entidades responsáveis diferentes. “O estatuto do pessoal que trabalha nos prolongamentos de horário é ambíguo: se em termos contratuais são recrutadas como auxiliares da acção educativa, em termos de funções trabalham como animadoras educativas” (Formosinho e Sarmiento, 2000: 16-nota 10). Os docentes das actividades não curriculares não têm formação adequada para esta função de «complemento curricular» em contexto sócio-educativo, embora possam ser especializados nas áreas. “A falta de formação específica das auxiliares/animadores, a par da falta de reflexão das potencialidades sócio-educativas dos tempos de prolongamento, podem conduzir a que, em algumas situações, as crianças tenham um excesso de tempo pedagógico e uma falta de tempo lúdico” (Formosinho e Sarmiento, 2000: 20). E não se vislumbra, neste “modelo”, uma formação adequada para esta função porque o estatuto é precário, sem qualquer segurança e garantia de futuro.

Quando foi elaborado o regime de funcionamento dos estabelecimentos de EPP e do 1.º CEB (Despacho n.º 16 795/2005 de 3 de Agosto) não foi realizada qualquer referência à supervisão das actividades de animação e de apoio à família nem às de enriquecimento curricular. Ao implementar estas actividades foi urgente tomar algumas medidas para efectivar a concretização dos objectivos propostos. A necessidade de existir alguém (pessoa ou entidade), encarregado por supervisionar estas actividades e as pessoas responsáveis por estas (exteriores à escola) poderá ter sido sinónimo de insuficiência na articulação entre as actividades curriculares e não curriculares. No Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de Junho, é referido que “zelar pela supervisão pedagógica e acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família e das AECs é da competência dos educadores titulares de grupo e dos professores titulares de turma (n.º 31). “Por actividade de supervisão pedagógica deve entender-se a que é realizada no âmbito da componente não lectiva de estabelecimento do docente para o desenvolvimento dos seguintes aspectos: a) programação das actividades; b) acompanhamento das actividades através de reuniões com os respectivos dinamizadores; c) avaliação da sua realização; d) realização das actividades de apoio ao estudo; e) reuniões com os encarregados de educação, nos termos legais” (n.º 32). No ponto 33 é indicado que a planificação das actividades de animação e de apoio à família e as AECs deve ser comunicada aos encarregados de educação no início do ano lectivo. Segundo o documento “Gestão do Currículo na Educação Pré-Escolar “a supervisão pedagógica e acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família são da competência dos educadores responsáveis pelo grupo. Para os estabelecimentos de educação pré-primária da rede pública, esta supervisão é realizada após as cinco horas lectivas diárias” (Portugal/ME/DGIDC, 2007), no âmbito da componente não lectiva de estabelecimento (Despacho n.º 13 599/2006, art. 6.º, n.º 2).

As actividades realizadas durante a CAF são designadas de actividades de animação sócio-educativa mas, quisemos saber concretamente em Ovar que tipo de actividades são essas. Os educadores de infância deram respostas idênticas nesta questão. No que diz respeito às tarefas, estas indicaram pormenorizadamente o que realizavam e apesar de existirem pontos comuns entre as respostas estas demonstram a especificidade da sua prática. Dos poucos pais vareiros que responderam à questão as respostas foram muito diferentes entre si, o que indica o desconhecimento por parte destes acerca do que os seus filhos fazem no tempo em que estão no P.H.. Mas, aqui surge outra questão. Está legislado que “a planificação das actividades de animação e apoio à família... deve ser comunicada aos encarregados de educação no momento da inscrição e confirmada no início do ano lectivo” (Despacho n.º 14 460/2008, n.º 33). Se é cumprido este normati-

vo os pais deveriam estar mais informados do tipo de actividades realizadas pelos seus filhos, por outro lado, os pais que vão buscar os filhos ao P.H. observam as actividades que realizam e, se não os forem buscar, em casa podem perguntar-lhes o que fizeram durante a tarde.

Em Outubro de 2007 no documento elaborado pela Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular acerca da “Gestão do Currículo na Educação Pré-Escolar”, é referido que é da responsabilidade dos educadores de infância supervisionar e acompanhar a execução das actividades assim como lhes compete “a programação das actividades, o seu acompanhamento através de reuniões com os respectivos dinamizadores, a sua avaliação e a realização de reuniões com os encarregados de educação” (Portugal/ME/DGIDC, 2007), o que temos observado é que este supervisionamento e acompanhamento por parte dos educadores fica muito aquém do pretendido pelo ME.

Com o Despacho n.º 14 460/2008, de 26 de Maio surgem alterações, no ponto 7, no âmbito das actividades de animação e de apoio à família na educação pré-escolar: é acrescentado que a planificação destas deve ter em conta não só as necessidades das famílias como também as dos alunos. “É da competência dos educadores titulares de grupo e dos professores titulares de turma assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família...” (n.º 31). Foram acrescentadas duas alíneas ao Despacho anterior, nomeadamente no que diz respeito à supervisão pedagógica realizada na componente não lectiva: “b) acompanhamento das actividades através de reuniões com os representantes das entidades promotoras ou parceiras das AECs; (...) f) observação das AECs, nos termos a definir no regulamento interno” (n.º 32).

A maioria dos pais do Continente não sabe quem é responsável por programar e avaliar as actividades do P.H.. Às educadoras e às tarefeiras de Ovar foi-lhes dado 4 opções para estes escolherem acerca do mesmo tema, mas comparando as escolhas destes dois grupos e sabendo que as quatro tarefeiras estão divididas pelos JI em que estas educadores de infância leccionam, as respostas deviam ser semelhantes entre as que trabalham juntas. No entanto, algumas educadoras e tarefeiras do mesmo JI não deram a mesma resposta, portanto... será que foram as tarefeiras que não disseram como realmente são supervisionadas, ou serão as educadoras que não responderam realmente como realizam ou se realizam essa supervisão...

Ao nível do 1.º CEB também existem as actividades curriculares com os professores titulares e as de enriquecimento curricular com os respectivos professores não existindo articulação entre estas. O facto da parte curricular ser de manhã e de tarde até às 15h30

durante duas horas, e das 15h30 até às 17h30 existirem AECs, obriga a maioria dos professores destas actividades a saltitar de uma escola para outra para fazerem uma hora diária em cada uma, não se encontrando com o professor titular para poder articular as actividades, pois quando um está a entrar o outro já está de saída.

No Despacho n.º 16 795/2005, de 3 de Agosto são especificados os domínios em que as AECs podem incidir: “desportivo, artístico, científico e tecnológico, de estudo acompanhado, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, bem como a iniciação de uma língua estrangeira” (n.º 8). Com o Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de Junho que tem em conta “a importância do desenvolvimento de actividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico para o desenvolvimento das crianças e consequentemente para o sucesso escolar futuro...; o sucesso alcançado... com a implementação do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico, que assume claramente o papel de primeira medida efectiva de concretização de projectos de enriquecimento curricular e de implementação do conceito de escola a tempo inteiro; tendo presente que o Ministério da Educação partilha com as autarquias locais a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino”; é acrescentado que as AECs são seleccionadas de acordo com os objectivos do projecto educativo do agrupamento de escolas e devem constar do plano anual de actividades (n.º 8). No nono ponto são já especificadas as AECs no 1.º CEB, são “as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente: a) actividades de apoio ao estudo; b) ensino do inglês; c) ensino de outras línguas estrangeiras; d) actividade física e desportiva; e) ensino da música; f) outras expressões artísticas; g) outras actividades que incidam nos domínios identificados”. O ponto 10 relata que as AECs têm obrigatoriamente de incluir, apoio ao estudo e o ensino do inglês para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade. No ponto 22 é mencionado que as AECs são de frequência gratuita e não se podem sobrepor à actividade curricular diária.

Normativos que não são cumpridos nem estão articulados com a Lei de Bases do Sistema Educativo que centra a iniciativa em «cada escola ou grupo de escolas» e não no município.

*

Na ETI da RAM existe articulação entre um currículo nacional obrigatório e um currículo de escola facultativo participado pois os professores são da própria escola, mas no conti-

nente com professores das AECs e tarefeiros a recibos verdes, exteriores à escola, não é possível realizar essa articulação ou supervisão. No continente, as planificações das actividades de animação e de apoio à família são da responsabilidade dos agrupamentos de escolas em articulação com os municípios e devem envolver os educadores titulares de grupo que devem assegurar também a supervisão pedagógica e o acompanhamento da CAF “tendo em vista garantir a qualidade das actividades, bem como a articulação com as actividades curriculares” (Despacho n.º 14 460/2008, n.º 31). Esta articulação e supervisão constituem o problema por resolver não havendo condições para serem feitas, embora tenham sido introduzidas já em 2006. Mesmo quando há contacto entre a educadora e o/a “docente” da CAF, tem de ser rápido e não quer dizer que seja de articulação curricular ou supervisão pedagógica.

A «escola para todos» não pode impor um modelo único de currículo. Todas as escolas (com autonomia participada) devem proporcionar aos seus alunos um currículo nacional mínimo obrigatório e um currículo da escola facultativo, para que cada família possa optar sabendo que a oferta da escola é adequada ao que anseiam para os seus filhos. Este poderá ser um exemplo de modelo de Escola a Tempo Inteiro (ETI) desejável, e a realidade actual é que a prática na Madeira está mais próxima dele do que a do Continente.

3.3. Responsabilidade pela organização das actividades e afectação dos docentes

A Escola a Tempo Inteiro (ETI) dificilmente pode ser concebida e posta em execução sem uma definição clara de uma componente nacional (obrigatória) e outra local facultativa a desenvolver-se de forma integrada e participativa numa escola com autonomia.

Na Madeira a escola (Estado) é responsável pelo currículo, extra-curriculo e sua articulação. A situação da escola a tempo inteiro como existe na Madeira é feita não com professores pára-quedistas, mas com professores da própria escola. As actividades de enriquecimento curricular e de educação extra-escola são orientadas pelo Director Regional de Educação (Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2008/M, art. 3.º, n.º 2).

No Continente a organização das actividades está a cargo de várias entidades, para as quais o Estado transfere competências. Existe uma diversidade de opções relativamente ao nome, às responsabilidades, ao número e às horas de trabalho e aos honorários. Se “toda a relação com as crianças tem uma função educativa... será necessário um perfil de animador detentor de algumas competências educativas” (Portugal/ME/DEB, 2001: 5). Mas, os responsáveis por este serviço nem sempre têm competências na área educativa, logo, “é urgente garantir a qualidade do atendimento às crianças durante todo o tempo que permanecerem na instituição”, “temos de agir com rapidez para encontrar soluções

para este problema (Portugal/ME/DEB, 2001: 6), pois como é referido no relatório da IGE de 4 de Março de 2008, “as actividades de apoio à família na educação pré-escolar, registou um crescimento de 72 por cento, no ano lectivo anterior, para 81 por cento, neste ano lectivo” (Portugal/ME/IGE, 2008).

Na Madeira

“As [Escolas a Tempo Inteiro] funcionarão sob proposta do Director do estabelecimento, de acordo com o respectivo projecto educativo, devendo a carga horária semanal relativa à actividade de complemento curricular/extra curricular ser o produto do número de turmas pelo valor maximal de 13 horas semanais e o mínimo de 8” (Portaria n.º 133/98, art. 3.º, n.º 2) e “caberá ao Conselho Escolar proceder à distribuição das actividades curriculares e não curriculares aos docentes... (art. 6.º, n.º 2). Além das competências anteriormente referidas, é também da competência do Director “a gestão dos recursos humanos, físicos e materiais, estabelecidos os critérios e as orientações pelo Conselho Escolar” (art. 10.º, n.º 2).

A Portaria n.º 110/2002 define no ponto 1 do artigo 9.º (RAM/SRE, 2002: 3), que seja para assegurar as actividades curriculares, tanto como para as de enriquecimento curricular como para as de ocupação de tempos livres são colocados docentes especializados, “sem prejuízos de horários completos, contagem de tempo de carreira e efectividade nos quadros” (RAM/DRPRE, 2005). “Todos os docentes, quer leccionem actividades lectivas quer actividades de enriquecimento, continuam a beneficiar de horários completos, contagem de tempo de carreira e efectividade nos quadros. Têm presença activa no Conselho Escolar e colaboram no Projecto da Escola” (Bento e Mendonça, s.d.: 5). Logo, na RAM existem dois professores por turma e um director de escola com isenção total de componente lectiva. “(...) Em paralelo a esta criação (efectiva) de emprego temos (efectivamente) uma produtividade associada e visível: a resposta social e de apoio às famílias que pode e deve continuar a ser melhorada. (...)” (RAM/DRPRE, 2003, n.º 11).

Na Madeira, as competências da câmara resumem-se ao Parque escolar, gastos com a recuperação e manutenção desses espaços. Por exemplo, “a Câmara Municipal do Funchal tem gasto cerca de 693 mil euros por ano na melhoria do parque escolar do município, de há 12 anos a esta parte, altura em que se iniciou a adaptação das escolas para o regime a tempo inteiro. Para além desses gastos... a edilidade tem à sua responsabilidade o pagamento dos passes escolares do primeiro ciclo das crianças que vivem a mais de 500 metros das respectivas escolas, que representa um valor anual de 50 mil euros...

As despesas com os produtos de limpeza e higiene dos estabelecimentos de ensino são também pagas pela Câmara” (Jornal da Madeira, 2009).

No Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2008/M que «aprova a orgânica da Direcção Regional de Educação» (DRE) é referido que a DRE “tem por missão superintender na organização e funcionamento da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário... na educação extra-escolar, contribuindo para a qualidade do sistema educativo na RAM, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida” (art. 2.º). “A DRE, dirigida por um director regional... tem como obrigações: a) estudar medidas de acção educativa, promover a sua programação e execução, fomentar as consequentes actividades e assegurar o seu desenvolvimento integrado” (Decreto Regul. Reg. n.º 9/2008/M, art. 3.º, n.º 1).

No Continente

O Ministério da Segurança Social e do Trabalho, o ME e a Associação de municípios realizaram um protocolo desde 1998, em que as autarquias contratam pessoal docente ou não, com a designação de animador para acompanhar as crianças durante o período além das 25h de actividades lectivas. “No protocolo, e no âmbito da Componente de Apoio à Família, o governo compromete-se a assegurar: o regime de funcionamento dos jardins-de-infância da rede pública...; a atribuição mensal de uma comparticipação financeira; o acompanhamento por parte dos serviços competentes; a realização de estudos e projectos de avaliação da qualidade dos serviços; a criação de condições que possibilitem a celebração de protocolos entre as câmaras municipais e outras instituições (...), que possuam refeitórios, de forma a permitir a sua utilização, pelas crianças dos estabelecimentos de educação pré-escolar e ainda a definição do conteúdo funcional do animador sócio-educativo” (Madail, 2007: 155). Mas, “o estatuto do pessoal que assegura a componente de apoio à família pode ser diverso: desde ajudantes ou auxiliares de jardim-de-infância, que acompanham actividades curriculares, até pessoal contratado para o efeito, que só exerce essa função” (Portugal/ME, 2002: 66). O único requisito que o Ministério refere é que, “a Lei-Quadro, implicitamente, recomenda que também o pessoal de atendimento sócio-educativo que assegura o prolongamento de horário tenha uma habilitação superior à escolaridade obrigatória”. Mas, esta é apenas uma recomendação para realizar actividades de animação sociocultural que têm como “objectivo último (...) educar no ócio” (Trilla, 1997: 209). No Continente apenas os docentes das actividades curriculares são colocados por concurso nacional. Em Ovar é responsabilidade do município gerir a componente de apoio à família e as actividades de enriquecimento curricular e o pessoal colocado nessas funções. Em alguns dos jardins-de-infância do município, a

CAF é à alguns anos responsabilidade da Junta de Freguesia. O Estado coloca à responsabilidade dos municípios e juntas a organização e funcionamento destes serviços, pois alegam que ninguém melhor que os autarcas locais para conhecer a realidade do concelho e as suas necessidades, logo fica à responsabilidade destas mesmas entidades gerir os serviços da forma mais correcta. E o Estado... que tipo de controlo realiza sobre estas entidades acerca de como colocam em prática estes serviços? E como funcionam em cada jardim-de-infância, será da mesma forma, existirão diferenças dentro do mesmo município? Através da aplicação dos questionários a alguns membros da comunidade educativa conseguimos perceber mais um pouco o funcionamento desta realidade. Uma das questões colocadas aos inquiridos foi se «as pessoas responsáveis pelo P.H. (em Ovar) devem ser formadas para essa função? As respostas a esta pergunta foram unânimes, porque a maioria dos inquiridos de cada grupo respondeu afirmativamente. A diferença é que na Ribeira Brava está legislado que os professores das AECs são professores especializados, enquanto que no Continente relativamente ao prolongamento de horário, não é obrigatório que seja assegurado por pessoas formadas para essa função. Como podemos confirmar na pergunta n.º 15 realizada às tarefeiras de Ovar, duas não têm formação para função que estão a realizar e as outras duas são licenciadas em educação, estando a realizar funções de animadoras sócio-culturais e a trabalhar a recibos verdes 5 horas por dia. Também com o intuito de saber mais um pouco acerca do local e das condições onde ocorre a CAF foram realizadas mais duas questões. Acerca do local onde são realizadas as actividades da CAF, algumas não são realizadas no mesmo local de manhã e de tarde e ainda existem crianças a frequentar o prolongamento de horário no JI, onde já estiveram o dia inteiro mudando apenas de sala.

O Despacho n.º 16 795/2005, de 3 de Agosto no ponto número nove explica que as actividades de animação e de apoio às famílias, bem como as de enriquecimento curricular devem ser organizadas pelo agrupamento a que a escola pertence, ou a autarquia e associação de pais em parceria ou não com o agrupamento. Os recursos humanos (pessoal docente e não docente) necessários para as actividades referidas anteriormente são providenciados pelo conselho executivo do agrupamento (n.º 11). “Para efeito do número anterior, será dada preferência a docentes sem horário lectivo atribuído ou com insuficiência de tempos lectivos, a docentes de apoios educativos e outros docentes responsáveis por actividades de enriquecimento curricular ou outras actividades extra-curriculares, bem como a pessoal não docente disponível no âmbito do agrupamento, procedendo a uma criteriosa gestão e flexibilização dos horários de trabalho quando necessário (n.º 12). (...) O período de funcionamento de cada estabelecimento, bem como a calendari-

zação das actividades, deve ser comunicado aos encarregados de educação no início do ano lectivo” (n.º 14).

O Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de Junho, considera fundamental o papel “que as autarquias, as associações de pais e as instituições particulares de solidariedade social desempenham ao nível da promoção de actividades de enriquecimento curricular através da organização de respostas diversificadas, em função das realidades locais, que permitem que actualmente muitas escolas do 1.º ciclo proporcionem este tipo de actividades aos alunos; considerando a urgência de adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias e a necessidade de garantir que esses tempos são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas”. Este Despacho aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público onde funciona EPP e o 1.º CEB, e define as normas de funcionamento e as ofertas relativamente às actividades de animação e de apoio à família e de enriquecimento curricular (n.º 1). “As actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar devem ser objecto de planificação... tendo em conta as necessidades das famílias...” (n.º 7). No ponto 14 é referido que as entidades promotoras das AECs podem ser as autarquias locais, associações de pais e de encarregados de educação, IPSS e/ou agrupamentos de escolas e a planificação destas deve ser realizada em parceria obrigatória entre os agrupamentos de escolas e uma das entidades referidas anteriormente (n.º 15). “A planificação das actividades de animação e de apoio à família bem como de enriquecimento curricular deve envolver obrigatoriamente os educadores titulares de grupo e os professores titulares de turma” (n.º 19).

Em relação à responsabilidade pela organização das actividades, o Despacho n.º 14 460/2008 de 26 de Maio, vem acrescentar algumas mudanças. No ponto 7, que fala das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar, é explicado que estas “devem ser objecto de planificação pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas, tendo em conta as necessidades dos alunos e das famílias”. A parceria existente na planificação das AECs entre os agrupamentos de escolas e as entidades referidas no ponto 14, deixa de ser obrigatória (n.º 15). “A planificação das actividades de animação e de apoio à família bem como de enriquecimento curricular deve envolver obrigatoriamente os educadores titulares de grupo e os professores do 1.º Ciclo titulares de turma” (n.º 19). No ponto 26 quando se fala da CAF para o 1.º CEB são agora especificadas as entidades responsáveis por promover este tipo de resposta social: “associações de pais, autarquias ou instituições particulares de solidariedade social, que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo

com os agrupamentos de escolas” (n.º 26). No ponto 33 refere-se que a planificação das actividades de animação e de apoio à família e das AECs deve ser comunicada aos encarregados de educação no momento da inscrição e confirmada no início do ano lectivo (n.º 33).

*

A Escola a Tempo Inteiro (ETI), com uma componente nacional obrigatória e outra local facultativa, só pode desenvolver-se de forma integrada e participativa numa escola com autonomia. A organização do currículo da escola («AECs» e «CAF») deve ser organizado na e pela própria escola no exercício da sua indispensável autonomia participada por todos os membros da comunidade educativa local, respeitando o princípio de subsidiariedade (qualidade do subsidiário, complementaridade) agora em vigor em toda a União Europeia segundo o qual as decisões devem ser tomadas o mais proximamente possível de cada cidadão e de cada escola (“agrupamento”) no contexto da comunidade educativa local. A escola só é autónoma quando é capaz de gerir o seu próprio projecto e plano curricular. E só é participada, participativa e integrada quando se articula com todos os recursos e necessidades locais com a participação dos poderes nacional e autárquico, pais e encarregados de educação, alunos, educadores e professores e representantes das forças vivas da comunidade local.

Conclusão

Feita uma análise da gestão do tempo e das actividades em jardins-de-infância da Madeira e do Continente na chamada «escola a tempo inteiro» parece poder concluir-se que há dois modelos diferentes, um de escola a tempo inteiro na Madeira e outro impropriamente chamado de tempo inteiro no Continente. Nem um nem outro correspondem ao modelo de educação básica preconizado pelo Conselho da Europa e pela Unesco, estando o da Madeira mais próximo, embora ainda sem integração de toda a educação básica. O da Madeira aproxima-se mais do modelo europeu de escolas autónomas participadas com currículo próprio e professores da escola, enquanto no Continente se aplica uma descentralização desajustada à função educativa e sócio-educativa que deviam estar integradas na gestão da escola e não da autarquia.

Na RAM há a tradição do regime de desdobramento duplo que apresenta diversas vantagens, nomeadamente a possibilidade de existirem dois turnos a funcionar em simultâneo com turmas em actividades curriculares e não curriculares, o que leva à existência de outras salas preparadas especificamente para actividades facultativas não obrigatórias, com materiais adequados às mesmas o que se torna mais apelativo para as crianças; o facto de tanto as actividades curriculares como não curriculares serem desenvolvidas por professores da escola com o mesmo estatuto, é um estímulo para estes se aplicarem na concretização das actividades não curriculares da mesma forma que o fariam nas curriculares, proporcionando aos alunos experiências mais agradáveis. Com esta modalidade de ETI existe articulação entre as actividades curriculares e não curriculares pois os professores encontram-se nos órgãos de coordenação pedagógica da escola o que leva à troca de experiências entre estes, e o facto de na RAM existirem salas de educação pré-escolar integradas nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico e as actividades de enriquecimento curricular serem maioritariamente as mesmas para crianças da EPP e do 1.º CEB permite também uma maior articulação entre ciclos e a convivência entre crianças de diferentes idades. Podemos concluir que as actividades de enriquecimento curricular na RAM estão em concordância com o n.º 3 do art. 51.º da LBSE (2005), que refere que as AECs podem ter âmbito nacional, regional ou local, sendo os dois últimos de iniciativa de cada escola (“agrupamento”). A integração da função social na função educativa é uma realidade na ETI da RAM, cumprindo com a Lei 5/97 de 10 Fevereiro que estabelece a tutela única do Ministério da Educação. É uma «escola a tempo inteiro» baseada nos horários dos alunos e dos pais dos alunos. Mas, as boas condições da escola e do regi-

me podem por vezes serem prejudiciais para o bem-estar das crianças e o facto de poderem permanecer 10 horas na escola pode tornar-se negativo levando ao cansaço das crianças. É responsabilidade dos pais terem em consideração este factor, principalmente quando se trata de crianças mais pequenas, e deixar o seu bom senso e carinho falar mais alto, tentando ponderar esta situação de forma a encontrar um equilíbrio entre aquilo que é necessário para o desenvolvimento educativo das crianças e as necessidades básicas que estas têm, nomeadamente de descanso, carinho e ambiente familiar.

A «escola a tempo inteiro» do continente é baseada no «regime normal» em que as actividades curriculares e não curriculares funcionam cada uma no seu tempo determinado, com docentes da escola a assegurar o tempo curricular, estando os complementos curriculares assegurados por docentes ou tarefeiros exteriores à escola. A ETI no continente surge associada à função social da educação com os «acrescentos de horário», AECs e CAF. Esta modalidade de ETI não permite a articulação entre actividades curriculares e não curriculares separando a função social da função educativa na educação. Analisando a legislação que regulamenta estes conceitos e práticas percebemos que o Ministério da Educação divorcia-se da responsabilidade que lhe é atribuída na LBSE acerca da «ocupação dos tempos livres e desporto escolar». O Estado apenas assegura o currículo nacional obrigatório, o currículo local facultativo que devia ser da responsabilidade de cada escola, no exercício da sua autonomia participada como acontece na RAM, é transferida pelo Estado para outras entidades. A responsabilidade pela organização das AECs e da CAF é dos agrupamentos de escola, das autarquias e associações de pais (Despacho n.º 16 795/2005 de 3 de Agosto). Com o Despacho n.º 12 591/2006 de 16 de Junho são definidas as entidades que podem ser promotoras das AECs, sendo estas as mesmas já anteriormente responsabilizadas pela organização das actividades não curriculares, apenas acrescentando as IPSS. As autarquias assumem deste modo a responsabilidade pelo currículo local, apesar de legislativamente, na Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, ser definido que compete aos órgãos municipais «apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na EPP e no ensino básico; participar no apoio à educação extra-escolar; gerir o pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico». Isto vai contra o regulamentado no n.º 3 do art. 51.º da LBSE (2005), que refere que o currículo de âmbito regional ou local, deve ser de iniciativa da própria escola («agrupamento»). Entretanto, os municípios contratam empresas que se responsabilizam pelas AECs ou contratam eles próprios o pessoal para as AECs e a CAF, podendo estes ser ou não habilitados profissionalmente para a função que vão desempenhar. Também a escolha das actividades de enriquecimento curricular é feita pelas autarquias sem consultar a opinião dos pais e das crianças. A planificação das

mesmas devia ser em parceria com o agrupamento e envolvendo obrigatoriamente os professores titulares de turma (Despacho n.º 12 591/2006), sendo apresentada no início do ano lectivo como é referido no n.º 33 do Despacho n.º 14 460/2008 de 26 de Maio. Relativamente à CAF, apesar de nem sempre ser assegurada por pessoal habilitado para as funções, a sua planificação é assegurada pelas mesmas entidades que as AECs, envolvendo obrigatoriamente os educadores titulares de grupo (Despacho n.º 12 591/2006). Em relação à apresentação da planificação das actividades de animação e de apoio à família aos encarregados de educação no momento da inscrição e sua confirmação no início do ano lectivo (Despacho n.º 14 460/2008, n.º 33), não é uma realidade na maioria dos estabelecimentos de EPP. Também a supervisão e o acompanhamento destas actividades de complemento curricular e apoio à família devem ser asseguradas pelos educadores e professores de grupo e turma, existindo uma enorme confusão nas condições em devem ser realizadas. Temos portanto uma escola a meio-tempo centrada nos horários dos professores. Esta realidade continental está longe de respeitar o princípio da subsidiariedade, estruturante da União Europeia.

Recomenda-se que haja em Portugal um modelo educativo aberto que possa ser concretizado em cada escola básica («agrupamento de educação básica») com autonomia participada segundo o princípio de subsidiariedade na educação, com um currículo nacional da responsabilidade do Ministério da Educação, com o máximo de cinco horas por dia e um currículo da escola da iniciativa da própria escola.

Bibliografia

- ABRANTES, Paulo (coord.) (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica.
- ARROTEIA, Jorge; MEURIS, Georges (1993). *Estudos em educação comparada*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Secção Autónoma de Ciências da Educação.
- BAIRRÃO, Joaquim; TIETZE, Wolfgang (1995). *A educação pré-escolar na União Europeia*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- BELL, Judith (1997). *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. Lisboa: Gradiva (ISBN: 972-662-524-6).
- BENTO, António V.; MENDONÇA, Alice (s.d.) [em linha]. *As Escolas a Tempo Inteiro na Região Autónoma da Madeira: o redesenhar do ensino no 1.º Ciclo através de um novo modelo educativo*. Madeira: Universidade da Madeira.
- BENTO, Cristina *et al.* (2005) [em linha]. *Programa de Generalização do ensino de Inglês no 1.º ciclo do ensino básico*. Lisboa: Ministério da Educação. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Consultado em Outubro de 2008. Disponível em http://www.dgidec.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/703/Orientacoes_Programaticas_ingles1c.pdf.
- BERNARDO, Manuel (2006, Novembro). A leitura pública no concelho de Ovar. *DUNAS – temas e perspectivas*. Revista sobre cultura e património da região de Ovar. Ano VI, n.º 6 (ISSN: 1645-2097).
- BERNARDO, Manuel (s.d.). *Folhetim Informativo sobre Ovar*. Biblioteca Municipal de Ovar.
- CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR (2005). *Educação pré-escolar*. Regulamento da componente sócio-educativa de apoio à família. Ano lectivo 2005/2006. Ovar.
- CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR *et al.* (2007). *Carta educativa do município de Ovar*. Coimbra.
- CARDONA, Maria João (1997). *Para a história da educação de infância em Portugal. O discurso oficial (1834-1990)*. Porto: Porto Editora (ISBN: 972-0-34453-9).
- CARVALHO, Rómulo de (1986). *História do ensino em Portugal*. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- CHIZZOTTI, Antonio (2006). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Editora vozes (ISBN: 85.326.3390-0).
- CONSELHO DA EUROPA (CE) (1988). *Projecto n.º 8: A inovação no ensino primário (relatório final)*. Trad. C. Meireles-Coelho. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- COSME, Adriana; TRINDADE, Rui (2007). *Escola a Tempo Inteiro – escola para que te quero?* Porto: Profedições (ISBN: 978-972-8562-50-2).
- CRÓ, Maria de Lurdes Mendes Rocha (1987). *A intervenção da educação pré-escolar no desenvolvimento das estruturas cognitivas*. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- DELORS, Jacques (coord.) (1996). *Educação um tesouro a descobrir*. Relatório para a Unesco da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Porto: edições Asa.
- DIAS, Américo; TASTE, Veríssimo (2006) [em linha]. *Ensino do Inglês no 1.º ciclo do ensino básico (1.º e 2.º anos) – orientações programáticas*. Lisboa, Ministério da Educação. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Consultado em Outubro de 2008. Disponível em http://sitio.dgidc.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/703/Orientacoes_Programaticas_ingles1c.pdf.
- EURYDICE (2007) [em linha]. *O sistema educativo em Portugal (2006/07)*. Comissão Europeia: Eurydice. Consultado em Março de 2009. Disponível em http://eurydice.giase.min-edu.pt/images/stories/pdf/PT_PT.pdf.
- EURYDICE (2009) [em linha]. *Early Childhood Education and Care in Europe: Tackling Social and Cultural Inequalities*. Comissão Europeia: Eurydice. Consultado em Março de 2009. Disponível em <http://eacea.ec.europa.eu/portal/page/portal/Eurydice/showPresentation?pubid=098EN>.
- FAURE, Edgar (1972). *Aprender a ser*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- FENPROF (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES) (10 de Julho de 2006) [em linha]. Síntese de Debate “A Resposta Educativa e Social na Escola Pública - concepções de escola a tempo inteiro”. Debate Nacional sobre Educação. Porto: Biblioteca Municipal Almeida Garrett. Consultado em Setembro de 2008. Disponível em <http://www.debatereducacao.pt/relatorio/files/S7.pdf>.
- FERNANDES, António José (1995). *Métodos e regras para elaboração de trabalhos académicos e científicos*. Porto: Porto Editora (ISBN: 972-0-34204-8).

- FERREIRA, Ana Bela (2005). *Funções da educação de infância: evolução de conceitos e práticas*. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- FORMOSINHO, João (1996). Educação pré-escolar: primeira etapa da educação básica. *Noesis*. Revista do Instituto de Inovação Educacional. N.º 39, 26-28.
- FORMOSINHO, João (1997). O contexto organizacional da expansão da educação pré-escolar. *Revista Inovação*. N.º 10, pp. 21-36.
- FORMOSINHO, João; SARMENTO, Teresa (2000). A escola infantil pública como serviço social – a problemática do prolongamento de horário. *Infância e educação. Investigação e práticas*. Revista do *GEDEI*, n.º 1, 12-26.
- FORMOSINHO, João; SARMENTO, Teresa (2000_a). Prolongamento de horários nos jardins-de-infância da rede pública do Ministério da Educação - de serviço à criança a um serviço à família in *Actas do Congresso Internacional, Os Mundos Sociais e Culturais da Infância*. Braga: Instituto de Estudos da Criança - Universidade do Minho.
- FORTIN, Marie-Fabienne (2003). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência (ISBN: 972-8383-10-X). 3.º Edição.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1982). *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*. Coimbra: Almedina.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1986). *A educação infantil em Portugal*. Coimbra: Instituto de investigação científica.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1996). *Estudos para a história da educação no século XIX*. Coimbra: Instituto de Inovação Educacional (ISBN: 972-9380-86-4).
- Google Earth [em linha]. *Ovar*. Consultado em Novembro de 2008. Disponível em earth.google.com.
- GUINCHO, Ana Patrícia M. A. (2008) [em linha]. *Escolas a tempo inteiro na Região Autónoma da Madeira: estudo de caso*. Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão. Lisboa: Universidade Aberta. Consultado em Novembro de 2009. Disponível em <http://www.uma.pt/alicemendonca/conteudo/publica/eti.pdf>.
- IAC, INSTITUTO DE ALTA CULTURA (1964). *Projecto Regional do Mediterrâneo: evolução da estrutura escolar portuguesa (Metrópole) — previsão para 1975*. Lisboa: IAC, Centro de Estudos de Estatística Económica.

- JORNAL DA MADEIRA (26/08/2009) [em linha]. *Cerca de 693 mil euros/ano na melhoria do parque escolar*. Gastos da Câmara Municipal do Funchal ontem divulgados na visita às obras da escola de São Filipe. Consultado em Outubro de 2009. Disponível em <http://www.netmadeira.com/noticias/madeira/2009/8/26/cerca-de-693-mil-eurosano-na-melhoria-do-parque-escolar>.
- LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. (1992). *Metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas S. A.
- LAMY, Alberto de Sousa (1983, 10 a 25 de Junho). A criação do ensino primário oficial em Ovar. *Terras de Ovar*. Ano I, n.º 8, pp. 5
- LAMY, Alberto de Sousa (1999, 7 de Janeiro). Dicionário da história de Ovar: Escolas primárias. *Notícias de Ovar*. Semanário nacionalista e regional. N.º 2627, pp. 2.
- LAMY, Alberto Sousa (2001_{a,b,c,d}). *Monografia de Ovar*. Freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar. Volume I_a, II_b, III_c e IV_d. Ovar: Câmara Municipal de Ovar.
- MADAIL, Celeste Maria Condessa Ferreira (2007). *A componente de apoio à família na educação pré-escolar: estudo de caso*. Dissertação de mestrado em Análise Social e Administração da Educação. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- MARIA, Albino; NUNES, Manuel Mendes (2006) [em linha]. *Actividade física e desportiva no 1.º ciclo do ensino básico – orientações programáticas*. Consultado em Outubro de 2008. Disponível em http://www.drealentejo.pt/upload/aec/Orient_Prog_act_fisica_desportiva.pdf.
- MARTINS, Gilberto de Andrade (2006_a). *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: editora atlas (ISBN: 85-224-4351-3).
- MARTINS, Rui (2006_b). *O caminho-de-ferro: veio estruturante da evolução sócio-urbana entre Porto e Aveiro, em exemplo Espinho e Ovar*. *DUNAS – temas e perspectivas*. Revista sobre cultura e património da região de Ovar. Ano VI, n.º 6 (ISSN: 1645-2097).
- MEIRELES-COELHO, Carlos (1985). A escolaridade obrigatória e a educação básica. *Revista da Universidade de Aveiro: Série Ciências da Educação*, n.º 1 e 2. Volume VI. pp. 49-60.
- MEIRELES-COELHO, Carlos (2009_a). *Educação antiga e medieval: um roteiro cronológico (até 1415)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, e-book.
- MEIRELES-COELHO, Carlos (2009_b). *Educação na idade moderna: um roteiro cronológico (1415-1789)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, e-book.

- MEIRELES-COELHO, Carlos (2009_c). *Educação na idade contemporânea: um roteiro cronológico (1789-1945)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, e-book.
- MEIRELES-COELHO, Carlos (2009_d). *Educação na era da globalização: um roteiro cronológico (1945-2009)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, e-book.
- MEIRELES-COELHO, Carlos, et al.. (2009). *O Ciclo 3 /8 anos: a primeira inclusão na educação básica*. 1.º Congresso Internacional: Ser professor de educação especial. 27 a 29 de Novembro de 2009, Almada.
- MEIRELES-COELHO, Carlos; FERREIRA, Ana Bela (2005). Educação de infância: primeira etapa da educação básica. CIANEI. *Actas do 1.º Congresso Internacional de Aprendizagem na Educação de Infância*, 583-589. Porto: Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.
- MEIRELES-COELHO, Carlos; FERREIRA, Ana Bela; FERREIRA, Lúcia (2009). *Ciclo 3 /8 anos como primeira etapa da educação básica: condições e desafios*. X Congresso da SPCE. Bragança.
- MEIRELES-COELHO, Carlos; FERREIRA, Ana Bela; NEVES, Maria de Fátima (2007). Educação básica dos 2/3 anos 11/12 anos: o caso da Madeira. CIANEI. *2.º Congresso Internacional de Aprendizagem na Educação de Infância*, 113 - 123. Porto: Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.
- MUNICÍPIO DE RIBEIRA BRAVA (2009) [em linha]. *Município da Ribeira Brava*. Consultado em Janeiro de 2009. Disponível em <http://www.cm-ribeirabrava.pt/>.
- NEVES, Maria de Fátima Fernandes (1999). *Continuidade e rupturas na educação básica: o caso português (a escola do Senhor da Serra e a ESE de Viseu)*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- OCDE (1975). *L'évolution de l'éducation préscolaire*. Paris: OCDE
- OCDE (1976) *Decision-making in educational systems: the experience in three OECD countries. Country reports: summaries*. /La prise des décisions dans les systèmes d'éducation: l'expérience de trois pays de l'OCDE. Projets nationaux, synthèse et évaluation. Paris: OCDE. (1976-77)
- ORE (2006-12-05) [em linha]. *Madeira, retrato da educação*. Consultado a 30 de Junho de 2007. Disponível em <http://www.ore.org.pt/observatorio/noticias.aspx?lang=pt&contentid=FB35915330244EDBAD3B3C1E2A6BA666>.

- PARDAL, Luís; CORREIA, Eugénia (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal editores (ISBN: 972-627-344-7).
- PEREIRA, Teresa Mafalda (2004). A animação sócio-educativa nos jardins-de-infância da rede pública: um serviço integrado ou dicotomia assistida? *Infância: Família, comunidade e educação*. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, n.º 1, 2 e 3, ano 38, pp. 485-492.
- PIRES, Eurico Lemos *et al.* (1989). *O ensino básico em Portugal*. Colecção Biblioteca Básica de Educação e Ensino. Porto: Edições Asa.
- PIRES, Eurico Lemos; FERNANDES, A. Sousa; FORMOSINHO, João (1991). *A construção social da educação escolar*. Colecção Biblioteca Básica de Educação e Ensino. Porto: Edições Asa.
- PORTUGAL/ME (1997_a). *Legislação*. Lisboa: Ministério da Educação (ISBN: 972-742-091-5).
- PORTUGAL/ME (1997_b). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Ministério da Educação (ISBN: 972-742-087-7).
- PORTUGAL/ME (2002). *Organização da componente de apoio à família*. Lisboa: Ministério da Educação (ISBN: 972-742-146-6).
- PORTUGAL/ME (2007) [em linha]. *Relatório traça balanço positivo das actividades de enriquecimento curricular* [em linha]. Consultado em Junho de 2007. Disponível em <http://www.min-edu.pt/np3/542.html>.
- PORTUGAL/ME/ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (2006) [em linha]. Acordo relativo a actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico. Disponível em http://www.confap.pt/docs/Acordo_AEC_ANMP_ME.pdf.
- PORTUGAL/ME/DEB (2001). *Projecto de Formação para Animadores. Componente de Apoio à Família/Animação Sócio Educativa*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica.
- PORTUGAL/ME/DEB/OCDE (2000). *A educação pré-escolar e os cuidados para a infância em Portugal: relatório e estudo temático da OCDE*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica. (ISBN: 972-742-133-4).
- PORTUGAL/ME/DGEB [s.d.]. *Perspectivas de educação em jardins-de-infância*. Algueirão: Oficinas Gráficas da Editorial do Ministério da Educação.

PORTUGAL/ME/DGIDC (2007) [em linha]. *Gestão do Currículo na Educação Pré-Escolar*.

Consultado em 23/11/07. Disponível em <http://www.min-edu.pt/np3/1154.html>.

PORTUGAL/ME/DGIDC/COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA (2007) [em linha].

Actividades de enriquecimento curricular. Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º Anos e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Consultado em Julho de 2007. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/ME/Comunicacao/Outros_Documentos/20070412_ME_Doc_Rel_Enriquecimento_Curricular.htm. Ministério da Educação.

PORTUGAL/ME/GEPE (2009). *Perfil do docente 2007/08*. Lisboa: Ministério da Educação,

Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação. (ISBN: 978-972-614-460-1).

PORTUGAL/ME/IGE (2008) [em linha]. *Relatório da IGE regista melhorias significativas nas*

escolas. Consultado em Março de 2008. Disponível em <http://www.min-edu.pt/np3/1732.html>.

PORTUGAL/MINISTÉRIO DAS FINANÇAS/DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (1919). *Ensino*

primário oficial de 1910 a 1915. Lisboa: Imprensa Nacional.

PROENÇA, Maria Cândida (coordenação) (1998). *O sistema de ensino em Portugal (séculos XIX – XX)*. Lisboa: Edições Colibri (ISBN: 972-772-036-6).

RAM/DRPRE (2003) [em linha]. *ETIs: regime cruzado*. Consultado em Maio de 2008.

Disponível em <http://www.madeira-edu.pt/Portals/16/Documentos/ETIs.pdf>.

RAM/DRPRE (2005) [em linha]. *Escolas a tempo inteiro na Madeira, 10 anos de experiência*.

Consultado em Maio de 2008. Disponível em <http://www.madeira-edu.pt/DRPRE/Escolaatempointeiro/tabid/529/Default.aspx>.

RAM/DRPRE (2008) [em linha] – Place miúdos. *Roteiro dos estabelecimentos*. Consulta-

do em 2 de Agosto de 2008. Disponível em [http://placemiudos.madeira-edu.pt/\(jhfzzgfaj04ufd5552aga1e0\)/Entities/Public/Public_L0_NAV_Login.aspx](http://placemiudos.madeira-edu.pt/(jhfzzgfaj04ufd5552aga1e0)/Entities/Public/Public_L0_NAV_Login.aspx).

RAM/SRE (2002) [em linha]. *Regime de criação e funcionamento das escolas a tempo*

inteiro. Portaria n.º 110 /2002. Jornal Oficial, Quarta-feira, 14 de Agosto de 2002, n.º 93 - consultado em Junho de 2007. Disponível em <http://www.gov-madeira.pt/joram/1serie/Ano%20de%202002/ISerie-093-2002-08-14.pdf>.

SANTOS, Zagalo dos (2001). *Saibam quantos.... Ovar*. Câmara Municipal de Ovar (ISBN:

972-8174-20-9).

- SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO (2002) [em linha]. A componente de apoio à família nos jardins-de-infância da rede pública e do M. E. da região centro. *Revista do Sindicato dos Professores da Região Centro*, n.º 126, Setembro /Outubro. Consultado em Dezembro de 2007. Disponível em http://www.sprc.pt/paginas/RCI/2002/componente_apoio.html).
- SOUSA, Maria Teresa de Jesus de (2005). *Jardins-de-infância da rede pública: entre a administração central e local*. Dissertação de mestrado em Análise Social e Administração da Educação. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- TRILLA, Jaume (coord.) (1997). *Animação sociocultural. Teorias, programas e âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget (ISBN: 972-771-763-2).
- UNESCO (1990) [em linha]. *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Consultado em Outubro de 2009. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>.
- VASCONCELOS, António Ângelo (2006) [em linha]. *Ensino da música. 1.º Ciclo do ensino básico – orientações programáticas*. Lisboa: Ministério da Educação. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Consultado em Outubro de 2008. Disponível em http://www.min-edu.pt/np3content/?newsId=20&fileName=op_musica.pdf.
- VASCONCELOS, Teresa (2000) [em linha]. Educação de infância em Portugal: Perspectivas de desenvolvimento num quadro de posmodernidade. *Revista Ibero Americana de Educação*, n.º 22, Janeiro – Abril de 2000 – [consultado em Maio de 2007]. Disponível em <http://www.rieoei.org/rie22a05.htm>.
- VILARINHO, Maria Emília (2000). *Políticas de educação pré-escolar em Portugal (1977-1997)*. Colecção Políticas de Educação n.º 7. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (ISBN: 972-8353-95-2).
- WIKIPÉDIA_a [em linha] – consultado em Abril de 2007. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ovar>.
- WIKIPÉDIA_b [em linha] – consultado em Junho de 2008. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Aut%C3%B3noma_da_Madeira.

Legislação consultada

Lei 5/77, de 1 de Fevereiro – *Cria o sistema público de educação pré-escolar*, publicada no Diário da República, I Série, n.º 26.

Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro – *Regula a transferências para os municípios do Continente das novas competências em matéria de acção social*, publicado no Diário da República, I Série, n.º 299.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro – *Lei de Bases do Sistema Educativo*, publicada no Diário da República, I Série, n.º 237.

Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto – *Estabelece os princípios gerais que ordenam a reestruturação curricular prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei de Bases do Sistema Educativo* (e - planos curriculares dos ensinos básicos e secundário), publicado no Diário da República, I Série, n.º 198.

Despacho n.º 141/ME/90, de 1 de Setembro – *aprova o modelo de apoio à organização das actividades de complemento curricular*, publicado no Diário da República, II Série, n.º 202.

Despacho n.º 142/ME/90, de 1 de Setembro – *aprova o plano de concretização da área-escola e o seu modelo organizativo, e apresenta sugestões de estrutura da mesma*, publicado no Diário da República, II Série, n.º 202.

Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro – *Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar*, publicada no Diário da República, I Série-A, n.º 34.

Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho – *Regime jurídico do desenvolvimento da educação pré-escolar*, publicado no Diário da República, I Série-A, n.º 133.

Portaria n.º 583/97, de 1 de Agosto – *Horário dos estabelecimentos de educação pré-escolar – mais de 40 horas semanais*, publicado no Diário da República, I Série-B, n.º 176.

Despacho Conjunto n.º 300/97 de 9 de Setembro – *Aprova as normas que regulam a participação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de educação pré-escolar*, publicado no Diário da República, II Série, n.º 208.

Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro – *Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)*, publicada no Diário da República, I Série-A, n.º 217.

Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio – *Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário*, publicado no Diário da República, I Série-A, n.º 102.

Portaria n.º 133/98, de 14 de Agosto – *Regime de criação e funcionamento das escolas a tempo inteiro*, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 55.

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro – *Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais*, publicada no Diário da República, I Série-A, n.º 215.

Parecer n.º 3/2000, de 5 de Agosto – *Parecer sobre a «Proposta de reorganização curricular do ensino básico»*, publicado no Diário da República, II Série, n.º 180.

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro – *Aprova a reorganização curricular do ensino básico*, publicado no Diário da República, I Série-A, n.º 15.

Portaria n.º 110/2002, de 14 de Agosto – *Define o regime a aplicar na criação e no funcionamento das escolas a tempo inteiro*, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 93.

Despacho n.º 14 753/2005, de 5 de Julho – *Aprova o programa de generalização do ensino de inglês no 1.º ciclo do ensino básico*, publicado no Diário da República, II Série, n.º 127;

Despacho n.º 16 795/2005, de 3 de Agosto – *Define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino público, onde exista educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico*, publicado no Diário da República, II Série, n.º 148;

Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto – *Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei do Financiamento do Ensino Superior*, publicada no Diário da República, I Série-A, n.º 166, revoga: Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro; Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro.

Despacho n.º 21 440/2005, de 12 de Outubro – *Altera o ponto 3 do artigo 11º do Despacho n.º 14 753/05, de 5 de Julho, orientações relativas ao perfil dos professores de inglês nos 3º e 4º anos do 1º ciclo do ensino básico público*, publicado no Diário da República, II Série, n.º 196;

Decreto Legislativo Regional n.º 16/2006/M, de 2 de Maio – *Aprova o Estatuto das Creches e dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Região Autónoma da Madeira*, publicado no Diário da República, I Série-A, n.º 84.

Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de Junho – *Cria o Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico*, publicado no Diário da República, II Série, n.º 115.

Despacho n.º 13 599/2006, de 28 de Junho – *Estabelece regras e princípios orientadores a observar, em cada ano lectivo, na elaboração do horário semanal de trabalho do pessoal*

docente... define ainda orientações a observar na programação e execução das actividades educativas que se mostrem necessárias à plena ocupação dos alunos dos ensinos básico..., publicado no Diário da República, II Série, n.º 123.

Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro – *Aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário*, publicado no Diário da República, I Série, n.º 38.

Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro – *Orçamento do Estado para 2008*, publicada no Suplemento do Diário da República, I Série-A, n.º 251.

Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2008/M de 30 de Abril – *Aprova a Orgânica da Direcção Regional de Educação*, publicado no Diário da República, I Série, n.º 84.

Despacho n.º 14 460/2008, de 26 de Maio – *Regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro no âmbito do programa das actividades de enriquecimento curricular*, publicado no Diário da República, II Série, n.º 100, revoga: Despacho n.º 14 753/2005, de 5 de Julho; Despacho n.º 16 795/2005, de 3 de Agosto; Despacho n.º 21 440/2005, de 12 de Outubro; Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de Junho.

Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho – *Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação*, publicado no Diário da República, I Série, n.º 144.

Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de Setembro – *Determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente*, publicado no Diário da República, I Série, n.º 179.

Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro – *Estabelece o regime aplicável à contratação de técnicos que asseguram o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico nos agrupamentos de escolas da rede pública*, publicado no Diário da República, I Série, n.º 171.

Anexos

Anexo 1

Questionário realizado aos educadores de infância do concelho de Ovar

Estou a fazer uma investigação sobre educação pré-escolar a tempo inteiro em Ovar e na Ribeira Brava no Mestrado em Ciências da Educação na Universidade de Aveiro. Para isso necessito da sua colaboração para o preenchimento deste questionário. As respostas são anónimas e os resultados só serão válidos se corresponderem ao que pensa. No final dar-lhe-ei conhecimento dos resultados.

Desde já agradeço a sua disponibilidade, *Diana Tavares*.

1. O que se pretende do jardim-de-infância (J.I.)? Ordene, sendo 1.º o mais importante.

- Que tome conta das crianças enquanto os pais trabalham fora de casa ____º
 Que proporcione às crianças oportunidades para aprender a brincar e conviver com outras ____º
 Que prepare as crianças para aprender a ler na escola ____º
 Que promova o seu desenvolvimento global, pessoal, social e ambiental ____º
 Proceder à despiagem de inadaptações, deficiências ou precocidades ____º
 Outra. Qual? _____º

2. No jardim-de-infância qual seria o horário mais adequado para as crianças?

- Só de manhã ☐ Só de tarde ☐ De manhã e de tarde ☐
 Neste caso qual?:
 9h – 17h ☐ 9h – 18h ☐ 9h – 19h ☐ 9h – 20h ☐
 8h – 17h ☐ 8h – 18h ☐ 8h – 19h ☐ 8h – 20h ☐
 Outro. Qual? : _____ ☐

Porquê? _____

3. Qual é o seu horário de trabalho?

Hora de entrada: _____; hora de saída: _____; hora de almoço: das _____ às _____.

4. As crianças devem almoçar no JI?

- Se sim:** porquê? (pode escolher mais que uma opção)
 Os pais não têm disponibilidade para irem buscar os filhos na hora do almoço ☐
 Qualidade das refeições ☐
 Acompanhamento durante as refeições ☐
 Existem vantagens na convivência com outras crianças durante a hora do almoço ☐
 Porque a maior parte das outras crianças também almoçam no JI ☐
 As crianças devem habituar-se a comer sem dependência da família ☐
 Outra razão. Qual? _____

- Se não:** porquê? (pode escolher mais que uma opção)
 Os pais têm disponibilidade para irem buscar os filhos na hora do almoço ☐
 Qualidade das refeições ☐
 Acompanhamento durante as refeições ☐
 Não existe serviço de refeição no JI ☐
 O preço das refeições é elevado ☐
 Algumas crianças têm problemas alimentares ☐
 Outra razão. Qual? _____

5. Acompanha o seu grupo durante a hora da refeição? ☐ Sim ☐ Não

6. Em Portugal a escola a tempo inteiro pode ser:

- | Na sua opinião qual destas modalidades será a mais vantajosa? | Para as crianças | Para as famílias |
|---|--------------------------|--------------------------|
| a) uma escola de Turno Duplo – os jardins-de-infância funcionam a tempo inteiro das 8h30m às 18h30m e cada turma é acompanhada por dois educadores, um de manhã e outro de tarde. Tudo é gratuito. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| b) uma escola em Regime Normal – os jardins-de-infância funcionam com um educador das 9h às 12h e das 13h30m às 15h30m e isto é gratuito. Pagando, as crianças podem almoçar e ter prolongamento de horário de manhã e de tarde. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

7. Quantas crianças do seu grupo frequentam o prolongamento de horário?

Só de manhã: ____ Só de tarde: ____ De manhã e de tarde: ____

8. Acha que, além da modalidade manhã e tarde, o prolongamento de horário devia ser considerado também só de manhã ou só de tarde?Não ☐**Se sim:** porquê?Para os pais poderem pagar menos por este serviço ☐Para estimular a que as crianças não passem tanto tempo fora da família ☐

Outra razão. Qual? _____

9. O que é que as crianças do seu grupo fazem no prolongamento de horário?

10. A pessoa responsável pelo prolongamento de horário deve ter formação para essa função?**Se sim:** porquê? (pode escolher mais que uma opção)É necessário saber lidar com várias crianças mesmo que seja durante pouco tempo ☐Nas férias e pausas lectivas passam dias e/ou semanas inteiras com as crianças ☐Para ser responsável por este serviço é preciso ter competências adequadas ☐

Outra razão. Qual? _____

Se não: porquê? (pode escolher mais que uma opção)Não é necessário uma pessoa formada para "tomar conta" de crianças ☐

Outra razão. Qual? _____

11. O prolongamento de horário efectua-se em que local?

De manhã: _____ De tarde: _____

12. Como considera as instalações e os materiais existentes no local do prolongamento?Instalações boas ☐Material em boas condições ☐Instalações razoáveis ☐Material suficiente em condições razoáveis ☐Instalações péssimas ☐Material em más condições ☐**13. Quem realiza a programação e avaliação das actividades do prolongamento de horário?**Ninguém realiza a programação e avaliação das actividades do prolongamento de horário ☐A programação das actividades é realizada pela tarefeira e pela educadora titular mas não a avaliação ☐É realizada a programação e avaliação das actividades entre a tarefeira e a educadora titular do grupo ☐A programação e avaliação das actividades são realizadas unicamente pela educadora titular ☐

Outros. Quem? _____

14. Com que frequência supervisiona as actividades no prolongamento de horário?☐ Diariamente☐ Semanalmente☐ Mensalmente☐ outra: _____

Como faz essa supervisão? : _____

15. Existem reuniões com os encarregados de educação relativamente ao prolongamento de horário?☐ Se sim: quem as realiza? _____ ☐ Não

Muito obrigada pela sua colaboração.

Questionário realizado aos pais das crianças que frequentam a EPP em Ovar

Estou a fazer uma investigação sobre educação pré-escolar a tempo inteiro em **Ovar** e na Ribeira Brava no Mestrado em Ciências da Educação na Universidade de Aveiro. Para isso necessito da sua colaboração para o preenchimento deste questionário. As respostas são anónimas e os resultados só serão válidos se corresponderem ao que pensa. No final dar-lhe-ei conhecimento dos resultados.

Desde já agradeço a sua disponibilidade, *Diana Tavares*.

1. O que se pretende do jardim-de-infância (J.I.)? Ordene, sendo 1.º o mais importante.

- Que tome conta das crianças enquanto os pais trabalham fora de casa ____.^o
 Que proporcione às crianças oportunidades para aprender a brincar e conviver com outras ____.^o
 Que prepare as crianças para aprender a ler na escola ____.^o
 Que promova o seu desenvolvimento global, pessoal, social e ambiental ____.^o
 Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades ____.^o
 Outra. Qual? _____.

2. No jardim-de-infância que horário pretende para o/a seu/sua filho/a?

Só de **manhã** ☐

Só de **tarde** ☐

De **manhã** e de **tarde** ☐

Neste caso, qual o horário que mais lhe convinha:

9h – 17h ☐ 9h – 18h ☐ 9h – 19h ☐ 9h – 20h ☐

8h – 17h ☐ 8h – 18h ☐ 8h – 19h ☐ 8h – 20h ☐

Outro. Qual? : _____ ☐

Porquê? _____

3. Qual é o seu horário de trabalho?

Pai: hora de entrada: _____; hora de saída: _____; hora de almoço: das _____ às _____.

Mãe: hora de entrada: _____; hora de saída: _____; hora de almoço: das _____ às _____.

4. O/A seu/sua filho/a almoça no JI?

Se sim: porquê? (pode escolher mais que uma opção)

Qualidade das refeições ☐

Acompanhamento durante as refeições ☐

Não há disponibilidade para o ir buscar na hora do almoço ☐

Vantagens na convivência com outras crianças durante a hora do almoço ☐

A maior parte das outras crianças também almoçam no JI ☐

Habituar-se a comer sem dependência da família ☐

Outra razão. Qual? _____ ☐

Se não: porquê? (pode escolher mais que uma opção)

Qualidade das refeições ☐

Acompanhamento durante as refeições ☐

Há disponibilidade para o ir buscar na hora do almoço ☐

Não existe serviço de refeição no JI ☐

O preço das refeições é elevado ☐

O/A meu/minha filho/a tem problemas alimentares ☐

Outra razão. Qual? _____ ☐

5. Quanto paga por cada refeição do/a seu/sua filho/a?

☐ Isento

☐ 0,50€

☐ 0,70€

☐ 0,85€

☐ 1,10€

☐ 1,20€

☐ 1,30€

6. Em Portugal a escola a tempo inteiro pode ser:

Na sua opinião qual destas modalidades será a mais vantajosa?

Para as
crianças

Para as
famílias

a) uma escola de Turno Duplo – os jardins-de-infância funcionam a tempo inteiro das 8h30m às 18h30m e cada turma é acompanhada por dois educadores, um de manhã e outro de tarde. Tudo é gratuito.

☐

☐

b) uma escola em Regime Normal – os jardins-de-infância funcionam com um educador das 9h às 12h e das 13h30m às 15h30m e isto é gratuito. Pagando, as crianças podem almoçar e ter prolongamento de horário de manhã e de tarde.

☐

☐

7. O/A seu/sua filho/a frequenta o serviço de prolongamento de horário?☐ Só de manhã☐ Só de tarde☐ De manhã e de tarde**Se sim:** porquê? (pode escolher mais que uma opção)Não tenho disponibilidade para levar/ trazer o/a m/ filho/a à hora a que o educador entra e sai ☐É importante para as crianças terem tempo para brincar livremente com outras crianças ☐Outra razão. Qual? _____ ☐**Se não:** porquê? (pode escolher mais que uma opção)É um serviço muito dispendioso ☐Tenho disponibilidade para levar/ trazer o/a m/ filho/a à hora a que o educador entra e sai ☐Não sei o que se faz no prolongamento de horário diferente do que é oferecido no J. I. ☐Outra razão. Qual? _____ ☐**8. Acha que, além da modalidade manhã e tarde, o prolongamento de horário devia ser considerado também só de manhã ou só de tarde?****Não** ☐**Se sim:** porquê?Para pagar menos por este serviço ☐Para o meu filho/a não passar tanto tempo fora da família ☐Outra razão. Qual? _____ ☐**9. O que é que o seu/sua filho/a faz no prolongamento de horário?** _____

10. A pessoa responsável pelo prolongamento de horário deve ter formação para essa função?**Se sim:** porquê? (pode escolher mais que uma opção)É necessário saber lidar com várias crianças mesmo que seja durante pouco tempo ☐Nas férias e pausas lectivas passam dias e/ou semanas inteiras com as crianças ☐Para ser responsável por este serviço é preciso ter competências adequadas ☐Outra razão. Qual? _____ ☐**Se não:** porquê? (pode escolher mais que uma opção)Não é necessário uma pessoa formada para "tomar conta" de crianças ☐Outra razão. Qual? _____ ☐**11. O prolongamento de horário que o/a seu/sua filho/a frequenta efectua-se em que local?**

De manhã: _____ De tarde: _____

12. Como considera as instalações e os materiais existentes no local do prolongamento?Instalações boas ☐Material em boas condições ☐Instalações razoáveis ☐Material suficiente em condições razoáveis ☐Instalações péssimas ☐Material em más condições ☐**13. Sabe quem programa e avalia as actividades do prolongamento de horário?**☐ **Se sim:** quem? _____ ☐ **Não****14. Existem reuniões de pais específicas para o prolongamento de horário?**☐ **Se sim:** quem as realiza? _____ ☐ **Não****15. Que idade tem o seu/sua filho/a?** _____ anos (preencha um questionário por cada um dos seus filhos nesta escola).**16. Que idade têm os irmãos ou meios-irmãos deste seu/sua filho/a?** _____ anos.

Muito obrigada pela sua colaboração.

Questionário realizado às tarefeiras da CAF do concelho de Ovar

Estou a fazer uma investigação sobre Educação pré-escolar a tempo inteiro em **Ovar** e na Ribeira Brava no Mestrado em Ciências da Educação na Universidade de Aveiro. Para isso necessito da sua colaboração para o preenchimento deste questionário. As respostas são anónimas e os resultados só serão válidos se corresponderem ao que pensa. No final dar-lhe-ei conhecimento desses resultados.

Desde já agradeço a sua disponibilidade, *Diana Tavares*.

1. O que se pretende do jardim-de-infância (J.I.)? Ordene, sendo 1.º o mais importante.

- Que tome conta das crianças enquanto os pais trabalham fora de casa ____.^o
 Que proporcione às crianças oportunidades para aprender a brincar e conviver com outras ____.^o
 Que prepare as crianças para aprender a ler na escola ____.^o
 Que promova o seu desenvolvimento global, pessoal, social e ambiental ____.^o
 Proceder à despistagem de inaptações, deficiências ou precocidades ____.^o
 Outra. Qual? ____.^o

2. No jardim-de-infância qual seria o horário mais adequado para as crianças?

Só de manhã ☐Só de tarde ☐De manhã e de tarde ☐

Neste caso qual?:

9h – 17h ☐ 9h – 18h ☐ 9h – 19h ☐ 9h – 20h ☐8h – 17h ☐ 8h – 18h ☐ 8h – 19h ☐ 8h – 20h ☐Outro. Qual? : ____ ☐

Porquê? _____

3. Qual é o seu horário de trabalho? Das ____ às ____ e das ____ às ____.

4. As crianças devem almoçar no JI?

Se sim: porquê? (pode escolher mais que uma opção)

Os pais não têm disponibilidade para irem buscar os filhos na hora do almoço ☐Qualidade das refeições ☐Acompanhamento durante as refeições ☐Existem vantagens na convivência com outras crianças durante a hora do almoço ☐Porque a maior parte das outras crianças também almoçam no JI ☐As crianças devem habituar-se a comer sem dependência da família ☐

Outra razão. Qual? _____

Se não: porquê? (pode escolher mais que uma opção)

Os pais têm disponibilidade para irem buscar os filhos na hora do almoço ☐Qualidade das refeições ☐Acompanhamento durante as refeições ☐Não existe serviço de refeição no JI ☐O preço das refeições é elevado ☐Algumas crianças têm problemas alimentares ☐

Outra razão. Qual? _____

5. Acompanha as crianças durante a hora da refeição?

☐ Sim☐ Não

6. Em Portugal a escola a tempo inteiro pode ser:

Na sua opinião qual destas modalidades será a mais vantajosa?

Para as
criançasPara as
famílias

a) **Uma Escola de Turno Duplo** – os jardins-de-infância funcionam a tempo inteiro das 8h30m às 18h30m e cada turma é acompanhada por dois educadores, um de manhã e outro de tarde. Tudo é gratuito. ☐ ☐

b) **Uma Escola em Regime Normal** – os jardins-de-infância funcionam com um educador das 9h às 12h e das 13h30m às 15h30m e isto é gratuito. Pagando, as crianças podem almoçar e ter prolongamento de horário de manhã e de tarde. ☐ ☐

7. Quantas crianças tem a frequentar o prolongamento de horário e quantos são os adultos que as acompanham? (inclua-se na contagem do número de adultos) _____ crianças para _____ adultos

8. Acha que, além da modalidade manhã e tarde, o prolongamento de horário devia ser considerado também só de manhã ou só de tarde?

Não ☐

Se sim: porquê?

Para os pais poderem pagar menos por este serviço ☐

Para estimular a que as crianças não passem tanto tempo fora da família ☐

Outra razão. Qual? _____

9. O que faz com as crianças durante o prolongamento de horário?

10. A pessoa responsável pelo prolongamento de horário deve ter formação para essa função?

Se sim: porquê? (pode escolher mais que uma opção)

É necessário saber lidar com várias crianças mesmo que seja durante pouco tempo ☐

Nas férias e pausas lectivas passam dias e/ou semanas inteiras com as crianças ☐

Para ser responsável por este serviço é preciso ter competências adequadas ☐

Outra razão. Qual? _____

Se não: porquê? (pode escolher mais que uma opção)

Não é necessário uma pessoa formada para "tomar conta" de crianças ☐

Outra razão. Qual? _____

11. O prolongamento de horário efectua-se em que local?

De manhã: _____ De tarde: _____

12. Como considera as instalações e os materiais existentes no local do prolongamento?

Instalações boas ☐

Material em boas condições ☐

Instalações razoáveis ☐

Material suficiente em condições razoáveis ☐

Instalações péssimas ☐

Material em más condições ☐

13. Quem realiza a programação e avaliação das actividades do prolongamento de horário?

Ninguém realiza a programação e avaliação das actividades ☐

A programação das actividades é realizada pela tarefaira e a educadora titular mas não a avaliação ☐

É realizada a programação e avaliação das actividades entre a tarefaira e a educadora titular do grupo ☐

A programação e avaliação das actividades são realizadas unicamente pela educadora titular ☐

Outros. Quem? _____

14. Com que frequência é supervisionado no prolongamento de horário?

☐ Diariamente ☐ Semanalmente ☐ Mensalmente ☐ outra: _____

Em que consiste essa supervisão? : _____

15. Existem reuniões com os encarregados de educação relativamente ao prolongamento?

☐ Se sim: quem as realiza? _____ ☐ Não

16. Qual é a sua formação? _____

Muito obrigada pela sua colaboração.

Questionário realizado aos educadores de infância do concelho da Ribeira Brava

Estou a fazer uma investigação sobre Educação pré-escolar a tempo inteiro em Ovar e na **Ribeira Brava** no Mestrado em Ciências da Educação na Universidade de Aveiro. Para isso necessito da sua colaboração para o preenchimento deste questionário. As respostas são anónimas e os resultados só serão válidos se corresponderem ao que pensa. No final dar-lhe-ei conhecimento desses resultados.

Desde já agradeço a sua disponibilidade, *Diana Tavares*.

1. O que se pretende do jardim-de-infância (J.I.)? Ordene, sendo 1.º o mais importante.

- Que tome conta das crianças enquanto os pais trabalham fora de casa ____.^o
 Que proporcione às crianças oportunidades para aprender a brincar e conviver com outras ____.^o
 Que prepare as crianças para aprender a ler na escola ____.^o
 Que promova o seu desenvolvimento global, pessoal, social e ambiental ____.^o
 Proceder à despistagem de inaptações, deficiências ou precocidades ____.^o
 Outra. Qual? _____.

2. No jardim-de-infância qual seria o horário mais adequado para as crianças?

Só de manhã ☐

Só de tarde ☐

De manhã e de tarde ☐

Neste caso qual?:

9h – 17h ☐ 9h – 18h ☐ 9h – 19h ☐ 9h – 20h ☐

8h – 17h ☐ 8h – 18h ☐ 8h – 19h ☐ 8h – 20h ☐

Outro. Qual? : _____.

Porquê? _____

3. Qual é o seu horário de trabalho? Das _____ às _____; hora de almoço: das _____ às _____.

4. As crianças devem almoçar no JI?

Se sim: porquê? (pode escolher mais que uma opção)

Os pais não têm disponibilidade para irem buscar os filhos na hora do almoço ☐

Qualidade das refeições ☐

Acompanhamento durante as refeições ☐

Existem vantagens na convivência com outras crianças durante a hora do almoço ☐

Porque a maior parte das outras crianças também almoçam no JI ☐

As crianças devem habituar-se a comer sem dependência da família ☐

As refeições são gratuitas ☐

Outra razão. Qual? _____

Se não: porquê? (pode escolher mais que uma opção)

Os pais têm disponibilidade para irem buscar os filhos na hora do almoço ☐

Qualidade das refeições ☐

Acompanhamento durante as refeições ☐

Não existe serviço de refeição no JI ☐

O preço das refeições é elevado ☐

Algumas crianças têm problemas alimentares ☐

Outra razão. Qual? _____

5. Acompanha o seu grupo durante a hora da refeição?

☐ Sim

☐ Não

6. Em Portugal a escola a tempo inteiro pode ser:

Na sua opinião qual destas modalidades será a mais vantajosa?

Para as
crianças

Para as
famílias

a) **Uma Escola de Turno Duplo** – os jardins-de-infância funcionam a tempo inteiro das 8h30m às 18h30m e cada turma é acompanhada por dois educadores, um de manhã e outro de tarde. Tudo é gratuito.

☐

☐

b) **Uma Escola em Regime Normal** – os jardins-de-infância funcionam com um educador das 9h às 12h e das 13h30m às 15h30m e isto é gratuito. Pagando, as crianças podem almoçar e ter prolongamento de horário de manhã e de tarde.

☐

☐

7. Quantas crianças do seu grupo frequentam o Jardim-de-infância?

Só de manhã: ____ Só de tarde: ____ De manhã e de tarde: ____

8. O jardim-de-infância acolhe as crianças 10h por dia, acha que se deve prolongar para além das 10h?

Se sim: para quanto tempo? 11h diárias ☐ 12h diárias ☐ mais de 12h diárias ☐
Não ☐

9. O que é que as crianças do seu grupo fazem nas actividades extracurriculares?

10. As pessoas responsáveis pelas actividades extracurriculares (AEC) devem ser formadas na respectiva actividade que leccionam?**Se sim:** porquê? (pode escolher mais que uma opção)

É necessário saber lidar com várias crianças mesmo que seja durante pouco tempo ☐
 Para ser responsável pelas AEC é necessária formação específica na área que vai leccionar ☐
 Outra razão. Qual? _____

Se não: porquê? (pode escolher mais que uma opção)

Não é necessário um professor para entreter as crianças durante uma hora por dia ☐
 Outra razão. Qual? _____

11. As AEC são leccionadas na sala onde as crianças estão todo o dia?☐ **Sim** ☐ **Se não:** onde? _____**12. Como considera as instalações e os materiais existentes no local onde se leccionam as AEC?**

Instalações boas <input type="checkbox"/>	Material em boas condições <input type="checkbox"/>
Instalações razoáveis <input type="checkbox"/>	Material suficiente em condições razoáveis <input type="checkbox"/>
Instalações péssimas <input type="checkbox"/>	Material em más condições <input type="checkbox"/>

13. Quem é responsável por supervisionar as AEC? _____Com que frequência? ☐ Diariamente; ☐ Semanalmente; ☐ Mensalmente; ☐ outra: _____

Como faz essa supervisão? : _____

14. Nas interrupções lectivas (com excepção do mês de Agosto), o jardim-de-infância na Madeira não fecha. Como é o seu funcionamento durante esse período?

Quem fica responsável pelas crianças? _____

Qual o horário de funcionamento do jardim-de-infância? _____

Que actividades são desenvolvidas com as crianças? _____

Muito obrigada pela sua colaboração.

Questionário realizado aos pais das crianças que frequentam a EPP na Ribeira Brava

Estou a fazer uma investigação sobre Educação pré-escolar a tempo inteiro em Ovar e na **Ribeira Brava** no Mestrado em Ciências da Educação na Universidade de Aveiro. Para isso necessito da sua colaboração para o preenchimento deste questionário. As respostas são anónimas e os resultados só serão válidos se corresponderem ao que pensa. No final dar-lhe-ei conhecimento desses resultados.

Desde já agradeço a sua disponibilidade, *Diana Tavares*.

1. O que se pretende do jardim-de-infância (J.I.)? Ordene, sendo 1.º o mais importante.

- Que tome conta das crianças enquanto os pais trabalham fora de casa ____.^o
 Que proporcione às crianças oportunidades para aprender a brincar e conviver com outras ____.^o
 Que prepare as crianças para aprender a ler na escola ____.^o
 Que promova o seu desenvolvimento global, pessoal, social e ambiental ____.^o
 Proceder à despistagem de inaptações, deficiências ou precocidades ____.^o
 Outra. Qual? ____.^o

2. No jardim-de-infância qual seria o horário mais adequado para o/a seu/sua filho/a?

Só de manhã ☐

Só de tarde ☐

De manhã e de tarde ☐

Neste caso qual?:

9h – 17h ☐ 9h – 18h ☐ 9h – 19h ☐ 9h – 20h ☐

8h – 17h ☐ 8h – 18h ☐ 8h – 19h ☐ 8h – 20h ☐

Outro. Qual? : _____ ☐

Porquê? _____

3. Qual é o seu horário de trabalho?

Pai: hora de entrada: _____; hora de saída: _____; hora de almoço: das _____ às _____.

Mãe: hora de entrada: _____; hora de saída: _____; hora de almoço: das _____ às _____.

4. O/A seu/sua filho/a almoça no JI?

Se sim: porquê? (pode escolher mais que uma opção)

Qualidade das refeições ☐

Acompanhamento durante as refeições ☐

Não há disponibilidade para o ir buscar na hora do almoço ☐

Vantagens na convivência com outras crianças durante a hora do almoço ☐

A maior parte das outras crianças também almoçam no JI ☐

Habituar-se a comer sem dependência da família ☐

As refeições são gratuitas ☐

Outra razão. Qual? _____ ☐

Se não: porquê? (pode escolher mais que uma opção)

Qualidade das refeições ☐

Acompanhamento durante as refeições ☐

Há disponibilidade para o ir buscar na hora do almoço ☐

Não existe serviço de refeição no JI ☐

O preço das refeições é elevado ☐

O/A meu/minha filho/a tem problemas alimentares ☐

Outra razão. Qual? _____ ☐

5. Tem de pagar as refeições do/a seu/sua filho/a?

☐ **Se sim.** Quanto? _____ €

☐ **Não**

6. Em Portugal a escola a tempo inteiro pode ser:

Na sua opinião qual destas modalidades será a mais vantajosa?

Para as
criançasPara as
famílias

a) **uma escola de Turno Duplo** – os jardins-de-infância funcionam a tempo inteiro das 8h30m às 18h30m e cada turma é acompanhada por dois educadores, um de manhã e outro de tarde. Tudo é gratuito.

☐☐

b) **uma escola em Regime Normal** – os jardins-de-infância funcionam com um educador das 9h às 12h e das 13h30m às 15h30m e isto é gratuito. Pagando, as crianças podem almoçar e ter prolongamento de horário de manhã e de tarde.

☐☐**7. O/A seu/sua filho/a frequenta o Jardim de Infância?**☐ Só de manhã☐ Só de tarde☐ De manhã e de tarde**8. O jardim-de-infância acolhe as crianças 10h por dia, acha que se deve prolongar para além das 10h?**Se sim: para quanto tempo? 11h diárias ☐ 12h diárias ☐ mais de 12h diárias ☐Não ☐**9. O que é que o/a seu/sua filho/a faz nas actividades extracurriculares?**

10. Acha que as pessoas responsáveis pelas actividades extracurriculares (AEC) devem ser formadas na respectiva actividade que leccionam?

Se sim: porquê? (pode escolher mais que uma opção)

É necessário saber lidar com várias crianças mesmo que seja durante pouco tempo ☐Para ser responsável pelas AEC é necessário formação específica na área que vai leccionar ☐Outra razão. Qual?

Se não: porquê? (pode escolher mais que uma opção)

Não é necessário um professor para entreter as crianças durante uma hora por dia ☐Outra razão. Qual? **11. As AEC são leccionadas na sala onde as crianças estão todo o dia?**☐ Sim☐ Se não: onde? **12. Como considera as instalações e os materiais existentes no local onde se leccionam as AEC?**Instalações boas ☐Material em boas condições ☐Instalações razoáveis ☐Material suficiente em condições razoáveis ☐Instalações péssimas ☐Material em más condições ☐**13. Sabe quem é responsável por supervisionar as AEC?**Se sim: quem? Não ☐**14. Durante as férias do educador de infância o jardim-de-infância não fecha, o/a seu/sua filho/filha frequenta-o nesse período?**Se sim: quando? Só de manhã ☐ Só de tarde ☐ De manhã e de tarde ☐ Não ☐**15. Que idade tem o seu/sua filho/a? _____ anos (preencha um questionário por cada um dos seus filhos).****16. Que idade têm os irmãos ou meios-irmãos deste seu/sua filho/a? _____ anos.**

Muito obrigada pela sua colaboração.

Anexo 2

Despacho n.º 12 591/2006

Considerando a importância do desenvolvimento de actividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico para o desenvolvimento das crianças e consequentemente para o sucesso escolar futuro, previstas, respectivamente, em 1997 no regime geral da educação pré-escolar, criado pela Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, e em 2001 no diploma que estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular do ensino básico — o Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro;

Considerando o sucesso alcançado, no presente ano lectivo, com a implementação do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico, que assume claramente o papel de primeira medida efectiva de concretização de projectos de enriquecimento curricular e de implementação do conceito de escola a tempo inteiro;

Tendo presente que o Ministério da Educação partilha com as autarquias locais a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino básico e a necessidade de consolidar e reforçar as atribuições e competências das autarquias ao nível destes níveis de ensino;

Considerando o papel fundamental que as autarquias, as associações de pais e as instituições particulares de solidariedade social desempenham ao nível da promoção de actividades de enriquecimento curricular através da organização de respostas diversificadas, em função das realidades locais, que permitem que actualmente muitas escolas do 1.º ciclo proporcionem este tipo de actividades aos alunos;

Considerando, por último, a urgência de adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias e a necessidade de garantir que esses tempos são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas;

Em face do que antecede, e tendo presente os princípios consignados nos artigos 3.º e 4.º do regime jurídico da autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, bem como o disposto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que atribui às autarquias locais responsabilidades em matéria de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino básico, determina-se:

1—O presente despacho aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino **público** nos quais funcione a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico e define as normas a observar no período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos bem como na oferta das actividades de animação e de apoio à família e de enriquecimento curricular.

2—Sem prejuízo do disposto na lei quadro da educação pré-escolar e diplomas complementares, bem como da autonomia conferida aos estabelecimentos de ensino na gestão do horário das actividades curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, são **obrigatoriamente organizadas em regime normal** as actividades educativas na educação pré-escolar e as actividades curriculares no 1.º ciclo do ensino básico.

3—Para os efeitos do presente despacho, entende-se por regime normal a distribuição da actividade educativa na educação pré-escolar e curricular no 1.º ciclo do ensino básico pelo período da manhã e da tarde, interrompida para almoço.

4—A título excepcional, dependente da autorização da respectiva direcção regional de educação e unicamente desde que as instalações não o permitam em razão do número de turmas constituídas no estabelecimento de ensino por reporte às salas disponíveis, poderá a actividade curricular no 1.º ciclo do ensino básico ser organizada em regime duplo, com a ocupação da mesma sala por duas turmas, uma no turno da manhã e outra no turno da tarde.

5—Sem prejuízo da normal duração semanal e diária das actividades educativas na educação pré-escolar e curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, os respectivos estabelecimentos manter-se-ão obrigatoriamente abertos pelo menos até às 17 horas 30 minutos e no mínimo oito horas diárias.

6—O período de funcionamento de cada estabelecimento deve ser comunicado aos encarregados de educação no início do ano lectivo.

7—As actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar devem ser objecto de planificação pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas tendo em conta as **necessidades das famílias**, articulando com os municípios da respectiva área a sua realização de acordo com o protocolo de cooperação de 28 de Julho de 1998 celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

8—As actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico são seleccionadas de acordo com os objectivos definidos no projecto educativo do agrupamento de escolas e devem constar do respectivo plano anual de actividades.

9—Consideram-se actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente:

- a) Actividades de apoio ao estudo;
- b) Ensino do inglês;
- c) Ensino de outras línguas estrangeiras;
- d) Actividade física e desportiva;
- e) Ensino da música;
- f) Outras expressões artísticas;
- g) Outras actividades que incidam nos domínios identificados.

10—Os planos de actividades dos agrupamentos de escolas incluem obrigatoriamente como actividades de enriquecimento curricular as seguintes:

- a) Apoio ao estudo;
- b) Ensino do inglês **para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade.**

11—A actividade de apoio ao estudo terá uma duração semanal não inferior a noventa minutos, destinando-se nomeadamente à realização de trabalhos de casa e de consolidação das aprendizagens, devendo os alunos beneficiar do acesso a recursos escolares e educativos existentes na escola como livros, computadores e outros instrumentos de ensino bem como do apoio e acompanhamento por parte dos professores do agrupamento.

12—A actividade de ensino do inglês **para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade** tem a duração semanal definida no regulamento anexo ao presente despacho.

13—Na planificação das actividades de enriquecimento curricular deve ser salvaguardado o tempo diário de interrupção das actividades e de recreio e as mesmas não podem ser realizadas para além das 18 horas.

14—Podem ser promotoras das actividades de enriquecimento curricular as seguintes entidades:

- a) Autarquias locais;
- b) Associações de pais e de encarregados de educação;
- c) Instituições particulares de solidariedade social (IPSS);
- d) Agrupamentos de escolas.

15—Os agrupamentos de escolas devem planificar as actividades de enriquecimento curricular em parceria **obrigatória** com uma das entidades referidas no número anterior, mediante a celebração de um acordo de colaboração. Preferencialmente essa planificação deve ser feita com as autarquias locais, que se constituem como entidades promotoras.

16—Os agrupamentos de escolas podem ainda planificar as actividades de enriquecimento curricular com associações de pais e de encarregados de educação ou IPSS, quando estas sejam entidades promotoras.

17—Quando se demonstre a não viabilidade de celebração do acordo de colaboração referido no n.º 15 devem os agrupamentos de escolas planificar e realizar as actividades de enriquecimento curricular de forma isolada, assumindo-se como entidade promotora.

18—Os termos dos acordos de colaboração referidos nos números anteriores entre as entidades em causa devem identificar:

- a) As actividades de enriquecimento curricular;
- b) O horário semanal de cada actividade;
- c) O local de funcionamento de cada actividade;
- d) As responsabilidades/competências de cada uma das partes;
- e) O número de alunos em cada actividade.

19—A planificação das actividades de animação e de apoio à família bem como de enriquecimento curricular deve envolver obrigatoriamente os **educadores titulares de grupo** e os **professores titulares de turma**.

20—Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta e obrigatoriamente mobilizados os recursos humanos, técnico-pedagógicos e de espaços existentes no conjunto de escolas do agrupamento.

21—Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta os recursos existentes na comunidade, nomeadamente escolas de música, de teatro, de dança, clubes recreativos, associações culturais e IPSS.

22—As actividades de enriquecimento curricular são de frequência gratuita e não se podem sobrepor à actividade curricular diária.

23—Os órgãos competentes dos agrupamentos de escolas podem, desde que tal se mostre necessário, flexibilizar o horário da actividade curricular de forma a adaptá-lo às condições de realização do conjunto das actividades curriculares e de enriquecimento curricular, tendo em conta o interesse dos alunos e das famílias, sem prejuízo da qualidade pedagógica.

24—Podem ser utilizados para o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular os espaços das escolas como salas de aulas, centros de recursos, bibliotecas, salas TIC, ou outros, os quais devem ser disponibilizados pelos órgãos de gestão dos agrupamentos.

25—Além dos espaços escolares referidos no número anterior, podem ainda ser utilizados outros espaços não escolares para a realização das actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente quando tal disponibilização resulte de situações de parceria.

26—Quando as necessidades das famílias o justifiquem, pode ser oferecida uma componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, a assegurar **por entidades que promovam este tipo de resposta social**, mediante acordo com os agrupamentos de escolas.

27—A componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico destina-se a assegurar o acompanhamento dos alunos antes e ou depois das actividades curriculares e de enriquecimento e ou durante os períodos de interrupções lectivas.

28—Na ausência de instalações que estejam exclusivamente destinadas à componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, os espaços escolares referidos no n.º 24 devem igualmente ser disponibilizados para este efeito.

29—Nas situações de parceria, os recursos humanos necessários ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular podem ser disponibilizados por qualquer dos parceiros.

30—Excepciona-se do disposto no número anterior a actividade de apoio ao estudo em que os recursos humanos necessários à realização da actividade são obrigatoriamente disponibilizados pelos agrupamentos de escolas.

31—Aos educadores titulares de grupo e aos professores titulares de turma compete **zelar** pela supervisão pedagógica e acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

32—Por actividade de supervisão pedagógica deve entender-se a que é realizada no âmbito da componente não lectiva de estabelecimento do docente para o desenvolvimento dos seguintes aspectos:

- a) Programação das actividades;
- b) Acompanhamento das actividades através de reuniões com **os respectivos dinamizadores**;
- c) Avaliação da sua realização;

- d) Realização das actividades de apoio ao estudo;
- e) Reuniões com os encarregados de educação, nos termos legais.

33—A **planificação das actividades** de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico **deve ser comunicada aos encarregados de educação no início do ano lectivo**.

34—É aprovado o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico, em anexo ao presente despacho, de que faz parte integrante.

35—São revogados:

- a) O despacho n.º 14 753/2005, de 5 de Julho;
- b) O despacho n.º 16 795/2005, de 3 de Agosto;
- c) O despacho n.º 21 440/2005, de 12 de Outubro.

36—O presente despacho produz efeitos a partir da data da assinatura.

26 de Maio de 2006.—A Ministra da Educação, Maria de Lurdes Reis Rodrigues.

Despacho n.º 14 460/2008

Considerando a importância do desenvolvimento de actividades de animação e de apoio às famílias na educação Pré-Escolar e de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico para o desenvolvimento das crianças e consequentemente para o sucesso escolar futuro previstas, em 1997, no regime geral da Educação Pré-Escolar, criado pela Lei 5/97 de 10 de Fevereiro e, em 2001, no Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro, diploma que estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular do Ensino Básico;

Considerando o sucesso alcançado com o lançamento em 2005 do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, primeira medida efectiva de concretização de projectos de enriquecimento curricular e de implementação do conceito de escola a tempo inteiro e o sucesso alcançado com o lançamento em 2006 do Programa de generalização do ensino do Inglês e de outras actividades de enriquecimento curricular;

Tendo presente que o Ministério da Educação partilha com as autarquias locais a responsabilidade pelos estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e de 1.º Ciclo do Ensino Básico e ainda a necessidade de continuar a consolidar e alargar as atribuições e competências das autarquias ao nível destes níveis de ensino;

Considerando o papel fundamental que as autarquias, as associações de pais e as instituições particulares de solidariedade social desempenham ao nível da promoção de respostas diversificadas em função das realidades locais, de apoio às escolas, às famílias e aos alunos;

Considerando, por último, a importância de continuar a adaptar os tempos de permanência dos alunos na escola às necessidades das famílias e simultaneamente de garantir que os tempos de permanência na escola são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas;

Em face do que antecede e tendo presente os princípios consignados no Regime Jurídico da Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, bem como o disposto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que atribui às autarquias locais responsabilidades em matéria de Ensino Pré-Escolar e de 1.º Ciclo do Ensino Básico, determino:

1—O presente despacho aplica-se aos estabelecimentos de educação e **ensino público** nos quais funcione a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico e define as normas a observar no período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos bem como na oferta das actividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família.

2—Sem prejuízo do disposto na Lei-quadro da Educação Pré-Escolar e diplomas complementares, bem como da autonomia conferida aos estabelecimentos de ensino na gestão do horário das

actividades curriculares no 1.º Ciclo do Ensino Básico, **são obrigatoriamente organizadas em regime normal** as actividades educativas na Educação Pré-Escolar e as actividades curriculares no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

3—Para os efeitos do presente despacho entende-se, por "regime normal", a distribuição pelo período da manhã e da tarde, interrompida para almoço, da actividade educativa na Educação Pré-Escolar e curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

4—A título excepcional, poderá a actividade curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico ser organizada em regime duplo, com a ocupação da mesma sala por duas turmas, uma no turno da manhã e outra no turno da tarde, dependente da autorização da respectiva Direcção Regional de Educação e unicamente desde que as instalações não o permitam em razão do número de turmas constituídas no estabelecimento de ensino em relação às salas disponíveis.

5—Sem prejuízo da normal duração semanal e diária das actividades educativas na Educação Pré-Escolar e curriculares no 1.º Ciclo do Ensino Básico, os respectivos estabelecimentos manter-se-ão obrigatoriamente abertos, pelo menos, até às 17h30m e por um período mínimo de 8 horas diárias.

6—O período de funcionamento de cada estabelecimento deve ser comunicado aos encarregados de educação no momento da inscrição devendo também ser confirmado no início do ano lectivo.

7—As actividades de animação e de apoio à família no âmbito da Educação Pré-Escolar devem ser objecto de planificação pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas, tendo em conta **as necessidades dos alunos e das famílias**, articulando com os municípios da respectiva área a sua realização de acordo com o Protocolo de Cooperação, de 28 de Julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

8—As actividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico são seleccionadas de acordo com os objectivos definidos no Projecto Educativo do agrupamento de escolas e devem constar do respectivo plano anual de actividades.

9—Consideram-se actividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente:

- a) Actividades de apoio ao estudo;
- b) Ensino do Inglês;
- c) Ensino de outras línguas estrangeiras;
- d) Actividade Física e Desportiva;
- e) Ensino da Música;
- f) Outras expressões artísticas;
- g) Outras actividades que incidam nos domínios identificados.

10—Os planos de actividades dos agrupamentos de escolas incluem obrigatoriamente para todo o 1.º Ciclo como actividades de enriquecimento curricular as seguintes:

- a) Apoio ao estudo;
- b) **Ensino do Inglês**.

11—A actividade de apoio ao estudo tem uma duração semanal não inferior a noventa minutos, destinando-se nomeadamente à realização de trabalhos de casa e de consolidação das aprendizagens, devendo os alunos beneficiar do acesso a recursos escolares e educativos existentes na escola como livros, computadores e outros instrumentos de ensino, bem como do apoio e acompanhamento por parte dos professores do agrupamento.

12 —A actividade de ensino do Inglês tem a duração semanal definida no Regulamento anexo ao presente despacho.

13—Na planificação das actividades de enriquecimento curricular deve ser salvaguardado o tempo diário de interrupção das actividades e de recreio não podendo contudo as mesmas ser realizadas para além das 18h00.

14—Podem ser promotoras das actividades de enriquecimento curricular, as seguintes entidades:

- a) Autarquias locais;
- b) Associações de pais e de encarregados de educação;
- c) Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- d) Agrupamentos de escolas.

15 —Os agrupamentos de escolas devem planificar as actividades de enriquecimento curricular em parceria com uma das entidades referidas no número anterior, mediante a celebração de um acordo de colaboração. Preferencialmente essa planificação deve ser feita com as autarquias locais, que se constituem como entidades promotoras.

16—Os agrupamentos de escolas podem ainda planificar as actividades de enriquecimento curricular com associações de pais e de encarregados de educação ou IPSS, quando estas sejam entidades promotoras.

17—Quando se demonstre a não viabilidade de celebração do acordo de colaboração referido no n.º 15 devem os agrupamentos de escolas planificar, promover e realizar as actividades de enriquecimento curricular autonomamente.

18—Os termos dos acordos de colaboração referidos nos números anteriores entre as entidades em causa devem identificar:

- a) As actividades de enriquecimento curricular;
- b) O horário semanal de cada actividade;
- c) O local de funcionamento de cada actividade;
- d) As responsabilidades/competências de cada uma das partes;
- e) Número de alunos em cada actividade.

19—A planificação das actividades de animação e de apoio à família bem como de enriquecimento curricular deve envolver obrigatoriamente os educadores titulares de grupo e os professores do 1.º Ciclo titulares de turma.

20—Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta e obrigatoriamente mobilizados os recursos humanos, técnico-pedagógicos e de espaços existentes no conjunto de escolas do agrupamento.

21—Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta os recursos existentes na comunidade, nomeadamente escolas de música, de teatro, de dança, clubes recreativos, associações culturais e IPSS.

22—As actividades de enriquecimento curricular são de frequência gratuita e não se podem sobrepor à actividade curricular diária.

23—Os órgãos competentes dos agrupamentos de escolas podem, desde que tal se mostre necessário, flexibilizar o horário da actividade curricular de forma a adapta-lo às condições de realização do conjunto das actividades curriculares e de enriquecimento curricular tendo em conta o interesse dos alunos e das famílias, sem prejuízo da qualidade pedagógica.

24—Podem ser utilizados para o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular os espaços das escolas como salas de aulas, centros de recursos, bibliotecas, salas TIC, ou outros, os quais devem ser disponibilizados pelos órgãos de gestão dos agrupamentos.

25—Além dos espaços escolares referidos no número anterior, podem ainda ser utilizados outros espaços não escolares para a realização das actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente quando tal disponibilização resulte de protocolos de parceria.

26—Quando as necessidades das famílias o justifique, pode ser oferecida uma componente de apoio à família no 1.º Ciclo do Ensino Básico, a assegurar por entidades, **como associações de pais, autarquias ou instituições particulares de solidariedade social** que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo com os agrupamentos de escolas.

27—A componente de apoio à família no 1.º Ciclo do Ensino Básico destina-se a assegurar o acompanhamento dos alunos antes e/ou depois das actividades curriculares e de enriquecimento, e/ou durante os períodos de interrupção das actividades lectivas.

28—Na ausência de instalações que estejam exclusivamente destinadas à componente de apoio à família no 1.º Ciclo do Ensino Básico, os espaços escolares referidos no n.º 24 devem igualmente ser disponibilizados para este efeito.

29—Nas situações de parceria, os recursos humanos necessários ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular podem ser disponibilizados por qualquer dos parceiros.

30—Excepciona-se do disposto no número anterior a actividade de apoio ao estudo em que os recursos humanos necessários à realização da actividade são obrigatoriamente disponibilizados pelos agrupamentos de escolas.

31—É da competência dos educadores titulares de grupo e dos professores titulares de turma **assegurar** a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação Pré-Escolar bem como de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, **tendo em vista garantir a qualidade das actividades, bem como a articulação com as actividades curriculares.**

32—Por actividade de supervisão pedagógica deve entender-se a que é realizada no âmbito da componente não lectiva de estabelecimento do docente para o desenvolvimento dos seguintes aspectos:

- a) Programação das actividades;
- b) Acompanhamento das actividades através de reuniões com **os representantes das entidades promotoras ou parceiras das actividades de enriquecimento curricular;**
- c) Avaliação da sua realização;
- d) Realização das actividades de apoio ao estudo;
- e) Reuniões com os encarregados de educação, nos termos legais;
- f) **Observação das actividades de enriquecimento curricular, nos termos a definir no regulamento interno.**

33—A planificação das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da Educação Pré-Escolar, bem como de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico deve ser comunicada aos encarregados de educação **no momento da inscrição e confirmada** no início do ano lectivo.

34—**A frequência das actividades de enriquecimento curricular depende da inscrição por parte dos encarregados de educação. Uma vez realizada a inscrição, os encarregados de educação assumem um compromisso de honra de que os seus educandos frequentam as actividades de enriquecimento curricular até ao final do ano lectivo.**

35—**Os agrupamentos devem referir em sede de regulamento interno as implicações das faltas às actividades de enriquecimento curricular, conforme o disposto no artigo 22.º da Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro.**

36—É aprovado o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação no âmbito do programa das actividades de enriquecimento curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em anexo ao presente despacho, de que faz parte integrante.

37—São revogados:

- a) O Despacho n.º 14.753/2005, de 5 de Julho;
- b) O Despacho n.º 16.795/2005, de 3 de Agosto;
- c) O Despacho n.º 21.440/2005, de 12 de Outubro;
- d) **O Despacho n.º 12.591/2006, de 16 de Junho.**

38—O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

15 de Maio de 2008. — A Ministra da Educação, Maria de Lurdes Reis Rodrigues.